Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ana Teresa Góis Soares de Mattos

Nem português, nem mineiro... baiano e nacional, com todo respeito: a atuação da Bahia na construção do campo do patrimônio brasileiro

Rio de Janeiro
2014

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ana Teresa Góis Soares de Mattos

Nem português, nem mineiro... baiano e nacional, com todo respeito: a atuação da Bahia na construção do campo do patrimônio brasileiro

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientadora: Prof.ª Drª. Márcia Regina Romeiro Chuva
Supervisor: Engº. Bruno César Sampaio Tavares

Rio de Janeiro

2014

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Bahia (IPHAN/BA).

M444n Mattos, Ana Teresa Góis Soares de.
Nem português, nem mineiro... baiano e nacional, com todo respeito: a atuação da Bahia no campo do patrimônio brasileiro / Ana Teresa Góis Soares de Mattos – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

145 f.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Regina Romeiro Chuva

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2014.

1. Patrimônio Cultural - Bahia. 2. Patrimônio cultural - proteção. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). II. Título.

CDD 363.690981

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ana Teresa Góis Soares de Mattos

Nem português, nem mineiro... baiano e nacional, com todo respeito: a atuação da Bahia na construção do campo do patrimônio brasileiro

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 2014.

Banca Examinadora

_____

Professora Dra. Márcia Regina Romeiro Chuva (orientadora)

_____

Professor Me. Luciano dos Santos Teixeira – PEP/MP/IPHAN

_____

Professora Dra. Janice Gonçalves – UDESC/SC

Dedico esse trabalho aos meus pais,
que me ensinaram a descobrir o Brasil e o prazer da leitura.
Às gerações que lutaram e continuam a lutar pela preservação
do nosso patrimônio histórico, artístico e cultural,
e às novas gerações de brasileiros a que este patrimônio se destina.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Criador, à minha família amada e aos novos e velhos amigos que ajudaram nessa jornada. A todos que fazem acontecer a pesquisa no *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Agradeço a Dr. Carlos Amorim e a Bruno Tavares pela oportunidade e confiança depositada. Agradeço aos incríveis colegas da *Superintendência do IPHAN na Bahia*, sempre dispostos a ouvir, ensinar e ajudar em tudo quanto pedi. Agradeço à toda equipe querida da *Coordenação de Pesquisa e Documentação* e do *Programa de Especialização em Patrimônio* do IPHAN. Aos professores tão dedicados e amigos, especialmente à minha orientadora, Drª Márcia Chuva, que com toda a sua experiência, sabedoria e delicadeza, me ensinou demais, animou, acolheu, e me fez acreditar e superar tudo o que foi preciso. Agradeço imensamente também à preciosa equipe do *Arquivo Central do IPHAN*, em sua seção do Rio de Janeiro, que se colocou inteiramente à minha disposição quando precisei descobrir ali os velhos papéis relacionados à trajetória do IPHAN na Bahia. Agradeço à equipe da *Biblioteca Noronha Santos*. E agradeço aos meus colegas da "Turma 2012" do *Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural* do IPHAN, que também contribuíram para meu aprendizado e para amadurecimento das ideias que deram origem a esse estudo.

RESUMO

Essa dissertação trata da participação da intelectualidade baiana da formação do campo do patrimônio no Brasil e da sua atuação, entre as décadas de 1930 e 1950, junto à instituição federal de preservação criada em 1937, atualmente denominada *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (IPHAN). Ao longo do texto são analisadas as lutas travadas para garantir espaço de representatividade dos acervos históricos e artísticos da Bahia no "patrimônio nacional" e a rede de relações composta nesse sentido. Também são identificadas as personalidades envolvidas direta e indiretamente na atuação da representação que a instituição federal de preservação instalou na Bahia, e a maneira como se deu o movimento em defesa dos mais antigos conjuntos arquitetônicos, urbanisticos e paisagísticos da cidade do Salvador e do seu tombamento federal, vez que constituiu fio condutor da pratica preservacionista desenvolvida neste estado durante a primeira metade do século XX.

Palavras-chave: patrimônio cultural, tombamento, primórdios, Bahia.

ABSTRACT

This dissertation deals with the participation of Bahia intellectuals of the formation of the heritage field in Brazil and its activities, between the 1930s and 1950, with the federal institution created in 1937 to preserve, now called the Institute of Historical and Artistic Heritage (IPHAN). Throughout the text are analyzed struggles to secure space representation of historical and artistic collections of Bahia in the "national heritage" and the network of relationships comprised in this direction. The personalities involved directly and indirectly are also identified in the performance of the representation that the federal institution for the preservation installed in Bahia and the way he gave the movement in defense of the oldest architectural, urban and landscape sets the city of Salvador and its legal protection, which was once the thread preservationist practices developed in this state during the first half of the twentieth century.

Keywords: cultural heritage, legal protection, principle, Bahia.

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

Adm.	administrativo
Arq.	arquivo
CEAB	Centro de Estudos da Arquitetura da Bahia
Cp.	cópia
Ct.	carta
EPUCS	Escritório de Planejamento Urbano da Cidade do Salvador
FPAC	Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
GRFF	Godofredo Rabelo de Figueiredo Filho.
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
Nt.	nota
Of.	ofício
RMFA	Rodrigo Melo Franco de Andrade
Repres.	representantes
Téc.	técnico
Tlg.	telegrama
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

Introdução.....10

1. Capítulo I – O discurso do nacional na gênese do *Patrimônio*: O Brasil é mineiro... a Bahia também?.....16

1.1. A institucionalização do campo do patrimônio no Brasil.....18

1.2. A construção do mito da origem mineira da nacionalidade no *Patrimônio*, e a visão dos baianos a seu respeito 27

2. Capítulo II – Primórdios do *Patrimônio* na Bahia: diretrizes, equipe e rede de colaboração 41

2.1. Godofredo Filho, um *modernista* na Bahia a serviço do *Patrimônio* e a rede local em torno da "causa" 42

2.2. As primeiras diretrizes relativas a tombamentos e fiscalização do "patrimônio histórico e artístico da nação" 51

2.3. Museus como principal instrumento de preservação do patrimônio móvel 57

2.4. A equipe do *Patrimônio* na Bahia e a rede constituída em torno de suas demandas 64

2.4.1. Serviços fotográficos 65

2.4.2. Pesquisa e Inventário 68

2.4.3. Restauração do patrimônio arquitetônico e do patrimônio móvel 76

2.5. A "Campanha Educativa" do *Patrimônio*: publicações, cursos e exposições 85

3. Capítulo III – Em defesa da Velha Salvador 93

3.1. Salvador da Bahia... e do Brasil 95

3.2. Michel Parent e a UNESCO na Bahia: o reconhecimento do casario colonial de Salvador 114

Considerações Finais 125

Referências Bibliográficas 129

Introdução

Já se vão longos anos desde que começaram no Brasil as primeiras ações estatais pela composição, proteção e preservação de um quadro representativo do seu patrimônio cultural, e o desconhecimento dessa trajetória frequentemente tem levado a um distanciamento cada vez maior dos sentidos primeiros que conduziram essa causa, na configuração dos novos planos, programas e projetos de preservação de acervos históricos, artísticos e culturais protegidos como "patrimônio nacional". É possível perceber esse distanciamento, quando comparamos as justificativas apresentadas ao longo do século XX para promover a política e a prática preservacionista brasileira, àquelas que passaram a ser aplicadas a partir dos anos de 1990, notadamente, cada vez menos comprometidas com o sentido memorial, identitário, integrador e educativo dos acervos protegidos, e mais comprometidas com outro sentido que lhes é dado, o comercial. Como sugere Beatriz Kühl (2008, p. 21):

> Cabe repensar a questão, voltar às suas raízes, e tentar voltar a entender por que preservar. Essa pergunta, associada ao "para quem preservar", deveria levar ao "o que" preservar e, por conseguinte, ao como faze-lo.

Concordo com essa reflexão, e foi justamente visando qualificar minha atuação como técnica da *Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado da Bahia* (IPHAN/BA) que desde 2006, ano em que passei a fazer parte da sua equipe, começei a buscar entender melhor sua trajetória, os conceitos que fundamentaram sua prática e a maneira como foram definidos os processos de trabalho em que estava sendo inserida. Fui retomando a leitura de algumas publicações que já conhecia e buscando identificar outras, relativas à historiografia e à prática institucional. Recorri ainda a planos, manuais, relatórios de trabalho, artigos e dissertações acadêmicas.

Na prática do trabalho também pude ir tomando conhecimento da documentação preservada no *Arquivo Técnico* da *Superintendência do IPHAN na Bahia*, um imenso acervo que reúne informações preciosas sobre os processos destinados à proteção, conservação e promoção do patrimônio histórico e artístico do Brasil, mais especificamente daquele localizado no estado da Bahia. E sempre que alguma informação sobre determinada situação mencionada nas publicações e documentos causava-me dúvida, era nos diálogos com os colegas mais experientes que ia encontrando muitos esclarecimentos.

No ano de 2011, participando como relatora da *V Oficina de Pesquisa do IPHAN*, tive o primeiro contato com a *Coordenação de Pesquisa e Documentação do IPHAN* (COPECOC) e passei a conhecer mais algumas publicações interessantes relacionadas a trajetória e prática

institucional, produzidas a partir das próprias *Oficinas de Pesquisa* e de outros projetos movidos por essa Coordenação, não só com base na documentação reunida nas sessões localizadas no Rio de Janeiro e em Brasília do *Arquivo Central do IPHAN*, mas também nos documentos preservados nas unidades descentralizadas da instituição, como as Superintendências. Passei também a identificar alguns estudos que vinham sendo realizados e publicados a respeito da atuação do IPHAN em outros estados do Brasil, especialmente aqueles onde, assim como no caso da Bahia, foram instaladas representações regionais desde a década de 1930.

Não tendo conseguido identificar alguma publicação institucional ou acadêmica que tratasse especificamente da trajetória do IPHAN no estado da Bahia, considerei a relevância de preparar um artigo, expondo informações tão interessantes e pouco conhecidas que vinha reunindo desde 2006, para apresentar durante a *VI Oficina de Pesquisa do IPHAN*, que seria realizada no ano de 2012. Enquanto preparava esse estudo, a *VI Oficina* foi adiada, então pensei em seguir alimentando o texto que estava elaborando até que o evento pudesse ser realizado. Mas uma excelente novidade terminou possibilitando sua ampliação para um trabalho maior, a abertura de vagas para servidores no *Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural* do *Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN* (PEP/MP).

Quando inscrevi o projeto dessa pesquisa sobre a trajetória do IPHAN no estado da Bahia, considerava que a própria ausência de algum estudo como esse publicado, a ausência de estudos baseados naquele grande acervo documental preservado no *Arquivo Técnico* da *Superintendência do IPHAN na Bahia*, já constituia a grande questão, o problema que motivaria a elaboração da dissertação. Mas na medida em que, ao longo do curso, expandia meu contato com as leituras elaboradas e disseminadas pela intelectualidade que encabeçou, a partir de 1936, o projeto do *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (SPHAN) a respeito do significado do patrimônio baiano tombado entre as décadas de 1930 e 1950, e da estratégia adotada pela equipe baiana da instituição visando os tombamentos realizados, percebi que havia ainda outro problema a considerar, já que essas leituras não correspondiam àquelas que foram elaboradas e disseminadas a partir da própria representação baiana da instituição.

Durante a leitura da correspondência de trabalho mantida entre Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro diretor-geral da instituição, e Godofredo Rabelo de Figueiredo Filho, primeiro encarregado da representação institucional instalada no estado da Bahia a partir de 1936, também foi possível perceber que a expectativa pelo tombamento dos mais antigos conjuntos urbanos coloniais da cidade do Salvador constituiu o fio condutor das práticas

movidas pela equipe que foi sendo formada no estado, e que a composição de uma rede de relações que envolvia representantes da intelectualidade local e também de fora da Bahia foi fundamental para levar ao êxito das estratégias traçadas com esse fim, para a abertura do Processo de Tombamento 0464-T-52 e a concretização do ato em 1959.

Assim, foi definido o recorte temporal do estudo exatamente entre o contexto de criação do SPHAN e de estruturação de sua representação no estado da Bahia – passando pela participação da intelectualidade baiana[1] na origem do movimento preservacionista brasileiro e identificando as personalidades direta e indiretamente envolvidas com a prática da instituição no estado – e o momento em que aconteceu o tombamento dos mais antigos conjuntos arquitetônicos, urbanisticos e paisagísticos da cidade do Salvador. Afinal, esse tombamento tornou-se um dos marcos da expansão dos critérios de seleção do "patrimônio nacional" definidos na fase fundacional do SPHAN pela intelectualidade mineira à frente desse projeto, e que eram baseados na promoção de uma narrativa da história do Brasil que identificava nas Minas Gerais do Século XVIII as origens da nacionalidade brasileira e, portanto, da arquitetura e da arte "genuinamente" nacionais.

A própria correspondência mantida entre Rodrigo Melo Franco de Andrade e Godofredo Filho foi tomada como principal aporte documental à elaboração desse estudo, por ter constituído instrumento de comunicação institucional essencial entre as décadas de 1930 e 1950. Nas cartas de trabalho eram tratados critérios, diretrizes e prioridades de atuação, identificadas as demandas, as áreas especializadas que foram sendo formadas para atendê-las e as personalidades envolvidas nas ações. Elas também evidenciam a maneira como se davam as relações com agentes externos: autoridades públicas; magnatas; imprensa; proprietários de acervos; e intelectuais ligados a outras instituições com interesse sobre o tema preservacionista.

Também recorremos a: planos, relatórios, ofícios, discursos, projetos, manuais, recortes de jornais e outros documentos – alguns dos quais anexos às citadas correspondências; ao conteúdo de processos relativos aos tombamentos dos conjuntos urbanos coloniais de Salvador; e a depoimentos ainda inéditos de algumas personalidades envolvidas com essa face da realidade institucional, como o próprio Godofredo Filho e os arquitetos

[1] Embora o termo "intelectualidade baiana" possa servir para identificar uma gama maior de personalidades de diversas áreas do conhecimento, está sendo utilidado ao longo desse trabalho em relação especificamente àquelas personalidades envolvidas nas discussões e ações voltadas para a interpretação da história e do patrimônio desse estado no contexto nacional.

Diógenes Rebouças e Fernando Leal, registrados na década de 1980 pelo *Projeto Memória Oral SPHAN/Pró-Memória*[2].

Além das fontes documentais tomamos por principais referências bibliográficas na orientação do estudo: artigos de diversos números da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*; alguns volumes da *Série de Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*; publicações pautadas na historiografia institucional organizadas pela *Fundação Nacional Pró-Memória* (FNPM) na década de 1980; publicações das séries de estudos que vem sendo editadas pela COPEDOC desde o final dos anos 2000; estudos elaborados por Márcia Chuva, Lia Motta, Maria Cecília Londres da Fonseca, Márcia Sant'Anna, Tarcila Guedes, Analucia Thompson e outros profissionais que vinculados à instituição se dedicaram a analisar aspectos de sua trajetória e publicar os resultados desses estudos; trabalhos baseados em pesquisas acadêmicas sobre diversos temas relacionados ao desenvolvimento do campo do patrimônio no Brasil, cuja produção tem se avolumado desde a década de 1990, como aqueles produzidos por Lauro Cavalcanti, José Reginaldo Gonçalves, Sérgio Miceli, Mariza Velozo Mota Santos e Silvana Rubino; além de artigos publicados na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* a partir do final do século XIX e estudos elaborados por historiadores baianos na primeira metade do século XX, que servem para elucidar como se deu a participação da intelectualidade baiana na gênese do movimento preservacionista brasileiro e a formação da narrativa histórica que identifica a Bahia com as origens da nacionalidade brasileira.

Como a instituição federal de preservação criada em 1937 já teve sua nomenclatura modificada diversas vezes, optamos por utilizar ao longo do trabalho a denominação genérica de *Patrimônio* em referência a ela, por ser a que constantemente é empregada pelos profissionais inseridos nas suas frentes de trabalho desde os primórdios de sua existência[3]. Pela mesma razão, também nos referimos às atualmente denominadas *Superintendências Estaduais do IPHAN* como representações institucionais. Os membros das primeiras equipes de trabalho da sede nacional e das sedes regionais chamamos de pioneiros.

---

[2] As gravações e transcrições das entrevistas nos foram cedidas pelo Arquivo Central do IPHAN/RJ. Para mais informações sobre o *Projeto Memória Oral SPHAN/Pró-Memória* ver: Analucia Thompson (2009, p. 11-12; 2010, p. 20-22).

[3] Pela Lei Nº 378/1937, *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (SPHAN); pelo Decreto Nº 8.534/1946, *Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (DPHAN); pelo Decreto Nº 66.967/1970, *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (IPHAN); pelo Decreto nº 84.198/1979, *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (SPHAN); pela Lei Nº 6.757/1979, *Subsecretaira do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (SPHAN); pelo Decreto Nº 99.492/1990, *Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural* (IBPC); e pela Medida Provisória Nº 610/1994, *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (IPHAN).

No primeiro capítulo da dissertação tratamos das dissidências conceituais que marcaram a relação da direção-geral do *Patrimônio* com a intelectualidade baiana, inclusive com as personalidades que colaboraram direta e indiretamente nas suas ações. Essas dissidências estavam relacionadas especialmente à maneira de interpretar os conjuntos urbanos coloniais localizados na Bahia nas narrativas sobre a origem do Brasil, enquanto nova cultura e nação. Analisamos a estratégia adotada por Godofredo Filho e sua equipe para incluir esses acervos no "patrimônio nacional" e lidar com conflitos de visões e interesses, sem deixar de manter a respeitabilidade e cordialidade que condiziam com a posição subordinada de que gozavam na instituição.

No segundo capítulo apresentamos um panorama da representação baiana do *Patrimônio* entre as décadas de 1930 e 1950, apontando as principais diretrizes, demandas, áreas e equipes de trabalho. Além disso, tratamos da maneira como era estabelecido o controle das ações pela direção-geral do *Patrimônio* e da rede de relações que se estruturou na Bahia em torno da sua causa, envolvendo diversos intelectuais e instituições. Analisamos, então, especialmente a partir das informações registradas por Rodrigo Melo Franco de Andrade e Godofredo Filho nas cartas de trabalho, como personalidades a exemplo de Assis Chateaubriand, Diógenes Rebouças, Jair Brandão, Carlos Ott, Cid Teixeira, Marieta Alves, José Rescala, Américo Simas Filho, Thales de Azevedo, Henriqueta Catharino e Edgard Santos, estiveram envolvidas com as ações do *Patrimônio* no estado da Bahia.

E no ultimo capítulo, recuperando detalhes do movimento em defesa dos conjuntos urbanos colonais da cidade do Salvador, que culminou nos tombamentos de 1959, demonstraremos qual foi a estratégia adotada na Bahia para alcançar a distinção desses conjuntos como "patrimônio nacional" e sua proteção federal, a despeito das restrições feitas pela direção-geral do *Patrimônio* ao ato. Essas restrições se deviam ao entendimento de que seria difícil promover a preservação de conjuntos urbanos coloniais nas capitais do país que se modernizavam, e também a composição de uma concepção que identificava os acervos coloniais do litoral do Brasil como transplantados da cultura portuguesa e, portanto, ainda desprovidos de características com que pudessem ser identificados como obra "autenticamente" brasileira.

Fechando esse capítulo, consideramos ainda a importância de expor a influência do relatório produzido por Michel Parent, perito da *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (UNESCO), após visitas em missão às cidades históricas do Brasil realizadas no ano de 1967, na promoção de uma perspectiva sobre os acervos baianos que se contrapunha àquela que estava sendo reproduzida a partir da sede do *Patrimônio,* e

correspondia com a que era sustentada pela intelectualidade baiana, indentificando-os diretamente com as origens da cultura brasileira, da arte e da arquitetura do Brasil. Também analisamos o primeiro plano elaborado a partir das recomendações feitas por Michel Parent, para efetiva preservação do mais antigo conjunto urbano colonial de Salvador, que cada vez mais se degradava pela ação do tempo e desvalorização social, por se tratar de um referencial importante das principais estratégias que passariam a ser adotadas em ações voltadas para preservação de sítios históricos no Brasil, e que é pouco conhecido na atualidade.

Capítulo I – O discurso do "nacional" na gênese do *Patrimônio*: O Brasil é mineiro... a Bahia também?

Ao se buscar conhecer a missão e a história do *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (IPHAN) de um ângulo distinto daquele que constituiu por muitos anos sua centralidade, a percepção e interpretação de determinados aspectos de sua trajetória tende a se dar de forma diversa daquela que foi sendo naturalizada a partir dessa perspectiva central. Essa diversidade de olhares pode fornecer elementos importantes para ampliação dos conhecimentos acerca da instituição e das suas realizações, revelar detalhes que por razões diversas podem ter ficado ocultos, despercebidos, mas que são tão importantes quanto os já publicados.

Assim, contribuições recentes como as de João Clark de Abreu Sodré (2010), Victor Hugo Mori (2012), Janice Gonçalves (2009), Rodrigo José Cantarelli Rodrigues (2010), Ana Elisabete de Almeida Medeiros (2005), Juliana Melo Pereira (2012), Ricardo Rocha (2007), Denis Pereira Tavares e Regina Helena Alves da Silva (2011), nos permitem conhecer determinadas nuances da história institucional, relacionadas às representações regionais que foram estruturadas desde sua gênese nos estados de São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais, que, naturalmente, ainda não haviam sido contempladas nas narrativas compostas a partir do ambiente marcado pelas concepções, valores e ideais perseguidos pela equipe que constituiu sua primeira e longa direção.

Denis Pereira Tavares e Regina Helena Alves da Silva (2011), por exemplo, analisando os conflitos gerados na cidade de São João del Rei em função de seu tombamento integral em 1938, revelaram o interessante contexto que levou ao "(des)tombamento" de parte dela em 1947. No caso de São Paulo, João Clark de Abreu Sodré (2010) demonstrou ter havido discordâncias dos próprios representantes locais da instituição em relação aos critérios para tombamento definidos pela equipe da sede, e analisou como essa situação influenciou para que Paulo Duarte tentasse adaptar o anteprojeto preservacionista elaborado por Mário de Andrade em 1936, à organização de uma instituição de preservação congênere de âmbito local[4]. Também não foi sem encontrar resistência que os fundadores do *Patrimônio* procuraram dar corpo às suas ideias na própria cidade de Ouro Preto, que se tornou ícone da política de patrimônio que buscaram promover, e na cidade do Rio de Janeiro, capital do

[4] Para mais informações a respeito, ver: Pró-Memória (1986, p. 63-71); Terezinha Marinho (1987, p. 138); e Maria Cecília Londres da Fonseca (2005, p. 103-104).

Brasil até 1960, onde ficavam sediados. Lia Motta (1987) e Márcia Chuva (1999) analisaram esses dois casos específicos.

As representações regionais citadas foram estruturadas para favorecer o alcance nacional do *Patrimônio*, como acontecia também em relação a outros serviços nacionais criados no mesmo período. Como esclarece a historiadora Márcia Chuva (2009, p. 61-62), elas "atuavam sob um rigoroso controle da 'área central' [...] implementado por meio de uma densa correspondência" trocada pelos agentes locais e pelo diretor geral. Aos representantes regionais cabia: colaborar no diálogo com autoridades municipais, estaduais e eclesiásticas, em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional; estabelecer planos de trabalho de acordo com as diretrizes centrais; executar as ações priorizadas de acordo com as decisões da sede e com as verbas disponíveis; e prestar contas mensalmente das atividades executadas.

No caso da representação baiana do *Patrimônio*, tão antiga quanto as três anteriormente citadas, há uma carência ainda de estudos e publicações que identifiquem a equipe pioneira e analisem: como absorveu, processou e interveio sobre as concepções e critérios impostos pela sede; e como buscou arranjar-se diante das diretrizes vindas da direção-geral, com a qual se relacionava de longe, e das expectativas de patrimonialização advindas da intelectualidade baiana. Entretanto, se acumula nos arquivos da instituição quantidade imensa de documentos que demonstram haver muitos detalhes a explorar e recuperar sobre esse passado cada vez mais longínquo.

Certamente que estudos pautados nessa documentação, como têm acontecido em relação aos outros estados em que o *Patrimônio* estruturou suas representações regionais desde 1936, deverão contribuir para compreensão de determinados aspectos da trajetória institucional, relacionados à sua atuação no estado da Bahia, que obras mais gerais da historiografia institucional não possam evidenciar, favorecendo também a composição de novas leituras sobre a história do campo do patrimônio no Brasil. Há duas interpretações, especialmente, sobre essa face da realidade institucional que, embora venham sendo reproduzidas a partir da sua primitiva centralidade, diferem da leitura elaborada na própria Bahia, e que por isso merecem uma análise mais minuciosa.

A primeira delas se refere à concepção de origem da nacionalidade brasileira cunhada e promovida pela intelectualidade que encabeçou esse projeto preservacionista brasileiro e se manteve à sua frente por longos anos. De acordo com essa concepção, as Minas Gerais do século XVIII teriam concentrado as condições ideais para a formação do homem, da civilização, da arte e da cultura que poderiam ser reconhecidos como "autenticamente brasileiros". Quanto ao patrimônio baiano, produzido ao longo de quatrocentos anos, seria

considerado mais identificável como português do que como brasileiro, como obra da cultura e arte portuguesa transplantada, copiada para a América, que não apresentaria ainda os traços "genuínos" elaborados pela civilização brasileira, uma nova cultura advinda do encontro entre povos de origens europeia, americana e africana.

A segunda está relacionada à leitura de que os precursores da instituição no estado da Bahia, assim como seus sucessores por muitos anos, teriam orientado suas ações no sentido de identificar no território baiano monumentos que correspondessem a estética mineira do século XVIII, consagrada pela perspectiva anteriormente apresentada, para que, com base nessa relação, pudessem merecer a inclusão nos livros de tombo estabelecidos pelo Decreto-lei nº 25/1937, e os investimentos federais para fins de restauração.

É sobre a maneira como estas leituras foram traçadas e disseminadas, a partir da centralidade do *Patrimônio* nas primeiras décadas de sua trajetória, que vamos tratar nos tópicos a seguir, procurando demonstrar porque não se consolidaram no contexto baiano. Começaremos discorrendo sobre como o campo do patrimônio foi estruturado no Brasil no início do século XX e como se deu sua institucionalização no final da década de 1930, para então analisar como foram definidas as concepções sobre a origem da cultura brasileira que marcariam sua trajetória, e como a intelectualidade baiana, inclusive aquela que colaborou com sua prática, se posicionou diante delas.

1.1. A institucionalização do campo do patrimônio no Brasil

Na virada do século XIX para o século XX o nacionalismo, a industrialização e os ideais de progresso, modernização e desenvolvimento, se propagavam com força pelo mundo que estreitava suas relações sociais, políticas e econômicas, com base no desenvolvimento científico-tecnológico. Era o início de mudanças profundas que iriam marcar a forma de organização das sociedades, os hábitos e *habitats* das pessoas. Essas mudanças não se processariam, no entanto, sem que fossem organizadas iniciativas no sentido de selecionar e manter determinados testemunhos do passado, o que deu margem ao desenvolvimento do preservacionismo e do campo do patrimônio[5].

[5] Para mais informações sobre as origens do nacionalismo e do preservacionismo, e os desdobramentos no Brasil, ver: Benedict Anderson ([1983] 2008); Guilherme Pereira das Neves (1987); Françoise Choay ([1992] 2006); Aline Montenegro Magalhães (2001); Eric Hobsbawn e Terence Ranger (2002); Eric Hobsbawn (2004); Norbert Elias (2006); Maria Lucia Bressan Pinheiro (2006); Aldo José Morais Silva (2006); Ana Cristina Campos (2007); Maria Cecília Londres da Fonseca (2007; 2008); Beatriz Mugayar Kühl (2008; 2011); Márcia

Em relação ao Brasil, temos notícias de manifestações da intelectualidade em favor da estruturação de uma política preservacionista nacional desde o ano de 1917, pois foi quando o jurista baiano Wanderley Pinho[6] apresentou, através de conferência proferida no *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, a versão preliminar de um projeto voltado para organização de um serviço destinado a proteger o legado artístico e arquitetônico colonial da nação, a que dedicaria boa parte de sua vida (NASCIMENTO, 1978, p. 234). Três anos depois, no Rio de Janeiro, Bruno Lobo, quando presidia a *Sociedade Brasileira de Belas Artes*, solicitou ao conservador de antiguidades clássicas do *Museu Nacional*, Alberto Childe, a elaboração de um anteprojeto de lei para proteção dos acervos artísticos do Brasil (ANDRADE, [1952] 2012, p. 68-69).

No início da década de 1920, o médico, jornalista e crítico de arte pernambucano, José Mariano Filho, precursor do *movimento neocolonial*[7] da arquitetura no Rio de Janeiro, também protagonizou uma campanha voltada para a defesa da arquitetura colonial brasileira, e em 1923 o jurista e deputado pernambucano Luiz Cedro, adepto do *movimento regionalista*[8], apresentou à *Câmara Federal*, um projeto visando à criação de uma *Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil* (CAVALCANTI, 2000, p. 17; ANDRADE, [1952] 2012, p. 72).

Em 1924, o deputado mineiro Augusto de Lima também apresentou à *Câmara Federal* um projeto com objetivo de proibir a saída de obras de arte tradicional brasileira para o exterior, e em julho do ano seguinte, Mello Viana, como governador de Minas Gerais, constituiu uma comissão para elaborar mais um projeto de lei federal destinado a organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico da nação, constituindo como relator o jurista Jair Lins (ANDRADE, [1952] 2012, p. 74-76).

Em 1927, na cidade de Cachoeira, Bahia, o Frei Pedro Thomaz Margallo, também protestou contra o abandono e arruinamento dos "monumentos históricos" e contra o roubo de obras de arte de templos e lares, para venda ao estrangeiro. Ele lamentou a dificuldade de

---

Chuva (2003; 2005; 2009; 2011); Eneida de Almeida (2009); Adriana Nakamuta (2009); José Ricardo Oriá Fernandes (2010); Vanuza Moreira Braga (2010); Tarcila Guedes (2012); e Cecília Rodrigues dos Santos (2012).

[6] Para mais informações sobre Wanderley Pinho, ver: Ana Amélia Vieira Nascimento (1978); e Consuelo Pondé de Sena (1992).

[7] Para mais informações sobre o *movimento neocolonial* e seus representantes, ver: Lauro Cavalcanti (1995); Carlos Kessel (1999; 2001); João Clark de Abreu Sodré (2010); Maria Cecília Londres da Fonseca (2005); e Analucia Thompson (2009).

[8] Para mais informações sobre o *movimento regionalista* e seus representantes, ver: Rodrigo José Cantarelli Rodrigues (2010).

conciliar as soluções propostas para remediar o fato, com o direito de propriedade constitucionalmente garantido, e apelou para uma intervenção estatal, visando inventário, proteção e restauração do "patrimônio artístico da nação", a exemplo do estava sendo realizado em outros países (MARGALLO, 1927, p. 513-518).

Em seguida, medidas de proteção de âmbito local foram promovidas pelos poderes públicos dos estados de Bahia e Pernambuco. Em 08 de agosto de 1927, foram promulgadas pelo *Governo do Estado da Bahia* a Lei nº 2.031 e a Lei nº 2.032, criando sua *Inspetoria Estadual de Monumentos*, regulamentada pelo Decreto nº 5.339, de 06 de dezembro do mesmo ano. No ano seguinte, em 24 de dezembro de 1928, o *Governo do Estado de Pernambuco* promulgava a Lei nº 1.928, criando também sua *Inspetoria Estadual de Monumentos*, regulamentada pelo Decreto nº 240, de 08 de fevereiro de 1929 (RIBEIRO, 1948, p. 91; ANDRADE, [1952] 2012, p. 85,88).

Em 1930, momento em que estava bastante acirrado no Brasil o debate em torno da possibilidade de demolição da sua *Sé Primacial*, localizada em Salvador, na Bahia, como deputado federal, Wanderley Pinho apresentou à *Câmara Federal* seu projeto de lei pela proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (ANDRADE, [1952] 2012, p. 89). Nessa altura, os intelectuais que deram início ao *movimento modernista*[9] no Brasil também já se engajavam nas discussões em torno da causa preservacionista, especialmente diante do estado de arruinamento que começava a atingir os acervos da cidade de Ouro Preto, que aclamavam como principal fruto da epopeia colonial bandeirante e ícone da formação da cultura brasileira (CHUVA, 2009; CAVALCANTI, 2000).

Após as mudanças políticas ocorridas em 1930, foram exatamente os intelectuais modernistas a alcançar espaço no Governo Federal para institucionalização do campo do patrimônio no Brasil, e vale fazer uma breve abordagem sobre como se deu este processo, com base nos relatos publicados. Quando foi criado o *Ministério da Educação e Saúde* (MES), através dos decretos 19.402/1930 e 19.444/1930, durante cinco meses o advogado mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade, foi chefe de gabinete do Ministro Francisco Campos, e influenciado pelo escritor pernambucano Manuel Bandeira, indicou o nome do arquiteto franco-brasileiro Lúcio Costa para dirigir a *Escola de Belas Artes*. Rodrigo, Bandeira e Lúcio haviam aderido ao *movimento modernista* no final da década de 1920 (CHUVA, 2009, p. 108; SANTOS, 1969, p. 85).

[9] Para mais informações sobre o *movimento modernista* e seus representantes, ver: Lauro Cavalcanti (1995); Mauricio Lissovsky e Paulo Sergio Moraes de Sá (1996); Simon Schwartzman, Helena Bomeny e Vanda Costa (2000); Tarcila Guedes (2000); Silvano Santiago (2002); e Márcia Chuva (2003, 2009).

No ano de 1932, como Ministro das Relações Exteriores do Brasil, o diplomata mineiro Afrânio de Mello Franco, organizou na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro congresso e a assembleia inaugural do *Instituto Pan-Americano de Geografia e História*. Para fechar o evento foi organizada uma visita à cidade de Ouro Preto, sendo todos os participantes inscritos como sócios honorários do *Instituto Histórico* da cidade. Dalí teria saído a proposta de elevação de Ouro Preto à condição de "monumento nacional", visando sua preservação, que sendo apresentada a Getúlio Vargas, como chefe do governo provisório, e encaminhada *Congresso Nacional*, resultou no Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933 (GUEDES, 2012).

Um ano após a elevação de Ouro Preto à condição de monumento nacional, através do Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934, foi criada uma *Inspetoria de Monumentos Nacionais* anexa ao *Museu Histórico Nacional*, tendo por principal missão a conservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico daquela cidade (ANDRADE, [1952] 2012, p. 97-102). Coube então ao advogado e escritor cearense Gustavo Barroso, criador e diretor do *Museu Histórico Nacional* (MHN) [10], assessorado pelo engenheiro mineiro Epaminondas de Macedo, a promoção de obras de restauração de imóveis, pontes e chafarizes de Ouro Preto[11].

No mesmo ano de criação da *Inspetoria de Monumentos Nacionais* o advogado mineiro Gustavo Capanema[12] foi convidado para assumir o *Ministério da Educação e Saúde* no lugar de Francisco Campos, e colocou como seu chefe de gabinete, mais um dos intelectuais que haviam aderido ao *movimento modernista* no final da década de 1920, o escritor mineiro Carlos Drummond de Andrade, seu amigo de juventude.

Em 1935, o deputado baiano Wanderley Pinho reapresentou seu projeto de lei preservacionista à *Câmara Federal* e dentre as resoluções do *Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção da Natureza*, realizado no Rio de Janeiro, foi sugerida a criação de um *Serviço Técnico Especial de Monumentos Nacionais* no *Ministério da Educação e Saúde*, com função educativa, baseada na preservação de monumentos culturais, naturais, arqueológicos, artísticos, arquitetônicos e paisagísticos. Diante dessas duas iniciativas, um dos assessores do

[10] O *Museu Histórico Nacional* foi criado em 1922, sendo uma das realizações ligadas às comemorações pelo centenário da *Independência do Brasil*.

[11] Para mais informações sobre Gustavo Barroso e as realizações da *Inspetoria de Monumentos Nacionais*, ver: Adalberto Mário Ribeiro (1948, p. 94,97); Lauro Cavalcanti (2000, p. 12-15); Aline Montenegro Magalhães (2004); e Analucia Thompson (2009, p. 96-96).

[12] Para mais informações sobre Gustavo Capanema e sua gestão no MES, ver: Simon Schwartzman, Helena Bomeny e Vanda Costa (2000); Analucia Thompson (2009); José Silvério Baia Horta (2010); e Breno Carlos da Silva (2010).

Ministro Gustavo Capanema, o historiador Luiz Camilo de Oliveira Neto, sugeriu a organização de um projeto mais amplo que aquele da *Inspetoria de Monumentos Nacionais*, para inventário e proteção do legado artístico brasileiro, e a tarefa de elaboração de um anteprojeto de lei para esse fim foi confiada por Capanema a outro expoente do *movimento modernista* brasileiro, o escritor paulista Mário de Andrade[13]. Elaborado o anteprojeto e autorizada por Getúlio Vargas a instalação provisória de um *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (SPHAN), em abril de 1936, por sugestão de Mário de Andrade e Manuel Bandeira, Rodrigo Melo Franco de Andrade foi convidado por Capanema para promover sua organização (ANDRADE [1952] 2012, p. 103-105; FONSECA, 2005, p. 96; CHUVA, 2009, p. 108; NAKAMUTA, 2009, p. 192; MORI, 2012, p. 2).

Aceito o desafio, Rodrigo Melo Franco de Andrade[14] considerou necessário ampliar os estudos legislativos para formalização do serviço e aprimoramento dos dispositivos da lei que deveria ser criada para regular a constituição e meios de proteção do patrimônio nacional. Com o aval de Capanema, iniciou estudo do anteprojeto de Mário de Andrade e de outros projetos sobre a matéria elaborados no Brasil e no exterior (MARINHO, 1987, p. 24). Alguns amigos juristas, como Prudente de Moraes Neto, Afonso Arinos de Melo Franco e Edmundo Lins, colaboraram nos estudos legislativos, e Rodrigo Melo Franco de Andrade ainda reuniu em torno de si, baseado em laços de amizade, vários outros intelectuais com os quais discutia as concepções, diretrizes e critérios que deveriam basear a prática institucional. Dentre esses intelectuais estavam: Manuel Bandeira, Sérgio Buarque de Holanda, Carlos Drummond de Andrade, Gilberto Freyre, Mílton Campos, Alceu Amoroso Lima, Mário Pedrosa, Aníbal Machado, Pedro Nava, Joaquim Cardoso, Castro Farias, Gastão Cruls, Luís Jardim, Luís Camilo, Vinícius de Moraes, Rubem Braga, Afonso Taunay, Josias Leão, Alexandre Eulálio, Raul Bopp, Heloísa Alberto Torres, Cecília Meireles, Raquel de Queiroz e Mirian Latif (COSTA, 1986, p. 6-9; SANTOS, 1996, p. 86; CAVALCANTI, 2000, p. 22; FONSECA, 2005, p. 98; THOMPSON, 2009, p. 50).

Em 15 de outubro de 1936 Getúlio Vargas submeteu à *Câmara Federal* o Projeto de lei nº 511, destinado a "organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional", baseado nos estudos de Rodrigo Melo Franco de Andrade, e em 13 de janeiro de 1937,

[13] Para mais informações sobre Mário de Andrade e sua influência sobre o desenvolvimento da arte, da arquitetura e do preservacionismo modernos no Brasil, ver: Pró-Memória (1986); Helena Bomeny (1995); Carlos Sandroni (1999); Tarcila Guedes (2000); Fernando Fernandes da Silva (2002); Marta Rosseti Batista (2002); Maria Cecília Londres da Fonseca (2005); Janice Gonçalves (2009); Analucia Thompson (2009; 2010); e Márcia Chuva (1999; 2003; 2009; 2011).

[14] Para maiores informações sobre Rodrigo Melo Franco de Andrade, ver: DPHAN (1969); Terezinha Marinho (1986, p. 17-36); e Clara de Andrade Alvim (2012).

quando da promulgação da Lei nº 378, que reestruturou o *Ministério da Educação e Saúde*, foi oficialmente criado o *Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (SPHAN), como um "serviço relativo à educação", uma "instituição de educação extra-escolar".

O Projeto de lei nº 511/1936 tinha sua última votação marcada para 10 de novembro de 1937, mas o golpe que dissolveu o *Congresso Nacional* e instaurou o *Estado Novo*, ocorreu exatamente naquela data. Apesar disso, como o artigo de número 134 da *Constituição Federal* outorgada em 19 de novembro de 1937 pelo novo regime, ampliava ainda mais a disposição acerca da proteção ao patrimônio nacional, Gustavo Capanema interveio junto ao Presidente Getúlio Vargas para que aproveitasse o texto do Projeto de lei nº 511/1936 e promulgasse um decreto-lei preservacionista. Atendido o pleito, foi assinado o Decreto-lei nº 25, em 30 de novembro de 1937 (ANDRADE, [1952] 2012, p. 109-112).

Sobre as referências utilizadas na elaboração do Projeto de lei nº 511/1936, que daria origem ao Decreto-lei nº 25/1937, numa entrevista concedida ao Jornal *Diário da Noite*, do Rio de Janeiro, em 19 de maio de 1936, Rodrigo Melo Franco de Andrade declarou que estava se apoiando nos projetos elaborados pelos legisladores Luís Cedro e Wanderley Pinho[15]. Na obra "Brasil: monumentos históricos e arqueológicos", publicada no México em 1952, ele registrou que, além do anteprojeto de Mário de Andrade, tomou por principais referências: os projetos de Jair Lins e Wanderley Pinho; o decreto que regulamentou a *Inspetoria de Monumentos Nacionais* instalada no *Museu Histórico Nacional*; o decreto que regulamentava o *Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil*; e as legislações francesa e mexicana (ANDRADE, [1952] 2012, p. 107-108). Já numa palestra realizada em Minas Gerais no ano de 1968, declarou ter sido o projeto do jurista mineiro Jair Lins "o texto em que se basearam as disposições principais" do Decreto-lei nº 25/1937, e também ressaltou ter sido decisiva a participação do "preclaro patrício Gustavo Capanema" para que medidas ali preconizadas pudessem ser convertidas em lei federal, defendendo que a organização do *Patrimônio* teria procedido então de "aspiração e iniciativa genuinamente mineiras" [16].

Podemos dizer que as disposições elaboradas por Mário de Andrade em seu anteprojeto, foram distribuídas entre a Lei nº 378/1937 e o Decreto-lei nº 25/1937. A primeira absorveu algumas das diretrizes de estruturação da instituição, definidas no capítulo terceiro do anteprojeto, e também instituiu o *Conselho Consultivo*. E a segunda tratou especificamente

[15] Entrevista reproduzida por Terezinha Marinho (1987, p. 24).

[16] Palestra igualmente reproduzida por Terezinha Marinho (1987, p. 80).

dos mecanismos de proteção dos acervos, o instituto do tombamento e os museus[17]. A organização de um periódico, de uma série monográfica e de outras publicações que divulgassem conhecimentos sobre os objetivos institucionais e os bens tutelados como patrimônio nacional, ações também previstas no anteprojeto de Mário de Andrade, apesar de não constarem nos documentos jurídicos formulados, foram incluídas dentre as prioridades de ação no planejamento geral da instituição[18].

Lucio Costa[19], ao mesmo tempo em que se tornava maior expoente da arquitetura moderna brasileira, também foi envolvido por Rodrigo Melo Franco de Andrade na atuação do *Patrimônio*. Conforme analisado por Mariza Veloso Motta Santos (1996, p 78), ele orientava, ajudava a esclarecer grandes dúvidas e a "delinear o significado das categorias-chaves organizadoras do discurso sobre o patrimônio". E de acordo com o depoimento de Judith Martins[20], uma das primeiras contratadas da instituição, ele era sempre ouvido e dava pareceres nos assuntos relativos a tombamentos e restaurações, mesmo sem ser do quadro (THOMPSON, 2009, p. 37,92).

Carlos Drummond de Andrade[21], que foi chefe de gabinete de Gustavo Capanema durante todo o período em que esteve à frente do *Ministério da Educação e Saúde*, com o fim

[17] Em relação à forma de organização e administração dos museus idealizados por Mário de Andrade, houve reações dos dirigentes dos principais museus nacionais quando consultados por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Sobre tais reações ver: Pró-Memória (1986); Silvana Rubino (2002); e Analucia Thompson (2009).

[18] Em 1940, houve uma tentativa de regulamentação do Decreto-lei nº 25/1937 e criação de um projeto específico para tombamento de áreas urbanas. Rodrigo Melo Franco de Andrade chegou a solicitar ao amigo Prudente de Moraes Neto a composição de minutas para tal, mas as propostas apresentadas terminaram sendo arquivadas sem aplicação (SANT'ANNA, 1999, p. 113). No ano seguinte, durante as obras de abertura da *Avenida Presidente Vargas*, na capital federal, a presença de alguns bens tombados na reta da demolição, levou à promulgação do instrumento jurídico que instituiu o cancelamento dos efeitos do tombamento federal, o Decreto-lei nº 3.866/1941(CHUVA, 2009, p. 147-148; CARDOSO, 1969, p. 52). Entretanto, não houve grande repercussão desse ato na prática federal e um número bastante reduzido de bens inclusos nos livros de tombo teve o efeito do tombamento cancelado até hoje. Em termos legislativos, também apresentaram dispositivos relacionados ao patrimônio cultural: o *Código Penal* de 07 de dezembro de 1940; e o Decreto-lei nº 3.365/1941, que dispôs sobre a desapropriação por utilidade pública.

[19] Para mais informações sobre Lucio Costa e seu papel na arquitetura moderna do Brasil e no *Patrimônio*, ver: Lúcio Costa (1986); Lauro Cavalcanti (1995; 2000); Mariza Veloso Motta Santos (1996); Silvana Rubino (2002); José Pessoa (2004); Márcia Chuva (2003; 2008; 2009) e Analucia Thompson (2009; 2010).

[20] Quando da instalação provisória do SPHAN, em 1936, as primeiras contratações realizadas foram de duas datilógrafas, Hélcia Dias e Judith Martins, e do pintor Oswaldo Teixeira. As duas datilógrafas se tornaram mais que isso na instituição, além de prestarem amplo apoio administrativo às ações, foram envolvidas nas pesquisas sobre acervos artísticos do Brasil. Para mais informação sobre a atuação de ambas na instituição, ver: Analucia Thompson (2009; 2010). Já Oswaldo Teixeira, segundo Judith Martins, foi vinculado ao novo serviço por indicação de Getúlio Vargas, mas logo no ano seguinte, Rodrigo Melo Franco de Andrade conseguiu com Gustavo Capanema sua transferência para o *Museu Nacional de Belas Artes* (THOMPSON, 2009, p. 31-32).

[21] Para mais informações sobre Carlos Drummond de Andrade e sua atuação no *Patrimônio*, ver: Helena Bomeny (1991); e Márcia Chuva (2003; 2009).

do *Estado Novo* também foi absorvido pelo *Patrimônio,* e deu continuidade à organização do arquivo documental e bibliográfico que o beneditino D. Clemente da Silva Nigra[22] havia iniciado, como colaborador que foi do Serviço nas pesquisas relativas aos acervos católicos. Ele também gozava de posição importante no campo das prioridades e decisões que orientavam as pesquisas relativas aos acervos e as estratégias de preservação do patrimônio nacional (COSTA, 1986, p. 8; CHUVA, 2009, p. 108; THOMPSON, 2009, p. 30-33;77-78).

O engenheiro mineiro Epaminondas de Macedo, que serviu à *Inspetoria de Monumentos Nacionais*, continuou colaborando com o *Patrimônio* na realização de restaurações em Ouro Preto, e foram incorporados gradativamente à equipe da sede da instituição, para o cuidado do patrimônio arquitetônico tombado, os arquitetos Paulo Thedim Barreto, Alcides da Rocha Miranda, José de Souza Reis, Renato Soeiro e Edgard Jacintho (CAVALCANTI, 2000, p. 21-22; THOMPSON, 2009, p. 37,87,112; RUBINO, 2002, p. 8)[23]. Houve ainda investimento na formação de técnicos para atuarem na restauração do patrimônio móvel, sendo Edson Motta, Jair Afonso Inácio e José Rescala os primeiros a se especializarem nesse campo[24].

Os principais colaboradores que serviram na representação regional organizada em São Paulo entre as décadas de 1930 e 1950, foram o escritor Mário de Andrade e o engenheiro Luís Saia. Em Pernambuco, foi o engenheiro Ayrton de Carvalho o primeiro representante oficial. Na Bahia foi o escritor Godofredo Filho, e em Minas Gerais o arquiteto Sylvio de Vasconcelos[25].

Segundo a arquiteta Lia Motta, os primeiros trabalhos de preservação realizados pelo *Patrimônio* (2000, p. 264):

> [...] foram dirigidos por uma maioria de arquitetos modernistas, que identificavam edificações e sítios urbanos do período colonial como referência de uma única

[22] O monge beneditino baiano *D. Clemente da Silva Nigra* também registrou depoimento sobre sua atuação no *Patrimônio* (IBPC,1991).

[23] Lauro Cavalcanti (2000, p. 21-22) fornece mais informações sobre a trajetória desses arquitetos e a forma como foram integrados ao projeto do *Patrimônio*. Há também informações sobre eles nos verbetes organizados por Analucia Thompson (2009; 2010). Edgard Jacintho da Silva (SPHAN-PRÓ-MEMÓRIA, 1988) registrou depoimento para o *Projeto Memória Oral* SPHAN/Pró-Memória, e Alcides Rocha Miranda (2002) também teve seu depoimento registrado pelo IPHAN.

[24] Para mais informações sobre os restauradores, ver: Lúcio Costa (1986); e Analucia Thompson (2009). José Rescala (SPHAN-PRÓ-MEMÓRIA, 1988) também registrou depoimento para o *Projeto Memória Oral* SPHAN/Pró-Memória.

[25] Escreveram sobre a atuação de Luiz Saia no *Patrimônio*: Analucia Thompson (2009; 2010); João Clark de Abreu Sodré (2010); e Victor Hugo Mori (2011). Sobre Ayrton de Carvalho escreveu Juliana Melo Pereira (2012). Sobre Sylvio de Vasconcelos escreveram: Vânuza Moreira Braga (2010); e Analucia Thompson (2009; 2010).

> identidade para a nação, por acreditarem que aquela arquitetura representava a primeira expressão "autenticamente" brasileira, o "abrasileiramento" das construções portuguesas [...]. Exemplares de outros períodos arquitetônicos também foram protegidos, em menor escala, como exceções, sempre em virtude de sua excepcionalidade ou como referenciais de fatos memoráveis da história, como determina o Decreto-lei 25.

Ainda de acordo com ela, para os "modernos" à frente do *Patrimônio* a arte e a arquitetura colonial (2003, p. 128):

> Representava a força de um Brasil mestiço, fonte de compreensão dos brasileiros a partir da dinâmica que se estabeleceu no processo de construção da nação. Segundo Lucio Costa – um dos mais ilustres modernistas que integrou os quadros do IPHAN, "a arquitetura popular brasileira (colonial) é o resultado do "amolecimento" e da "simplificação das construções que eram feitas na Metrópole". Representava a primeira expressão "autenticamente" brasileira, seu traço primitivo, marca da civilização nacional. Diferenciava-se, portanto, segundo os modernistas, de outras expressões do passado, com a arquitetura "europeizada" do século XIX que se "aclimatou". A arte e a arquitetura colonial representariam o povo brasileiro e caracterizariam a nação "civilizada", portadora de cultura própria. Especialmente a arquitetura, ao mesmo tempo, identificaria o Brasil como nação e seria fonte de inspiração para as construções modernas, de padrão internacional, trazendo a marca nacional.

Mas houve também no início da trajetória institucional o investimento na construção de uma teoria do barroco brasileiro que identificava nas cidades erguidas sob o advento do ciclo do ouro nas Minas Gerais a origem do homem, do espírito criador, da cultura e da arte genuinamente brasileiros, a origem, portanto, do próprio Brasil. Conforme analisado por Mariza Veloso Motta Santos (1996, p. 77-78), Rodrigo Melo Franco de Andrade e sua equipe, na direção do *Patrimônio*, procuraram dar a esta perspectiva de patrimônio nacional centrada no patrimônio mineiro um "caráter de universalidade, buscando para tanto, desenvolver estratégias de legitimação", num processo que não foi "levado a cabo" sem conflitos, por estar em pauta "a luta pela hegemonia travada por uma multiplicidade de sistemas de valores orientadores da conduta coletiva". Para ela a intelectualidade à frente do *Patrimônio*, imbuída de sua autoridade, mediante sofisticação da formação discursiva e ordenação diferenciada dos critérios de seleção e proteção de acervos, estabeleceu uma dinâmica simbólica "arbitrária e coercitiva" em relação aos "valores em performance", dotando a idéia de nacional de territorialidade.

Na análise de Márcia Chuva (2009, p. 63), de fato, "esse patrimônio foi de tal forma reproduzido em revistas, jornais, mapas, folhetos etc. que, multiplicando-se infinitamente, tornou-se ícone máximo de 'brasilidade' na escala de valores que se impôs". É sobre esta

construção e sobre as reações que provocou, especialmente no contexto baiano, que passamos a tratar a seguir[26].

1.2. A construção do mito da origem mineira da nacionalidade no *Patrimônio,* e a visão dos baianos a seu respeito

As seguintes palavras proferidas por Satyro Dias em 04 de setembro de 1895, por ocasião da inauguração do "Monumento ao Dois de Julho", durante as comemorações anuais da independência da Bahia, mostra que as discussões em torno da origem da nacionalidade, envolvendo perspectivas centradas nos legados baiano e mineiro, já ocorriam no Brasil desde o final do século XIX. Afirmou ele (1895, p. 214):

> Se Minas, como disse alguém, é, sob o aspecto physico e da tradição moral, o coração do Brazil, a Bahia é a cabeça da nova e grande republica Sul-Americana. Guarda-se ali o fogo sagrado da fé e dos costumes da família brasileira; aqui o palladium da sua historia politica e da sua evolução social. O monumento o atesta.

Diante de tal embate, não faltariam por parte da intelectualidade baiana, especialmente daquela ligada ao *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* (IGHB), manifestações em defesa da identificação da Bahia como "berço da nacionalidade". Quando da reorganização desse instituto por exemplo, em 1894, após um período em que uma primeira constituição, organizada em 1855, teve sua atuação sufocada e suspensa por questões políticas, foi feita a seguinte observação a respeito do significado da Bahia no cenário nacional, em carta enviada pelos sócios à imprensa local (IGHB, 1894, p. 6):

> Uma vez que o espírito nacional por força dos últimos acontecimentos políticos que libertaram o paiz da centralisação atrophiadora de todas as suas grandiosas aspirações, vae pressurosamente se erguendo para o desenvolvimento da vida social da nação, em todas as suas modalidades, não póde a Bahia ficar estacionaria por mais tempo, no levantamento de sua historia, guia de todos os outros empreendimentos. [...] não pode, nem deve a Bahia, berço da nacionalidade brazileira, ficar na retaguarda dos mais Estados.

E na seção intitulada "Como Julgam a Bahia", organizada por Egas Moniz de Barreto Aragão (1911, p. 85-94) na trigésima sexta edição da *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, foram reportados diversos trechos de citações realizadas por estrangeiros e brasileiros sobre a Bahia, onde essa perspectiva teve lugar, como: uma declamação de

[26] Foram publicados relatórios das primeiras obras de restauração promovidas pelo *Patrimônio* por Adalberto Mário Ribeiro (1948) e Rodrigo Melo Franco de Andrade ([1952] 2012). Outra antiga publicação também digna de nota é o estudo elaborado por Gabriel Augusto de Gouvêia (1959) para apresentação no *Seminário sobre o papel educativo dos museus*, organizado pela UNESCO no Rio de Janeiro em 1958, onde, ao definir normas para classificação e estatísticas de monumentos históricos e artísticos do Brasil, expôs os conceitos gerais relacionados, conforme aplicados à época.

Torquato Bahia, considerando a Bahia "mãe exemplaríssima e generosa dos gênios e heróis que fizeram o Brasil"; a obra do Visconde de Porto Seguro sobre a "História Geral do Brasil", publicada em meados do século XIX, onde a engenhosidade dos baianos foi destacada e a Bahia comparada à antiga Grécia, como berço de uma civilização; o relato de Luiz Agassiz sobre uma excursão realizada pelo Brasil em 1872, onde destacou que nenhuma outra cidade do Brasil reproduziria tão bem como Salvador a fisionomia da nação; e a seguinte declaração feita por Sylvio Romero em sua *História da Literatura Brasileira*:

> Em nenhuma outra parte os diversos elementos, que constituíram o nosso povo, se amalgamaram tão fortemente e produziram tão pompto esse espirito peculiar que é o mais genuinamente brasileiro. [...] Os outros provincianos não têm como eles a habilidade de ajudarem-se e triumpharem das dificuldades. Em todas as provincias, e especialmente na corte, são sempre os preferidos; provocam até ciúme por isso.

Wanderley Pinho, na já mencionada primeira apresentação pública de seu projeto preservacionista, realizada no *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* em 1917, também não deixou de manifestar seu entendimento a respeito do significado da Bahia na história da nação. Na ocasião declarou (1918, p. 192):

> A Bahia é, e há de ser, felizmente por muito tempo, a região tradicional brazileira: onde as lendas e os costumes de antanho conservam a sua poesia melancholica no contraste de um progresso que penetra lentamente [...]. E a razão desse aspecto genuinamente brazileiro que conservamos está nos vestígios que nos restam da grande vida já vivida: nos monumentos, nos templos, nas casas antigas, nas velhas tradições, nos objetos e cousas da arte de outrora.

E em outro discurso declamado no Rio de Janeiro no ano seguinte, por ocasião dos *Festejos aos Atiradores Bahianos*, ele fez a seguinte declaração sobre a Bahia (1918, p. 327):

> O orgulho de nossa prosápia bahiense, a vaidade dessa estirpe de heróes, de oradores, de estadistas, de homens de sciencia, de poetas, que dominaram da Bahia todo o paiz no passado e hoje sahem dela para triumphar onde quer que acampem e exercitem as armas com que os sabe aperceber a Bahia; a memoria dos feitos de que fomos theatro ou protagonistas: esse santo orgulho – alentado pelo espirito de solidariedade que avivam as saudades e as distancias do torrão comum – é que abriu o coração acolhida de nossos atiradores quando visitaram a Capital da Republica [...]. Outro orgulho não é, nem outro sentimento, o estimulo que nos revigora a nós do Instituto e que nos leva a todos a meditar, em solemnidades como esta, na grandeza do nosso valor e no valor da nossa grandeza, na magnitude do nosso passado e nas incertezas de nosso futuro.

E quando o Frei Pedro Thomaz Margallo proferiu sua conferência em defesa da proteção pelo poder público das obras de arte e monumentos históricos do Brasil, também fez a seguinte referência ao legado baiano (1927, p. 515):

> A Bahia pode gloriar-se de possuir verdadeiras joias de arte, e confessamos sem exageração alguma que os seus templos guardam obras de talha tão primorosas e raras que constituem um verdadeiro thesouro artistico para o Estado e ainda para a Nação, pois dificilmente se encontram fora de aqui. Atrever-me-ia a dizer que poucas nações conservam tanta riqueza em talha, como a que aqui profusamente admiramos com verdadeiro assombro.

Mas a narrativa de origem mineira da nacionalidade brasileira veio a triunfar nas circunstâncias políticas que se configuraram no início do século XX, quando a intelectualidade mineira encabeçou o projeto preservacionista do *Estado Novo*, sendo adotada oficialmente e promovida pelo poder público.

É fato que as cidades erguidas no apogeu do ciclo da mineração, especialmente a capital do ouro, desde os anos de 1920 foram consideradas por intelectuais de diversas partes do país importantes repositórios da arquitetura e da arte colonial do Brasil, e diante do estado de abandono e arruinamento que aumentava e lhes ameaçava levar muito rápido ao desaparecimento, constituíram alvo de protestos e iniciativas visando uma revalorização e preservação. Mas, foi na investida daquele grupo de intelectuais revestidos de poder político que alcançaram tamanha significação.

Em seu denso estudo sobre os primeiros anos de atuação do *Patrimônio*, Márcia Chuva comentou a maneira como os intelectuais mineiros na sua dianteira buscavam fazer valer suas visões e decisões enquanto "discurso autorizado", especialmente nas representações institucionais plantadas pelo país, sob as quais mantinham rigoroso controle, principalmente por meio de imensa troca de correspondências. Ela ainda analisou como a "mineiridade" influenciaria na concepção desse discurso e, assim, afirmou (2009, p. 62-63):

> Um grupo de intelectuais mineiros esteve engajado no processo de institucionalização do Sphan, ao lado dos também mineiros Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Sphan, vinculado a Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, e Carlos Drummond de Andrade, seu chefe de gabinete. Construíram uma teia de agentes cujos laços pessoais, em boa medida, passavam pelo sentimento de pertencimento à mineiridade. Essa centralidade mineira configurou-se também, e sobretudo, nas representações acerca do patrimônio histórico e artístico nacional, em que a produção artística e arquitetônica do século XVIII de Minas Gerais não somente foi consagrada, como considerada paradigmática e modelar para o restante do Brasil, cujo patrimônio passou a ser analisado e comentado à luz do patrimônio mineiro – padrão de qualidade a ser buscado.

Márcia Chuva (2009, p. 70) também traduziu bem o sentimento e a expectativa que conduzia esses intelectuais mineiros na construção dessa perspectiva, assinalando que para eles:

> Os símbolos da mineiridade – a opulência da arte mineira do século XVIII, com a arte barroca de Aleijadinho e seus profetas, religiosidade e urbanidade, cidades cheias de gente e de ideais de liberdade – são monumentos semióforos, que materializam uma grande coleção chamada "brasilidade". Esses monumentos tornaram-se os símbolos da nação, devendo identificar todos os brasileiros, que, apesar de não se conhecerem, sentem-se parte dessa comunidade imaginada, que tem seu coração em Minas Gerais e Minas Gerais do coração.

Para dar conta de sustentar essa concepção de origem da nacionalidade, diante de outras concepções que também vinham sendo esboçadas desde o século XIX, como aquela

que identificava na Bahia o "berço da nação" [27], ainda de acordo com Márcia Chuva (2005, p. 49), o grupo defendia que "a origem da nação se deu no momento em que foi capaz de romper, de se lançar num salto em direção ao novo". E é ela mesma quem esclarece a tese de que se cercaram e as medidas que adotaram para legitimar tal discurso, conforme podemos conferir nesse outro trecho de um de seus trabalhos (2011, p. 44-45):

> Quanto à arquitetura produzida pela Companhia de Jesus [...] foi valorizada como representativa da ancestralidade da nação, sem que expressasse, ainda, uma arte de criação autônoma brasileira. Para esse grupo fundador das práticas de preservação do patrimônio, essa arte somente será identificada na região de Minas Gerais, cuja consolidação urbana remonta à segunda metade do século XVIII, e a intensa produção artística foi considerada como a primeira a se revelar genuinamente brasileira, sem mais imitar a arte do reino português. Para que as origens fossem identificadas com o contexto histórico-espacial de Minas Gerais, foi dada ênfase ao movimento de 1789, denominado pela Coroa de "Inconfidência Mineira", considerado a expressão-síntese da origem da nacionalidade [...]. Tiradentes, o único dentre os revoltosos exemplarmente punido [...], foi consagrado como herói nacional pelo governo Vargas, imagem que se reproduziu amplamente nos livros didáticos de História. Em consonância com essa interpretação da história do Brasil no século XVIII, foram realizados os tombamentos de seis cidades mineiras inteiras (Ouro Preto, Diamantina, São João del-Rei, Tiradentes, Serro e Congonhas) [...]. Também nos anos 1930/40, grande investimento em estudos sobre a arte colonial mineira foi feito e a obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, passou a ser considerada a maior expressão de uma arte barroca brasileira.

Para Mariza Veloso Motta Santos (1996, p. 91), no discurso do grupo que buscava fazer valer uma perspectiva mineira de origem da nacionalidade, "Minas nasceu barroca" e se constituiu num "pólo irradiador de cultura", por isso seus acervos do século XVIII compunham "o legado mais brasileiro do Brasil-colônia", o "mais original", o "símbolo emblemático da nação brasileira". E na concepção do sociólogo Sérgio Miceli, que também analisou a trajetória inicial da instituição (1987, p. 44):

> Essa geração de jovens intelectuais e políticos mineiros converteu sua tomada de consciência do legado barroco em ponto de partida de toda uma política de revalorização daquele repertório que eles mesmos mapearam e definiram como a "memória nacional".

Sendo a realização de tombamentos a ação institucional de maior relevo nas primeiras décadas da trajetória do *Patrimônio*, devemos notar também que, para além dos emblemáticos tombamentos das cidades mineiras ocorridos em 1938, até o ano de 1957 houve gradativa ampliação no número de tombamentos que contemplavam monumentos de Minas Gerais, de modo que, se nos dez primeiros anos de atuação do *Patrimônio*, Bahia e Rio de Janeiro

[27] Curiosamente, há numa antiga pasta intitulada "Brasil Geral/ Histórico e notícias do e sobre o Serviço, a Diretoria e o Instituto do P.H.A.N. – 1936-1974", preservada no Arquivo Central do IPHAN/RJ, um recorte da edição de 15 de agosto de 1942 do *Jornal Meio-Dia*, do Rio de Janeiro, onde a reportagem intitulada *Defesa do Patrimônio Artistico e Historico do País* trouxe um apanhado de informações sobre os acervos existentes em todas as regiões do Brasil, identificando a Bahia como "berço da nacionalidade" e as Minas Gerais como "a civilização do ouro do Brasil".

superaram Minas Gerais em número de inscrições – foram 123 bens na Bahia, 102 no Rio de Janeiro e 74 em Minas Gerais – nos dez anos seguintes foram contemplados 89 bens de Minas Gerais, enquanto diminuíram consideravelmente os tombamentos nos outros dois Estados – do Rio de Janeiro foram tombados 26 bens e da Bahia apenas 15 bens, conforme foi constatado por Brenda Coelho Fonseca e Telma Soares Cerqueira (2008, p. 15-16). Assim, no entendimento de Silvana Rubino (1996, p. 97,105), o "Brasil passado a limpo" pela direção do *Patrimônio* naquele período inicial, formou um conjunto de bens móveis e imóveis com "lugares e tempos privilegiados", um acervo que "é um retrato do Brasil que tem rosto e autoria" [28].

Durante entrevista concedida ao Jornal *O Diário*, de Belo Horizonte, publicada na edição de 12 de julho de 1940, Rodrigo Melo Franco de Andrade declarou[29]:

> Tendo sido Minas o cenário mais importante de nossa história Colonial e de quase todo o passado histórico do país, é natural que esta preponderância, influindo beneficamente em todos os setores de atividade, tenha constituído do nosso Estado uma espécie de relicário dos grandes feitos e das grandes realizações nacionais. As importantes obras de arte e os monumentos deixados pelos antepassados ficaram aqui testemunhando a vitalidade de outras gerações, lembrando fatos de outros séculos. Daí, porque voltamos hoje nossa atenção e carinho para essas relíquias que nos ficaram de outros tempos.

E ao longo das primeiras décadas de atuação do *Patrimônio*, assessorado especialmente por Lucio Costa e Carlos Drummond de Andrade, ele procurou se cercar de todos os elementos necessários para legitimar e promover pelo país a ideia de que, nas Minas Gerais do século XVIII teriam se concentrado as condições necessárias para a origem da "brasilidade" e, portanto, para o desenvolvimento de expressões culturais e artísticas que pudessem ser consideradas "autenticamente nacionais".

Foi exatamente o arquiteto Lúcio Costa, o responsável por organizar o primeiro embasamento teórico à perspectiva que vinculava as Minas Gerais à origem da nacionalidade brasileira, quando, em 1941, publicou na quinta edição da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* o artigo intitulado "A arquitetura jesuítica no Brasil", expondo sua "teoria do barroco brasileiro" [30]. Possivelmente, foi com base nas concepções dispostas por Lúcio Costa nesse artigo, que os mineiros Afonso Ávila e Silvio de Vasconcelos, conforme

[28] De acordo com o antropólogo José Reginaldo Gonçalves (2002:69), um relatório produzido pela *Fundação Nacional Pró-Memória* em 1982, revelou que 70% dos bens tombados estavam em Minas Gerais. Para mais informações sobre os processos de tombamento, ver: Silvana Rubino (1996); e Márcia Chuva (2003; 2009).

[29] Recorte preservado no Arquivo Central do IPHAN/RJ: Série Inventário/ Subsérie: Brasil Geral/ Histórico e notícias do e sobre o Serviço, a Diretoria e o Instituto do P.H.A.N. – 1936-1974.

[30] Para mais informações sobre a teoria do barroco brasileiro elaborada por Lúcio Costa ver: Márcia Chuva (2003).

observado por Mariza Veloso Motta Santos (1996, p. 91), também publicaram trabalhos identificando nas Minas Gerais do século XVIII, uma "primeira sociabilidade inteiramente brasileira" e defendendo que a arquitetura colonial mineira, com sua simplicidade, contrastava com as que no litoral constituíam cópia ou continuação da arquitetura europeia.

E certamente contribuiu também para o desenvolvimento de uma perspectiva que excluia a possibilidade de tombamento de conjuntos urbanos coloniais na Bahia a seguinte análise, elaborada pelo pesquisador norte-americano Robert Smith[31], que realizou pesquisas sobre o barroco brasileiro a partir de 1937, com apoio do *Patrimônio* (1954, p. 11-13):

> Os portugueses estabeleceram no Brasil, quasi intacto, o mundo que haviam criado na Europa. A melhor comprovação oferece a cidade da Bahia em si mesma. Em quase 215 anos, de 1549 a 1763, durante os quais gozou do privilégio de ser a primeira metrópole lusitana no novo mundo, tornou-se a Bahia uma réplica fidelíssima de Lisboa e do Porto, as duas melhores cidades de Portugal. Isto é verdade, não só em relação aos seus edifícios, mas principalmente, à sua localização e à maneira pela qual aí se desenvolveu. [...] Esta é a classica **mise-en-scêne** luso-brasileira, o fundo dramático da arquitetura primitiva. Encontra-se também em Olinda, no Rio de Janeiro e nas cidades posteriores de Minas Gerais, porém somente na Bahia o padrão foi tão plenamente desenvolvido.

Não foi apenas em relação à Bahia e sua capital que Robert Smith identificou o que chamou de "imitação" dos padrões metropolitanos, na verdade ele o fez com relação a todos os conjuntos urbanos coloniais mais antigos do Brasil, inclusive os de Minas Gerais, conforme foi comentado e demonstrado por Beatriz Bueno (2012, p. 27). Mas, ao que parece, essa visão a respeito da obra colonial brasileira foi especialmente destacada na instituição federal de preservação em relação aos acervos baianos, talvez por serem exatamente os que constituíam maior desafio à perspectiva de origem da nacionalidade brasileira que se buscava legitimar[32].

Analisando os documentos e publicações produzidos por Godofredo Filho e sua equipe entre as décadas de 1930 e 1950, não encontramos correspondência com a ideia de que eram buscadas relações dos acervos locais com os mineiros, como forma de garantir sua inclusão nos livros de tombo, nem qualquer menção aos acervos baianos como "cópia" de Portugal. Ao contrário, é notório o empenho com que se buscou a inclusão do legado colonial

[31] Para mais informações sobre Robert Smith e sua relação com Rodrigo Melo Franco de Andrade e o *Patrimônio*, ver: Robert Smith (1969); Joaquim de Sousa Leão (1969); Márcia Chuva (2009); e Nestor Goulart Reis Filho (2012).

[32] Há um interessante estudo recente publicado na Revista do IGHB que demonstra uma reação na historiografia baiana a essa perspectiva. Trata-se de: FERNANDES, José Alberto V. Rio; VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Porto e Salvador: duas trajetórias urbanas. In: IGHB. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – nº 97*. Salvador: IGHB, 2002, p. 87- 133. Esse estudo destaca "uma importante diferença de ordem social e cultural, devido ao peso do escravismo em Salvador e à influência cultural decorrente da importante presença de descendentes de africanos", em relação a cidade do Porto, em Portugal.

baiano no "patrimônio nacional", e sua identificação com a origem da nacionalidade, mesmo com todo respeito ao discurso, às diretrizes e prioridades estabelecidos pela sede.

No primeiro estudo monográfico que Godofredo Filho submeteu a Rodrigo Melo Franco de Andrade, por exemplo, notamos que apesar de seu envolvimento com o *movimento modernista* e participação nas ações voltadas para valorização do legado de Ouro Preto, permanece a visão da Bahia como "berço da nação", conforme uma perspectiva que já estava consolidada na sociedade baiana, e que também era partilhada por parte da intelectualidade brasileira. Estamos nos referindo à sua "Introdução ao Estudo da Caza Baiana", que enviou para Rodrigo Melo Franco de Andrade em março de 1937[33], e onde afirmou:

> Se "a ordem espiritual brasileira terá que ser amanhã uma ordem baiana", como insinua lúcido ensaísta [Assis Chateaubriand in: A Cidade Imperial], as razõis secretas dessa força vão ligar-se, num plano subterrâneo, aos alicerces que cimentaram a estrutura de nossa clássica habitatio.

Observemos que esse estudo, assim como o que produziu sobre a arquitetura militar, em novembro do mesmo ano[34], não tiveram espaço nas publicações do *Patrimônio*, talvez justamente pelo fato de Godofredo Filho ter deixado transparecer neles leituras acerca do conjunto da arquitetura colonial baiana, como essa transcrita no exemplo, que contrariavam a perspectiva de origem da nacionalidade que se buscava legitimar. Os estudos de Godofredo Filho que Rodrigo Melo Franco de Andrade fez publicar ou cogitou publicar, como será mostrado no segundo capítulo, foram aqueles que serviram ao inventário de determinados monumentos arquitetônicos da Bahia que foram tombados – destituídos, portanto, de qualquer análise mais ampla sobre o conjunto da obra colonial na Bahia.

Também constatamos que a visão demonstrada por Godofredo Filho sobre a Bahia em 1937, não mudaria diante da perspectiva de origem da nação traçada pela direção do *Patrimônio*. Tanto é, que na edição do Jornal *A Tarde* de 23 de outubro de 1960, como havia feito o Visconde de Porto Seguro em sua "História Geral do Brasil", ele também comparou a cidade de Salvador à clássica Atenas, em razão de sua identificação na historiografia geral da época como berço da civilização ocidental (SANTOS, 2006, p. 66).

Além disso, durante o longo período em que ficou à frente da representação do *Patrimônio* na Bahia, de 1936 até 1974, Godofredo Filho não atuou simplesmente no sentido de identificar no acervo baiano elementos que correspondessem ao patrimônio mineiro de

[33] Documento preservado no Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[34] FILHO, Godofredo. *Notícia histórica sobre as velhas fortalezas da Baía e os serviços que prestaram á defesa territorial brasileira*. Baía: MES/SPHAN, novembro de 1937. Documento preservado no Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

modo a garantir-lhes proteção e investimentos federais, antes, como foi possível verificar na sua extensa documentação de trabalho, dedicou-se com muito vigor à tarefa de reunir todas as informações e argumentações de que pudesse se valer para conferir à grande quantidade de bens móveis e imóveis baianos que distinguia como patrimônio histórico e artístico da nação, o reconhecimento oficial, procurando driblar as argumentações contrárias que surgiam, com base na própria história e estética desses bens e na demonstração da representatividade que tinham enquanto testemunhos ímpares de determinados aspectos da trajetória colonial brasileira, destacando a responsabilidade social que teria o *Patrimônio* diante da destruição ou evasão dos que estivessem sofrendo ameaça iminente. Ele ainda procurava se cercar de todos os meios possíveis para adequar as demandas locais aos programas, projetos e prioridades estabelecidos pela direção-geral.

Não encontramos menção ao patrimônio mineiro enquanto referência para as propostas de proteção ou restauração dos acervos baianos, nem nos documentos elaborados na representação do *Patrimônio* na Bahia, nem nos depoimentos registrados por algumas das personalidades que ali serviram até a década de 1950. O único registro que encontramos onde há referência ao patrimônio mineiro em comparação ao baiano é da autoria de Ayrton de Carvalho, primeiro encarregado da representação pernambucana do *Patrimônio*, que, em 1939, após sua primeira visita à cidade de Cachoeira, no *Recôncavo Baiano*, identificou-a como a "Ouro Preto do Nordeste", em carta dirigida a Rodrigo Melo Franco de Andrade[35].

Ainda com base na leitura da documentação institucional, foi possível observar que não houve investidas da equipe formada na Bahia no sentido de questionar ou reagir às concepções elaboradas e perseguidas pela sede nacional, mas também não houve a reprodução dessas concepções em nível local, prevalecendo uma percepção do patrimônio baiano mais condizente mesmo com a que identificava a Bahia como "berço da nacionalidade". Trata-se de uma interessante e bem-sucedida combinação de deferência à equipe que dirigia a instituição e ao "discurso autorizado", com uma sagacidade para encontrar as ocasiões favoráveis, naquela posição secundária, para alcançar o objetivo de salvar da destruição, do abandono, das picaretas e dos antiquários, o legado arquitetônico e artístico da "velha Bahia", entendido como parte importante do acervo histórico e artístico relacionado à origem do Brasil e da brasilidade.

[35] Carta de Ayrton de Carvalho para Rodrigo M. F. de Andrade – Recife, 20/04/1939. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

Ainda foi possível perceber nas palavras utilizadas pela redação do Jornal *A Tarde*, em 03 de dezembro de 1941, para introduzir a publicação de um parecer da *Procuradoria Geral da República* sobre "a lei de proteção ao patrimônio histórico e artístico e a limitação do direito de propriedade", que a expectativa nutrida na Bahia, naquele momento fundador da prática preservacionista pelo *Governo Federal*, era de que constituiria esse estado o que maiores razões teria para aplicação da nova lei, conforme expressão contida na seguinte passagem[36]:

> A questão da preservação dos monumentos artísticos e históricos, protegidos por lei especial e pela própria Constituição, não é, claro está, um assunto apenas local. Conquanto seja na Bahia onde em maior número se encontrem motivos para a aplicação daquela lei e do competente preceito constitucional, também no resto do país, especialmente nas cidades mais antigas, e, por isso mesmo depositárias de caras tradições, rigorosas e oportunas teriam sido as medidas de amparo aos veneraveis legados do passado postas em pratica pelo governo federal, através o serviço competente.

E a percepção, por parte da intelectualidade baiana envolvida nas questões relativas à composição do patrimônio nacional e sua preservação, de que o discurso e a prática primordiais do SPHAN não correspondiam a essa expectativa, gerou manifestações reacionárias.

Afrânio Peixoto, por exemplo, em seu "Breviário da Bahia", como se estivesse querendo justificar uma aparente passividade dos baianos diante da elevação de uma perspectiva de origem da nacionalidade que excluia o estado, declarou (1946, p. 352):

> A Bahia tem graça: é sua natureza. Teve educação; foi a filha mais velha, mais tempo educada: daí sua dignidade. Daí diante dos irmãos e irmãs, irrequietos e presumidos, um discreto silêncio, menos que de desdém, de dignidade. Só os estrangeiros têm olhos novos, para ver, saber ver.

E em seu "Livro das Horas" ao reservar espaço para criticar determinada aversão que percebia em relação aos baianos fora do estado, em tom provocativo, procurou demonstrar a influência dos baianos em várias regiões do Brasil, identificando-os como "tipo universal brasileiro". Escreveu ele, então (1947, p. 318):

> Da Bahia, eles dizem que é "boa terra", ironicamente; mas como lhes fazemos concorrência, na terra deles, acrescentam, aleivosamente, "eu aqui e ela lá". Mas se enganam: tanto baiano há na Bahia, que eles sobram, para vencer na terra dos outros, que não são baianos, e onde os baianos mandam. [...] Afonso Arinos não esqueceu o vendedor de pão que da Bahia vai a Góis, no inter-limite das Províncias. Abdias Neves diz que todo nortista do território do Piauí era... "baiano". "Baiano", ao sul, no Rio Grande, depõem todos, de antes de Alcides Maia e depois de Viana Moog, é todo brasileiro que, da fronteira, para cima, procede do norte... A conclusão é só uma: "baiano" é, universalmente, o brasileiro... Os outros são peculiares a suas terrinhas provincianas: nós somamos todas.

[36] Recorte preservado no Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de janeiro: Série Inventário/ Subsérie: Brasil Geral/ Histórico e notícias do e sobre o Serviço, a Diretoria e o Instituto do P.H.A.N. – 1936-1974.

Do mesmo modo, Pedro Calmon considerou a necessidade, em algumas de suas obras, de destacar o significado que considerava ter a Bahia nas origens da nacionalidade e na composição de seu povo, embora com uma abordagem diferente da provocativa usada por Peixoto, pautada mais no investimento em argumentações com que pudesse comprovar e enfatizar a validade do ponto de vista defendido. Assim, na introdução de sua "História da Fundação da Bahia", por exemplo, publicada nas comemorações dos quatrocentos anos de fundação de Salvador, procurou conferir confiabilidade científica ao trabalho, registrando que para produzi-lo fez uso de antigos documentos que estavam ficando esquecidos. E no desenvolvimento da obra discorreu sobre uma Bahia que, por conta da centralidade de que gozou no processo de colonização portuguesa na América, constituiria síntese do modelo de sociabilidade que culminou deste empreendimento, e terra mãe do "moreno" brasileiro, fruto da aliança dos povos que fizeram a colônia, conforme expôs no seguinte trecho (CALMON, 1949, p. 228-229):

> Brotou desse encontro de raças no massapê açucarado o homem novo. O produto moreno e valente da aliança dos póvos ao calor dos tachos de melaço [...] A alma inédita do mestiço. Nem o branco, de quem tinha a ambição, nem o índio, de quem tinha a astúcia, nem o negro, de quem tinha a força. A mistura deles – como cores e qualidades, como defeitos e corações pisados num almofariz –; a sua milagrosa confusão. Para que surgisse essa obra-prima dos trópicos, resultante inesperada do bravio amor das raças que se odiavam, que foi o homem novo. Arrancado ao acaso dessa união acidental, pelo génio conciliador português. [...] Na psicologia atrevida do mestiço, delineia-se o nativismo, palpita, como uma adivinhação, a política patriótica, e se desdobra a consciência nascente e poderosa do povo. É o povo que amanhece para a História, saltando os muros anacróticos da cidade para alargar de ruídos alegres a vastidão do país.

Vale ressaltar que Pedro Calmon, desde o final da década de 1920, também se engajou amplamente nos debates e em diversas ações voltadas para o estudo da cultura brasileira, tanto no âmbito acadêmico, como no campo da política e nas instituições das letras, da história, da geografia e da cultura, na então capital federal, tendo sido Ministro da Educação e Saúde entre os anos de 1950 e 1951, e Ministro da Educação e Cultura entre 1959 e 1960[37]. Ele gozou da amizade de Rodrigo Melo Franco de Andrade, a quem prestou homenagem através de artigo publicado em 1970, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Nacional*.

Em 1992, num artigo sobre "a formação da nacionalidade brasileira", publicado pelo *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Pedro Calmon considerou que seria mesmo o

[37] O Processo de Tombamento 0464-T-52, referente aos "principais conjuntos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos de Salvador", foi aberto logo após o fim da primeira gestão de Pedro Calmon como Ministro e concluído durante sua segunda gestão. Como membro do *Conselho Consultivo*, ele também foi relator desse processo e do Processo 1093-T-83, de rerratificação da área tombada do "Centro Histórico de Salvador", fato significativo sobre o qual voltaremos a tratar no terceiro capítulo.

"bairrismo" a provocar disputas em torno da narrativa de origem da nação e do povo brasileiros, conforme explicou nas seguintes palavras (IGHB, 1992, p. 111-119):

> Quando em 1549, se cria o Estado do Brasil, tem ele este nome. É Brasil, não o Pará, Maranhão, Bahia etc. É o Brasil. [...] Essa coisa do patriotismo é muito mais séria e muito mais profunda do que imaginamos, habituados ao lirismo convencional das declamações. [...] É a consequência, por isso mesmo espontânea, pois é uma consequência dessa ligação do homem com a terra, e que tem um nome familiar. Chama-se bairrismo. Como brigamos, os de um bairro com os de outro bairro. [...] Esse regionalismo está entranhado na consciência, e não acredito em patriotismo sem aquele carinho do homem pelo lugar do berço, [...]; onde o homem se sente briosamente ligado á sua terra, ele se sente por extensão ligado indissoluvelmente ao seu país.

Essa interpretação de Pedro Calmon relaciona-se ao principal fator que parece ter influenciado no embate de perspectivas acerca da origem da nacionalidade brasileira: o sentimento de apego das pessoas, inclusive intelectuais e políticos, à sua terra natal, que lhes impulsiona a mover-se no sentido de destaca-la, tanto na história, como nas realizações do presente. Para José Reginaldo Gonçalves (2002, p. 121), durante a composição do patrimônio nacional "grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento". E na visão do também antropólogo Gilberto Velho (2006: 245), tensões, negociações e conflitos estão presentes nas políticas públicas de patrimônio, justamente por envolverem "emoções, afetos, interesses os mais variados, preferências, gostos e projetos hegemônicos e contraditórios".

Não se trata, pois, de exclusivismo de baianos e mineiros, essa busca por um lugar especial na construção da história nacional que começou a se esboçar no século XIX. Como observou a historiadora Aline Montenegro Magalhães (2001, p. 190) por exemplo, na época das comemorações do *Centenário da Independência*, no Rio de Janeiro, foi promovida uma perspectiva de origem da nação cujo marco seria o estabelecimento da corte portuguesa no Brasil. E como lembrou Márcia Chuva (2009, p. 102), os paulistas também almejaram lugar de destaque na narrativa de origem da nação, identificando os bandeirantes como aqueles que desbravaram a região mineira "concebida como símbolo máximo da nação" [38].

E se o curso dos acontecimentos levou ao favorecimento e oficialização da versão que reconhece uma origem mineira da nacionalidade, não foi sem encontrar oposições que foi perseguida pelo Estado, num processo que terminou por proporcionar não apenas as realizações que corresponderam à essa concepção oficializada, mas também a gradativa inclusão de ações que foram contemplando outras perspectivas. Deste modo, podemos

[38] Uma perspectiva de "desbravamento" do território que viria constituir o Brasil, por bandeirantes provenientes da Bahia e de São Paulo, também aparece no texto intitulado "O Brazil", publicado no segundo volume da *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia* (IGHB, 1894, p. 163-166).

entender que terminou ocorrendo uma integração entre diferentes visões acerca do patrimônio representativo das "origens da nacionalidade brasileira".

Na década de 1970, Carlos Drummond de Andrade, durante a gravação do vídeo-documentário *O Fazendeiro do Ar*, ponderou sobre a influência que esse sentimento de apego à terra natal exerceu sobre o grupo mineiro à frente do *Patrimônio* nos primórdios de sua trajetória, ao afirmar[39]:

> A minha fidelidade a Minas, eu acho mesmo que a gente está preso a Minas como um cordão umbilical, embora eu ache que nós exageramos um pouco, um lado mineiro dos mineiros, eu acho que Minas é um Estado com peculiaridades muito marcadas, mas há um pouco assim de mito em torno de Minas, nós criamos assim uma Minas meio estranha, como se Minas fosse um país diferente do Brasil [...]. Agora, a ligação é evidente, pois isso é uma constante no homem, uma certa fixação sentimental com a sua terra de origem.

Podemos perceber também, nas palavras proferidas por Rodrigo Melo Franco de Andrade na década de 1960, que durante os anos em que, junto a sua equipe na direção do *Patrimônio*, buscou fazer valer o mito da origem mineira da nacionalidade, deparando-se com estudos a respeito do Brasil e dos seus acervos de história e arte que apresentavam perspectivas diferentes da que buscavam promover, e com a maneira como em outras regiões do Brasil também emergiam movimentos similares ao conduzido pela intelectualidade mineira pela valorização dos acervos de Minas Gerais como legados da nação, houve alguma mudança em relação a forma de identificar o patrimônio mineiro no conjunto do patrimônio nacional, que teria dado margem, inclusive, para que ocorressem as primeiras modificações mais significativas relacionadas aos critérios de tombamento.

No discurso que pronunciou por ocasião de sua titulação como *Doutor Honoris Causa* pela *Universidade de Minas Gerais*, em 1961, Rodrigo Melo Franco de Andrade já não fez menção ao passado e ao patrimônio mineiro como preponderante na história nacional, como ocorria na década de 1940, antes, procurou situar o legado da região no que chamou de "escola mineira", conforme podemos verificar no seguinte trecho (ANDRADE, 1961, p. 22):

> Foi necessário o transcurso de longo tempo para reconhecer-se que as condições particulares de Minas Gerais tinham produzido, de fato, no lapso breve de pouco mais de um século, obras de literatura, de ciência, de música, arquitetura, pintura, escultura, e de artes menores, cujo acervo, se não justifica, é claro, a conclusão por demais ambiciosa de considera-lo espólio de uma autêntica civilização, constitui, todavia, fenômeno que, pelo menos no domínio das artes, testemunha a ocorrência irrecusável de uma escola mineira, com traços próprios e bem vincados, permitindo identifica-la nas obras de feição erudita ou popular aqui realizadas.

[39] SABINO, Fernando; NEVES, David. *O Fazendeiro do Ar*. Vídeo-documentário produzido pela B*em te vi Filmes*, 1972. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UP66vBqmiNE. Acesso em: 26/06/2014.

Numa outra oportunidade, em palestra realizada na cidade de Ouro Preto no dia 01 de julho de 1968, sobre o "Panorama do patrimônio artístico e histórico de Minas", Rodrigo Melo Franco de Andrade iniciou sua abordagem procurando justificar a razão de estarem situados em Minas Gerais o maior montante de bens oficialmente reconhecidos como patrimônio histórico e artístico da nação, declarando[40]:

> A maior concentração dos monumentos que integram o patrimônio histórico e artístico nacional está localizada em Minas Gerais. A despeito de só ter o povoamento do território mineiro principiado depois de decorridos dois séculos desde o descobrimento do Brasil, poucas décadas bastaram para que esta área fosse enriquecida de bens culturais em maior número e com feição mais expressiva do que as demais regiões do país. [...] De fato, como já procurei sustentar em outra oportunidade, examinando-se atentamente o patrimônio da região, não há senão reconhecer-se que as condições particulares de Minas Gerais produziram, no lapso breve de pouco mais de um século, obras de literatura, de música, arquitetura, pintura, escultura e artes menores cujo conjunto constitui, particularmente, no domínio das artes visuais, testemunho irrecusável de uma escola mineira, com traços próprios e bem vincados, que permitem identifica-los nas obras de feição erudita ou popular aqui realizadas.

E mais adiante também fez referência a uma possível inadequação da expressão "barroco" para identificação da arquitetura religiosa mineira, devido ao fato de Germain Bazin ter considerado se encontrarem na Bahia e em Pernambuco "as manifestações mais barrocas da arquitetura do Brasil" [41].

Entendemos, então, que o *Patrimônio*, a partir de uma visão hegemônica inicial, centrada no patrimônio mineiro, diante das tensões, conflitos e negociações gerados no contato com outras perspectivas relacionadas à origem da nacionalidade brasileira e aos acervos de história e arte espalhados pelo vasto território da nação, foi sendo induzido, ao longo de sua trajetória, a ampliar esta visão, abrangendo cada vez mais a diversidade que marca a constituição do Brasil.

Ao esmiuçar para o público os meandros do discurso e do patrimônio que "os arquitetos da memória" procuraram consolidar através da instituição de preservação federal criada em 1937, Márcia Chuva (2009, p. 70) fez a seguinte observação, muito de acordo com a realidade que procuramos explorar nesse capítulo:

> [...] apesar da eficiência com que foram construídos esses ícones nacionais, essa construção também tem sua historicidade; o conteúdo cultural do patrimônio, ou aquilo que constitui a grande coleção, foi também permanentemente disputado, negociado e renovado, com a ampliação de redes de relações em escala territorial, acompanhada, na atualidade, pela expansão regular da categoria de coisas patrimoniais, na idéia de "contágio do sagrado" (Handler, 1988).

[40] Documento reproduzido por Terezinha Marinho (1987, p. 73-74).

[41] Documento igualmente reproduzido por Terezinha Marinho (1987, p. 76).

Desde 1937, os intelectuais do *Patrimônio* na Bahia começaram uma busca incessante por um lugar de significação nacional do patrimônio baiano, que correspondesse à forma como ele vinha sendo identificado na historiografia local especialmente, em consequência dos movimentos em torno da composição de uma história nacional iniciados no século anterior. E como é possível perceber, a partir da extensa documentação de trabalho preservada nos arquivos da instituição, têm procurado fazê-lo, sem que para isso considerem necessário esboçar qualquer reação mais inflamada contra as perspectivas perseguidas pela direção-geral da instituição, que contrastem com essa intenção. De acordo com o conjunto de bens materiais e imateriais da Bahia que integram atualmente o patrimônio legalmente reconhecido como nacional, podemos dizer que tem havido grande êxito dessa estratégia de ação.

Considerando a importância de fornecer informações mais detalhadas sobre a atuação do *Patrimônio* no estado da Bahia no período aludido, e identificar as personalidades envolvidas no atendimento das principais diretrizes, prioridades e demandas, é que montamos o segundo capítulo desse trabalho, que teve por principal fonte a densa correspondência mantida entre Rodrigo Melo Franco de Andrade e Godofredo Filho. E no terceiro e último capítulo, será então analisado o processo que constituiu o fio condutor dos esforços empreendidos por Godofredo Filho e sua equipe entre as décadas de 1930 e 1950, o de reconhecimento da "velha Salvador", primeira cidade e capital colonial, como patrimônio nacional, visando sua preservação.

Capítulo II – Primórdios do *Patrimônio* na Bahia: diretrizes, equipe e rede de colaboração

Nesse segundo capítulo, é traçado um panorama da ação do *Patrimônio* no estado da Bahia durante o período que corresponde ao nosso recorte temporal, ou seja, dos anos de 1930 até o final da década de 1950, quando ocorreu o tombamento federal dos mais antigos conjuntos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos de Salvador[42]. Nosso intuito é fornecer uma leitura geral de como foi se estruturando a instituição no estado: a maneira como eram apresentadas pela direção-geral as diretrizes de atuação, objetivos e prioridades; as personalidades envolvidas nos trabalhos locais; as principais áreas de atuação; e a rede de relações composta em torno do interesse pela preservação dos acervos de arquitetura e de arte colonial do Brasil localizados na Bahia, os agentes e agências que contribuíram para conferir força e legitimidade às iniciativas voltadas para as demandas locais, diante das lutas travadas em torno das diferentes perspectivas que orientavam a concepção do patrimônio nacional.

Para dar corpo a essa parte do trabalho nos baseamos principalmente em fontes primárias, na documentação de trabalho produzida entre as décadas de 1930 e 1940 relativa à atuação do *Patrimônio* no estado da Bahia: a densa correspondência mantida entre Rodrigo Melo Franco de Andrade e Godofredo Filho; planos e relatórios de trabalho; orçamentos e recibos relativos a serviços específicos e contratação de pessoal; ofícios encaminhados a personalidades, instituições e autoridades públicas. Essa documentação encontra-se distribuída em dois arquivos da instituição: a seção do *Arquivo Central do IPHAN* localizada no *Palácio Gustavo Capanema*, no Rio de janeiro[43]; e o *Arquivo Técnico* da *Superintendência do IPHAN na Bahia*[44]. Também recorremos a algumas notas, artigos e entrevistas publicados pela imprensa, a depoimentos prestados por alguns colaboradores e a algumas referências bibliográficas relacionadas à historiografia institucional e às agências e agentes citados.

Visando orientar a leitura constituímos alguns tópicos. Começamos apontando traços biográficos de Godofredo Filho, primeiro responsável pela representação do *Patrimônio* na Bahia, onde serviu de 1937 até 1974, identificando o modo como se aproximou das personalidades envolvidas com o projeto SPHAN no Rio de Janeiro e alguns dos círculos da intelectualidade baiana que frequentava. Em seguida tratamos das diretrizes e ações voltadas

[42] Esse é a forma como foram identificados os conjuntos coloniais de Salvador tombados em 1959 através do Processo 0464-T-52, preservado no Arquivo Central IPHAN/RJ.

[43] Série Arquivo Técnico e Administrativo/Subsérie Representantes/ Godofredo Rabelo de Figueiredo Filho.

[44] Série Cartas de Godofredo.

para proteção e conservação dos acervos reconhecidos como "patrimônio nacional", identificamos os principais agentes e agências envolvidos nos trabalhos e discorremos sobre as ações de cunho educativo.

Além de apresentar os profissionais que contribuíram diretamente com Godofredo Filho no atendimento das principais demandas, e que assistiram Rodrigo de Melo Franco de Andrade no controle das ações institucionais executadas na Bahia, ao longo dessa narrativa, também são indicadas as principais personalidades que colaboraram indiretamente para que os acervos históricos e artísticos coloniais do Brasil localizados nesse estado fossem preservados. Passemos, então, a cada um dos tópicos.

2.1. Godofredo Filho, um *modernista* na Bahia a serviço do *Patrimônio* e a rede local em torno da "causa"

Godofredo Rabello de Figueiredo Filho (1904-1992), baiano da cidade de Feira de Santana, filho de fazendeiros, em 1917, aos 13 anos de idade e a contragosto de seus pais, ingressou no *Seminário Arquiepiscopal de Santa Tereza*, localizado em Salvador, acreditando-se vocacionado para a carreira religiosa. Aos 17 anos resolveu trocar a fé pela razão e o celibato pelas paixões carnais, e com a promissora formação humanista adquirida no seminário – tendo estudado filosofia, história, arte, literatura, latim e francês – e sua grande inclinação para as letras, cedo se notabilizou como mestre e escritor (SANTOS, 2006, P. 28). Assim, em 1925, quando foi fundada a *Escola Normal de Feira de Santana*, foi convidado a lecionar *História Universal* e *História do Brasil*, cadeiras que ocupou até 1928 (THOMPSON, 2009, p. 95)[45].

Esteve pela primeira vez no Rio de Janeiro em 1926, a convite de Manuel Bandeira "com quem havia estabelecido amizade na passagem deste pela *Cidade da Bahia*, naquele mesmo ano", conforme nos revela Mônica de Menezes Santos (2006, p. 35) [46]. Ela também

[45] Para maiores detalhes sobre a biografia de Godofredo Filho e sua obra poética, ver: Zeny Duarte de Miranda Magalhães Santos (1999); Edvaldo Boaventura (2004); Zeny Duarte e Lúcio Farias (2005); Mônica de Menezes Santos (2006); Analucia Thompson (2009); e Marta Maria da Silva Brasil (2006, 2011).

[46] Em 1995, o *Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFBA* adquiriu o acervo pessoal de Godofredo Filho, integrando-o ao *Acervo de Manuscritos Baianos*, e Mônica de Menezes Santos, a partir de 1998, inicialmente como voluntária e depois como bolsista do CNPQ/PIBIC, passou a colaborar no projeto de pesquisa *Godofredo Filho: uma biografia intelectual*, coordenado pela Profª Elizabeth Hazin, organizando o acervo, que tomou por base para elaborar sua dissertação de mestrado pelo mesmo programa, tratando da relação do escritor e poeta com a Bahia nos campos literário e do patrimônio.

notifica que na ocasião dessa viagem, Godofredo teria encontrado pela primeira vez com Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade. E o próprio Godofredo Filho fornece mais informações sobre as personalidades com quem se relacionou em suas viagens para a capital do país à época, no seguinte trecho da carta que enviou para Aloísio de Carvalho Filho, em 10 de novembro de 1959, traçando a retrospectiva de sua vida que deveria basear seu discurso de posse na *Academia de Letras da Bahia*[47]:

> Sucessivas viagens ao sul do país. Amizade de Manuel Bandeira (de quem fui hóspede em Stª Tereza, na casa do Curvelo) e de Mário de Andrade (A. F. Schimidt escreveu a Castelo Branco que me conheceu no Rio Pajeado por Mário de Andrade). Amizade de Graça Aranha, de Ronald de Carvalho, cuja casa da rua Humaitá freqüentei nos seus melhores tempos e de Alfonso Reyes, o insigne humanista, de quem conservo correspondência epistolar desvanecedora. Fui, então, no delicioso Rio daqueles últimos anos da República Velha, companheiro constante de Augusto Frederico Schimidt (ainda pobre), de Cícero Dias, de Murilo Mendes, de Rodrigo Melo Franco de Andrade, de José do Patrocínio Filho (o fabuloso Zeca), de Jayme Ovalle, de Renato Almeida, de Felipe de Oliveira, e de tanto outros que já eram notáveis nas letras e nas artes, ou seriam mais tarde gloriosos.

Nessa mesma carta Godofredo Filho comentou sua adesão ao movimento modernista brasileiro. A esse respeito escreveu:

> Adesão total ao modernismo, movimento literário e artístico que participei desde 1923, como dos mais ardorosos e combativos vanguardistas, propagando-o, de primeira mão, na Bahia, ainda cidadela de numerosos gramáticos e retóricos à moda lusitana.

A despeito da recepção desconfiada dos ideais e da *estética modernista* no Nordeste do Brasil, inclusive na Bahia, à época, nomes como Godofredo Filho, Eugênio Gomes, Hélio Simões e Carlos Chiacchio buscaram disseminar o movimento em Salvador. Foi inspirado pelos "modernos", com quem estava tendo contato no Sudeste do país, que Godofredo Filho escreveu, em 1925, o livro *Samba Verde,* que nunca quis publicar na íntegra, mas do qual escolheu seis poemas para publicação em edição do Jornal *A Tarde* de 10 de janeiro daquele ano[48], e, em 1927, o *Poema de Ouro Preto*, publicado em 1932. Sua vinculação ao modernismo e amizade com os intelectuais que participaram na organização do *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (SPHAN), além do conhecimento que já revelava em relação à arte e arquitetura colonial, lhe renderam o convite para colaborar no tombamento do acervo de sua região e na estruturação de uma representação do Serviço na Bahia, que

[47] FILHO, GODOFREDO. Carta a Aloysio de Carvalho Filho, 10/11/1959. In: *Série vida literária, diversos, convites, condecorações*. Arquivo Godofredo Filho. Biblioteca Central da UFBA. Salvador Bahia. Citado por Mônica de Menezes Santos (2006, p. 35-36).

[48] Segundo Mônica de Menezes Santos (2006, p. 38), seus poemas publicados em 1925 na Bahia "chocaram a todos e fizeram com que revistas e jornais da época o chamassem de 'futurista'".

inicialmente foi chamada informalmente de *Delegacia do Patrimônio* – razão pela qual Godofredo ficou conhecido na cidade do Salvador como "delegado do *Patrimônio"* [49].

Em entrevista concedida a Teresinha Marinho, em 06 de janeiro de 1983, no âmbito do *Projeto Memória Oral SPHAN/Pró-Memória*, Godofredo Filho relatou como conheceu Rodrigo Melo Franco de Andrade. Contou ele[50]:

> Eu conheci o Rodrigo antes do Patrimônio. As minhas relações com ele datam de 1927, através do Manuel Bandeira. Lembro bem porque foi uma noite inesquecível, maio de 1927. Estávamos reunidos em casa de Manuel Bandeira, exatamente para ouvir e conversar com aquele jovem poeta provinciano. Havia alguns amigos do Manuel e outras pessoas interessadas por problemas de poesia particularmente e de cultura em geral. Entre os presentes, nesta noite de que não posso esquecer, estavam Rodrigo Melo Franco de Andrade, Mário de Andrade, Bento Lima, Jaime Ovale, e outros.

E na sequência da mesma entrevista também falou de como foi convocado por Rodrigo para colaborar com o projeto do *Patrimônio*. Assim, explicou:

> Muitos anos depois – em 1936 exatamente – o Rodrigo me convocou para ajudá-lo na tarefa de organização do Patrimônio, e principalmente na tarefa de fazer o inventário pormenorizado de todos os bens de interesse artístico e histórico existentes na Bahia e também no Estado de Sergipe. O Serviço ainda estava instalado de maneira precária, provisória. A sede era no Edifício Nilomex, e lá nos reuníamos, sob o comando de Rodrigo, para traçar os primeiros planos dessa tarefa. Na verdade, travávamos um combate, porque essa tarefa envolvia, e não podia deixar de ser assim, um combate também. Lutávamos contra muitas forças – as ditas forças do progresso, um progresso mal compreendido.

Em princípio, Godofredo Filho dividia sua colaboração ao *Patrimônio*, com o serviço que estava prestando ao *Governo do Estado da Bahia*, no cargo de escriturário de segunda classe (segundo oficial) da *Seção de Ensino Primário* da *Diretoria do Interior* da *Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública*. Mas na medida em que a demanda de trabalhos foi ampliando o tempo necessário de dedicação à instituição federal, foi necessária negociação do Ministro Gustavo Capanema com o *Governo do Estado da Bahia*, para sua completa cessão[51].

---

[49] Vimos, de acordo com a documentação institucional mais antiga, que entre os anos de 1936 e 1937 a representação do *Patrimônio* na Bahia era chamada de "Delegacia Regional", designação que não se confirmou na formalização da instalação das representações. Segundo depoimento do arquiteto Eduardo Simas, o *Patrimônio* na Bahia foi inicialmente identificado como *2º Distrito*, depois passou a *4ª Diretoria Regional*, em seguida *5ª Diretoria Regional*, depois *7º Representação Regional da Fundação Nacional Pró-Memória*, em seguida *7ª Superintendência Regional*, e, por ultimo, *Superintendência do IPHAN na Bahia*.

[50] Entrevista realizada por Terezinha Marinho com Godofredo Filho, na sede *Casa dos Sete Candeeiros*, em 06/01/1983. Transcrição fornecida pelo Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

[51] Cts. GRFF p/RMFA – 09/07/1937 e 09/07/1937. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo // Tlg. MES p/Interventor Landulfo Alves – 24/01/1939; Tlg. MES p/GF – 25/01/1939; Tlg. RMFA p/GF – 27/01/1939; Tlg. Interv. L. Alves p/Gustavo Capanema – 03/02/1939; Of. 62 RMFA p/Diretor de Pessoal do MES Asterio Dardeau Vieira – 06/02/1939. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF // Analucia Thompson (2009: 94).

Godofredo Filho, entretanto, não abandonou completamente sua carreira docente, ele a retomaria algum tempo depois, quando tornou-se possível dividir o trabalho no *Patrimônio* com outros colaboradores. Lecionou a disciplina *Arquitetura no Brasil* na *Escola de Belas Artes* de Salvador, durante a década de 1940, e a partir do ano de 1950, a disciplina *História da Arte Brasileira*, inicialmente, e depois também *Estética*, na *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Bahia* [52].

Além de circular nos meios acadêmicos, Godofredo também foi membro de algumas das principais organizações a congregar a intelectualidade baiana: o *Instituto Genealógico Brasileiro*, do qual se tornou sócio em 1940; o *Conselho de Assistência ao Plano de Urbanismo da cidade de Salvador*, com o qual colaborou na década de 1940; o *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, do qual se tornou sócio em 1956; a *Academia de Letras da Bahia*, que passou a integrar em 1959; o *Conselho Estadual de Cultura*, que compôs a partir de 1967, sendo seu presidente em 1971*; o Conselho de Educação e Cultura*; a *Sociedade de Amigos da Cidade do Salvador*; o *Instituto Brasileiro de Filosofia*; a *União Baiana de Escritores;* e a *Ala das Letras e das Artes*[53]. Na *Universidade da Bahia*, ainda colaborou e contou com a colaboração do *Centro de Estudos Baianos* e do *Centro de Estudos da Arquitetura da Bahia*, e também participou dos *Salões Baianos de Belas Artes* em 1949, 1950 e 1951, como expositor nos três, e como jurado no primeiro e no terceiro (THOMPSON, 2009, p. 95).

A vinculação de Godofredo Filho a todos esses círculos – importantes centros de discussões em torno dos temas relacionados à história, arte, literatura e cultura do Brasil e da Bahia – e à intelectualidade que neles se fazia representar, certamente, influenciaram na sua atuação junto ao *Patrimônio* e nas estratégias de que buscou se valer para atender expectativas locais em relação a preservação dos acervos baianos, mesmo quando essas contrastavam com os ideais, o discurso, as diretrizes, os critérios e prioridades estabelecidos pela direção-geral da instituição de preservação.

---

[52] Quando decidiu trocar a *Escola de Belas Artes* pela *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras,* atendendo convite de Isaías Alves, contou com o apoio de Rodrigo Melo Franco de Andrade para os acertos burocráticos requeridos pelo Ministério da Educação. Nt. 100 Arizio de Viana – 27/07/1951; Ct. Edgar Santos p/Caminha – 09/08/1951; Nt. 845 Reitor Edgar Santos p/Ministro Ernesto Simões Filho/MES – 09/08/1951; Cts. GRFF p/RMFA – 10/08/1951 e 17/08/1951; Ct RMFA p/GRFF – 14/08/1951; Ct. RMFA p/Caminha – 14/08/1951; Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[53] Zeny Duarte de Miranda Magalhães Santos (1999), que também se baseou na documentação de Godofredo Filho, preservada no *Acervo de Manuscritos Baianos*, para desenvolver sua tese de doutorado pelo *Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFBA*, trata mais detalhadamente da circulação dele nesses meios.

Ocuparia lugar de destaque nessa rede local o *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* (IGHB), vez que desde o final do século XIX vinha se dedicando amplamente à composição da historiografia brasileira e baiana, e a iniciativas voltadas para preservação dos mais antigos exemplares da arquitetura e da arte do Brasil. Godofredo Filho iniciou sua relação com o IGHB mais ou menos ao mesmo tempo em que estabelecia os primeiros contatos com os modernistas do Sudeste brasileiro, antes mesmo da sua adesão como sócio. Em 1933, o Instituto publicou em sua revista um protesto de Godofredo contra a demolição da velha Sé da Bahia que havia sido originalmente publicado no Jornal *A Tarde*[54], e em 1938, como "delegado" do *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, ele foi incluído pelos sócios na comissão composta para organizar as comemorações pelo terceiro centenário da retirada de Maurício de Nassau do Brasil[55], e proferiu palestra sobre a qual prestou as seguintes notícias a Rodrigo Melo Franco de Andrade[56]:

> As comemorações da retirada de Nassau estiveram importantes. Trabalhei um pouco, dando ao Instituto, em nome do Serviço, a possível colaboração. Ontem à noite, realizei uma conferência sobre os holandezes e o patrimônio artístico da Baía.

Membros da *Casa da Bahia*, como é conhecido o IGHB em Salvador, mantiveram frequentes contatos com Godofredo Filho e também com Rodrigo Melo Franco de Andrade, dentre eles: **Wanderley Pinho**[57], que chegou a fazer indicações a Rodrigo sobre bens da Bahia passíveis de tombamento, e recebeu deste aval para obter reproduções de fotografias que pertenciam ao *Patrimônio*; e **Silva Campos**[58], que colaborou com Rodrigo fornecendo informações sobre o acervo de "arte negra" do IGHB, e a quem ele também solicitou estudos especializados para inclusão nas publicações do *Patrimônio*.

Além da relação com o *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, a documentação trocada entre Godofredo Filho e Rodrigo Melo Franco de Andrade revela constantes contatos com representantes dos poderes públicos locais e com outras instituições e projetos importantes na Bahia, como: o *Instituto Feminino da Bahia*, através de sua fundadora,

---

[54] FILHO, Godofredo. Uma voz de protesto. In: IGHB. *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia – nº 59*. Bahia: Secção Gráphica da Escola de Aprendizes Artífices, 1933, p. 449-453.

[55] IGHB. De que modo a Bahia, por iniciativa do Instituto Geográfico e Histórico, comemorou a passagem do 3º centenário da retirada de Maurício de Nassau. In: IGHB. *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia – nº 66*. Bahia: IGHB, 1940, p. 8.

[56] Ct. GRFF p/RMFA – 29/05/1938. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

[57] Ct. GRFF p/RMFA – 12/06/1938; Tlg. GRFF p/Wanderley Pinho – 03/07/1945. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

[58] Ct. RMFA p/GRFF – 23/05/1940. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

Henriqueta Martins Catharino[59]; o *Escritório de Planejamento Urbano da Cidade do Salvador* (EPUCS), mesmo após Godofredo se ter desligado de suas atividades[60]; e o *Rotary Club* da Bahia[61].

E tão intensa foi a relação da *Universidade da Bahia* com o *Patrimônio* e com projetos que valorizavam a história e a arte, especialmente quando esta foi regida por Edgard Santos, que na década de 1980, ao proferir a palestra intitulada *Universidade e Memória Nacional*, Godofredo Filho se reportava a essa relação com louvor, na expectativa de fazê-la reacender, como constatamos no trecho a seguir (1984, p. 7, 14, 16, 17):

> Aqui estamos numa tentativa de avivar, na consciência de nossa Universidade, o compromisso tácito que ela tem com o passado baiano [...] Não que a Universidade Federal da Bahia estivesse alheia ou dissociada desse processo. Não o permitiram, desde o início, as antenas ultra-poderosas do Reitor Edgard Santos, atento, excepcionalmente atento, à criação de organismos culturais que pudessem perdurar, na luta constante contra o efêmero e contra os desgastes da mesmice. [...] E seguiram-se, aqui, muitos outros projetos culturais de interesse da arte levados à termo com êxito: no teatro, com Martim Gonçalves; na música, com Koellreuter e os seminários realizados; na pesquisa das fontes de nossa arquitetura tradicional e do planejamento urbano do passado, com o CEAB, ideado e estruturado pela pertinácia e admirável labor de Américo Simas Filho e sua equipe. Veio, a seguir, a realização nesta cidade, sob a égide de sua notável Universidade, do IV Colóquio de Estudos Luso-brasileiros, com primazia dos de letras e de História das artes, reunindo sábios como Robert Smith, Chicó, Reynaldo dos Santos e tantos mais [...]. Mas, obviamente, não é o feito, mas o por fazer, aquilo que nos aguça a esperança e seduz.

Dos intelectuais baianos que compunham toda essa rede citada estavam, dentre os amigos mais chegados de Godofredo Filho, Fernando da Rocha Peres, Thales de Azevedo, Jorge Amado, Américo Simas Filho e Diógenes Rebouças. Foi o poeta e historiador **Fernando da Rocha Peres**, conhecido autor da obra "Memórias da Sé" (1974), quem substituiu o amigo na direção da representação do *Patrimônio* na Bahia quando da sua aposentadoria, após um breve período em que Jair Brandão assumiu interinamente o posto[62].

---

[59] Houve inclusive participação de Rodrigo M. F. de Andrade nas negociações que levaram à inserção de um dos altares da antiga Sé da Bahia numa capela montada naquele Instituto. Cts. GRFF p/RMFA – 17/10/1939 e 06/12/1939. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF // Ct. RMFA p/GRFF – 30/11/1939. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

[60] O EPUCS cedeu ao *Patrimônio* levantamentos cartográficos importantes de Salvador e do Recôncavo Baiano. Of. 706 RMFA p/GRFF – 05/08/1947; Of. 28 GRFF p/RMFA – 03/03/1948. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

[61] Em 1940 e 1955, Godofredo Filho palestrou para os *rotarianos* na Bahia sobre a missão e ações do *Patrimônio.* Ct. RMFA p/GRFF – Rio, 23/05/1940. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

[62] Eduardo Furtado de Simas nos forneceu a seguinte listagem das personalidades que estiveram à frente da representação do *Patrimônio* na Bahia até a atualidade: Godofredo Rabelo de Figueiredo Filho (1937-1974); Jair de Figueiredo Brandão (1974-1975); Fernando da Rocha Peres (1975-1979); Eduardo Furtado de Simas (1979-1980); Ary Guimarães (1980-1986); Eduardo Furtado de Simas (1986-1989); Gilka Goulart de Sant'Ana (1989-1990); Luiz Viana Queiroz (1990-1991); Nadir Gomes Franco (1991-1993); Vera Lúcia Coelho Villar (1993-

O médico, historiador e jornalista **Thales de Azevedo**, autor também de importantes estudos sobre a história de Salvador e da Bahia, contribuiu para divulgar as benfeitorias de Godofredo Filho e do *Patrimônio* no estado, através dos espaços de que gozava para publicações na imprensa local[63], tornando-se, a pedido de Godofredo Filho, um dos contemplados com exemplares das publicações do *Patrimônio*[64]. Como exemplo das notas que publicava em apoio à difícil empreitada do amigo, vejamos um trecho do que escreveu na edição de 17 de abril de 1952, do *Diário de Notícias* da Bahia[65]:

> Os andaimes do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional sobem para as obras de restauração de muito monumento importante de nossa capital e do nosso interior. Não é difícil encontrar um homem de altura mediana, meio careca, com seu charuto entre os dedos, a discutir com mestres de obra e pedreiros, entre andaimes. É o poeta e escritor Godofredo Filho, uma das altas expressões da literatura brasileira, fato que sua modéstia não pode esconder. Pois êste escritor e êste poeta é um dos homens mais eficientes que conhecemos como administrador. Delegado do SPHAN, tem realizado uma obra discreta, sem alarde e publicidade, mas de uma eficiência e de uma importancia a ser ainda exaltada. Quanta luta com incompreensões para que muito prédio de primeira ordem, de arquitetura fabulosa, muito monumento artístico não seja destruído pelos inovadores, muitos deles poderosos e senhores que não admitem reservas nem restrições.

O escritor **Jorge Amado**, que sempre trazia presentes de suas viagens para contribuir com os colecionismos de Godofredo Filho (SANTOS, 2006, p. 17), foi o grande responsável pela popularidade da Bahia no exterior, causadora de fluxos interessantes de visitantes estrangeiros desde a década de 1940, independente de qualquer política de cunho preservacionista ou turístico, antes devidos às traduções e publicações em diversos países de obras de sua autoria, como *Suor* (1934), *Mar morto* (1936), *Jubiabá* (1935) e *Capitães da areia* (1937)[66].

E o engenheiro civil, arquiteto e urbanista **Américo Simas Filho** foi uma das pessoas que mais se dedicaram à preservação do patrimônio arquitetônico da velha Bahia, além de Godofredo Filho, naquele período. Deve-se a ele a criação, na década de 1940, do *Centro de*

1996); Eduardo Furtado de Simas (1996-1999); Etelvina Rebouças (1999-2000); Francisco de Assis Salgado de Sant'Ana (2000-2001); Adalgiza Bonfim D'Eça (2001-2002); Maurício de Almeida Chagas (2002-2003); Frederico de Mendonça (2003-2004); Eugênio de Ávila Lins (2004-2006); Leonardo Martins Falangola (2006-2007); Carlos Antônio Pereira Amorim (2007 em diante).

[63] Ct. 54 GRFF p/RMFA – 26/04/1952 (com recorte de jornal anexo). Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[64] Ct. 72 GRFF p/RMFA – 08/11/1954; Ct. 525 RMFA p/GRFF – 12/11/1954. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[65] Recorte preservado no Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[66] Conforme lembrou Cecília Londres da Fonseca (2005, p. 123), por partilhar dos ideais comunistas, Jorge Amado foi perseguido pelo governo Vargas.

Estudos da Arquitetura da Bahia – CEAB[67], na *Universidade da Bahia*, e a publicação de diversos estudos importantes sobre: a história da "evolução física de Salvador"; teorias e métodos de restauração; metodologias de preservação de sítios históricos; e história do preservacionismo no Brasil.

Filho de outra personalidade ilustre na Bahia, um engenheiro renomado no Brasil de seu tempo e responsável por importantes obras em Salvador e no Recôncavo Baiano, Américo Simas Filho foi apaixonado pela causa preservacionista e encaminhou os dois filhos nessa carreira em Salvador, nas instâncias públicas federal e estadual. Um deles é o arquiteto **Eduardo Furtado de Simas**[68], que a partir de um pedido de seu pai a Godofredo Filho, começou a servir ao *Patrimônio* muito jovem, em 1972, e apenas recentemente se aposentou definitivamente, não deixando, entretanto, de manter contato com a instituição e se interessar pelos rumos de suas atividades, sempre defendendo valores bem de acordo com aqueles que foram cunhados pelos pioneiros.

Da Bahia e de outros cantos do país ainda podemos mencionar dentre as personalidades com quem o poeta e *conservador*[69] Godofredo Filho cultivou amizade, outros nomes que, imbuídos pela causa da preservação do patrimônio histórico e artístico construído no Brasil a partir de 1500, foram compondo uma rede de relações que exerceu forte influência no campo político brasileiro e foi decisiva para o desenvolvimento da política preservacionista que se estabeleceu a partir da década de 1930. São eles: Gustavo Capanema, Plínio Salgado, Murilo Mendes, Joaquim Cardoso, Carlos Drummond de Andrade, Alfonso Reyes, Pedro Nava, Heloísa Alberto Torres, Assis Chateaubriand, Robert Smith, Luiz Viana Filho, Pedro Calmon, Jorge Calmon, Silva Campos, Alceu Amoroso Lima, Ruy Couto, Afrânio Coutinho, Graça Aranha, Gilberto Freire e Vinícius de Moraes (SANTOS, 1999, 130-132; SANTOS, 2006, p. 19, 26). E tantos outros nomes dessa grande *rede patrimonial*

[67] O CEAB foi responsável pelo desenvolvimento de estudos importantes sobre: a "evolução urbana de Salvador"; técnicas e ofícios relacionados à construção e artes decorativas até o século XIX; o preservacionismo no Brasil; teorias do restauro; e metodologias de preservação de centros históricos. Dentre os colaboradores do CEAB podemos citar Mário Mendonça de Oliveira, Maria do Socorro Targino Martinez, Maria Helena Ochi Flexor, Eugênio Ávila Lins e Mariely Cabral de Santana, conforme identificados no: CEAB. *Relatório Anual do Centro de Estudos da Arquitetura da Bahia – CEAB.* Salvador: FAU/UFBA, 1986.

[68] Como já mencionado, Eduardo Simas foi a quarta pessoa a assumir a direção da representação baiana do *Patrimônio*, tendo retornado algumas vezes a essa condição. Seu irmão, que também sempre atuou no campo da preservação do patrimônio histórico arquitetônico, só que na esfera pública estadual, é o engenheiro Américo Simas Neto.

[69] Entre as décadas de 1930 e 1950, assim eram chamados os profissionais que atuavam no campo do patrimônio.

poderão ser identificados se analisadas as relações estabelecidas por outros agentes do *Patrimônio*.

Godofredo Filho, graças ao trabalho que executou como representante do *Patrimônio* na Bahia, e a sua capacidade de articulação política, gozou de muito prestígio, tanto no âmbito da própria instituição, como no *Ministério da Educação e Saúde*, o que lhe proporcionou algumas distinções. Em 1951, por exemplo, foi enviado como representante do Brasil à reunião do *Conselho Internacional de Monumentos e Sítios* (ICOMOS), em Paris[70], e ao *Congresso de Cooperação Intelectual*, em Santander, Espanha (THOMPSON, 2009, p. 95). Em 1953, o Ministro Simões Filho o enviou à Portugal e Espanha, para adquirir conhecimentos a respeito da organização de museus de arte sacra, e ele requisitou apoio de Rodrigo para proveito da oportunidade, conforme lemos no seguinte trecho da carta referente ao pleito[71]:

> Tendo o nosso Ministro me favorecido com a promessa de uma próxima viagem à Europa (dois ou três meses para observar a organização dos Museus de Arte Sacra em Portugal e na Espanha), e parecendo-me que, nessa emergência, também contarei com o apoio do Reitor Edgar Santos, - nada, entretanto, quiz promover sem, antes, consulta-lo e submeter o assunto à sua apreciação. Espero que estude com benevolência esta minha atual pretensão, para aproveitamento de oportunidade que dificilmente se repetirá, com benefícios, creio, para as nossas atividades no 2º Distrito.

Sobre as viagens internacionais de Godofredo Filho vale a pena registrar também seu retorno à Europa, em julho de 1956 (dessa vez de férias do *Patrimônio)*, visitando Portugal, Espanha, França e Itália[72]. Sobre essa ocasião relatou a Rodrigo[73]:

> Minha estadia na Europa, embora curta, foi de grande proveito, sobretudo a temporada de 10 dias passada em Portugal, onde tive a oportunidade (graças ao Comandante José Mattoso, Presidente do Banco Sotto Mayor aí do Rio, e de quem fui hóspede) de privar com um de seus velhos amigos, nada mais, nada menos que o Arquiteto Luís Benavento, Diretor Geral dos edifícios e Monumentos Nacionais, que, com a maior solicitude, me levou a ver, durante dias seguidos, os velhos monumentos de Lisbôa, bem como as obras a cargo de sua repartição, esclarecendo-me sôbre a maneira porque são executadas, à base de acurados estudos. Também em companhia do Dr. Mário Chicó, guiou-me a ver Museus, inclusive o das Janelas Verdes e seu Gabinete de Restaurações, sob a direção do Prof. Mardel, reputado dos melhores da Europa quanto à técnica e processos empregados. Muito lucrei, sempre lembrando da nossa DPHAN, de suas tarefas e dos "casos" do 2º Distrito.

[70] Junto a Lúcio Costa e Sérgio Buarque de Holanda (SANTOS, 1999: 68, 278).

[71] Ct. GRFF p/RMFA – 10/03/1953. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[72] Cts. GRFF p/RMFA – 07/07/1956 e 23/08/1956; Ct. 367 RMFA p/GRFF – 29/08/1956. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[73] Ct. GRFF p/RMFA – 23/08/1956. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

Em 19 de maio de 1967, Rodrigo Melo Franco de Andrade assim escreveu a Godofredo Filho, após ler a correspondência que lhe foi enviada pelo colaborador e amigo por ocasião de sua aposentadoria[74]:

> Muito e muito obrigado pelas palavras de aprêço e de amizade ontem recebidas com sua carta de 10 de maio e o cartão, a propósito de minha aposentadoria. Espero e desejo de todo coração que meu afastamento da repartição não interrompa nossa correspondência, nem diminua as possibilidades do nosso encontro. Por mais que as renove calorosamente, nunca tenha conseguido exprimir-lhe meu reconhecimento à sua dedicada assistência e minha admiração pelo valor dos serviços prestados por você à causa do patrimônio de arte e de história da Bahia: as palavras ficaram sempre muito aquém do sentimento. Aos colaboradores que você soube escolher com tanto critério e capacidade de apreensão das qualidades e aptidões de cada um, peço-lhe que não deixe de reiterar meus agradecimentos. Antes de terminar estas linhas, quero lhe falar ainda que me releve as rabugices e indelicadezas cometidas no decurso do nosso longo trabalho em comum. Penitencio-me deles terrivelmente, confiando em que você as tenha levado da falta de amadurecimento e circunspeção para o exercício da função. Abraço muito e muito afetuoso do amigo velho e grande admirador.

2.2. As primeiras diretrizes relativas a tombamentos e a fiscalização do "patrimônio histórico e artístico da nação"

Na correspondência mantida entre Rodrigo Melo Franco de Andrade e Godofredo Filho, alguns aspectos relativos às diretrizes de atuação e às prioridades estabelecidas pela direção-geral do *Patrimônio* em sua fase inicial são claramente identificados. Em sua entrevista para Terezinha Marinho, já mencionada, o próprio Godofredo revelou que desde o primeiro ano de sua colaboração ao *Patrimônio* realizava um trabalho "de diretrizes já devidamente muito definidas".

Como vimos no capítulo anterior, os *modernistas* no *Patrimônio* identificaram na *estética barroca* disseminada no Brasil colonial, entre os séculos XVII e XVIII, as origens de uma arte "autenticamente brasileira", com expressões na literatura, música, pintura, escultura, arquitetura, enfim, em todos os ramos artísticos[75]. Godofredo Filho, que era adjetivado pelos

[74] Rodrigo Melo Franco de Andrade em carta a Godofredo Filho. Série Cartas de Rodrigo Melo Franco de Andrade. In: *Arquivo Godofredo Filho*. Biblioteca Central da UFBA. Salvador. Bahia. Citado por: Mônica de Menezes Santos (2006, p. 42).

[75] A exclusão de acervos produzidos no século XIX seria justificada por Rodrigo Melo Franco de Andrade, "por serem obras menos raras e de épocas mais próximas, como também por possuírem de fato menor valor plástico", conforme declarou para o *Diário de São Paulo*, e foi publicado em sua edição de 21 de abril de 1960, citada por Mariza Veloso Motta Santos (1996, p. 90). Na interpretação de Márcia Chuva (2009, p. 48), para eles, "o passado resgatado não poderia jamais tratar do que fosse imediatamente anterior ao tempo presente que se queria negar – um quase presente" [75], e os acervos ecléticos, segundo Lia Motta (2000, p. 265), eram renegados como "espúrias", como "estilos importados" e uma "imposição de produtos de má qualidade para que não deveriam contar como contribuição para a história nacional".

seus amigos como um homem "barroco" [76], identificou-se plenamente com essa concepção, valendo-se dela para defender a preservação dos monumentos da Bahia. Ao escrever sobre "O mundo trágico da talha baiana*"*, por exemplo, na edição do *Diário de Notícias* de 07 de agosto de 1959, declarou[77]:

> Nenhum dos grandes documentos arquitetônicos entre nós, deixou, internamente, de perseguir a volúpia das curvas e de se inspirar na linha barroca, que, por seu movimento e calidez, esteve fadada a se perpetuar. [...] E, pelo conteúdo espiritual revelado com vitalidade e tumulto, uma pedagogia segura dos seus resultados nas almas trabalhou o processe barroco. Como singularmente eficaz na educação dos columins e no apelo ao coração ingênuo dos selvagens. [...] Venceria, entre nós, o barroco, porque foi emoção, a "desordem e a anarquia", o delírio tão malsinado em outras terras, aqui foram naturais, como veículos da melhor expressão ou, quiçá, como reflexo da eterna luta que todas as almas cristãs conhecem, dessa "agonia" perene que é a prova iniludível de que nossa vida terrena aspira a uma eternidade que desconhece, mas acredita e sabe real.

Segundo Mônica de Menezes Santos (2006, p. 43), o próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade, em correspondência enviada a Godofredo Filho, chegou a se referir à cidade do Salvador como "acervo mais rico do Barroco brasileiro". E o "barroco" Godofredo Filho, baseado nessa perspectiva, ao publicar uma versão de sua "Introdução ao estudo da casa baiana", na edição de 15 de agosto de 1959 do Jornal *Diário de Notícias*, assim se referiu à Bahia[78]:

> Como há dois, ou três, ou quatro séculos idos, a Bahia ainda é gorda; barroca na essência e nos pormenores de sua arte; barroca no seu modo de vida e nas soluções que tem encontrado para vários de seus problemas. [...] tudo justifica esse modo de vida que lhe é peculiar, essa mentalidade mais clara e difícil de definir, ou tão fácil se a integrarmos na imagem de um ser ao nosso alcance, como o Portugal de Eça esteve contido na alma de Gonçalo Ramires.

Em relação aos bens que deveriam ser selecionados na Bahia e em Sergipe para compor o patrimônio histórico e artístico nacional, a orientação primordial era para o tombamento de edificações coloniais de cunho religioso, civil e militar, conforme indicado por Rodrigo a Godofredo, em carta enviada no dia 15 de maio de 1937, onde escreveu [79]:

> [...] venho recomendar-lhe com o maior empenho o seguinte: providenciar no sentido de, com o concurso de collaboradores que o senhor ajustar, ser intensificado o tombamento de architectura na Capital e no interior da Bahia, a fim desse trabalho estar terminado até o proximo dia 30 de junho. [...] Em summa, o que lhe peço é mais um inventario breve do que um tombamento completo, uma vez que me parece

[76] Edvaldo Boaventura (2004, p. 132), por exemplo, escreveu que o amigo era "barroco pelo conhecimento, pelo gosto, pela cultura e pelo comportamento. Tinha todas as contradições e combinações de uma mentalidade barroca".

[77] FILHO, GODOFREDO. O mundo trágico da talha baiana. In: *Jornal A Tarde*. Salvador, 07 de agosto de 1959. Citado por Mônica de Menezes Santos (2006, p. 71-72).

[78] Citado igualmente por Mônicade Menezes Santos (2006, p. 74).

[79] Ct. RMFA p/GRFF – 15/05/1937. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

> impraticável conseguir dentro do prazo fixado monographias desenvolvidas como as que o senhor tem elaborado sobre todas as obras de architectura religiosa, civil e militar que existem no territorio baiano, interessando á finalidade deste Serviço.

Percebe-se também nesse texto que de início a palavra tombamento se referia ao estudo minucioso de cada monumento. Com o passar do tempo, especialmente após a promulgação do Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, é que se firmou sua adoção apenas no sentido de identificar a inscrição de um bem num livro de tombo.

Ainda sobre a questão do tombamento, em carta enviada para Mário de Andrade em 15 de abril de 1937, Rodrigo Melo Franco de Andrade fez as seguintes observações[80]:

> 1º) as propostas de tombamento formuladas pelos delegados regionais deverão ser instruídas pelo histórico da obra, sua descrição pormenorizada (técnica quanto possível), informação sobre seu estado atual de conservação, assim como sobre as alterações que tiver sofrido, referências bibliográficas que houver a seu respeito e documentação fotográfica;
>
> 2º) as condições em que deverão ser formuladas as propostas de tombamento de obras de pintura, escultura e gravura, ainda não foram assentadas, pela circunstância de só estarmos tratando por enquanto de inventariar coleções de obras de arte dessa natureza. A esse respeito, porém, Você mesmo é que poderia dar o modelo das propostas, com todos os requisitos que lhe parecerem necessários.

Em outra carta dirigida a Mário de Andrade em 17 de maio de 1937, Rodrigo solicitou que o inventário de edificações informasse também o material empregado na construção e reparos urgentes necessários[81].

Foi bastante promissora a atuação de Godofredo Filho nos primeiros anos de funcionamento do *Serviço do Patrimônio* em relação aos processos de tombamento. As historiadoras Brenda Coelho Fonseca e Telma Soares Cerqueira (2008, p. 15-16) constataram que entre 1937 e 1947 foram inscritos em livros de tombo: 123 bens da Bahia; 102 do Rio de Janeiro; e 74 de Minas Gerais[82], além das inscrições em quantidades bem mais reduzidas em outros estados. A dedicação de Godofredo Filho aos estudos que conduziram à tão grande número de inscrições foi reconhecida por Rodrigo Melo Franco de Andrade já em 17 de abril de 1937, através de carta enviada ao colaborador baiano, em que observou [83]:

> [...] é nesse Estado que o serviço preparatório de tombamento mais se adiantou, graças ao zelo e á competência com que o senhor o emprehendeu. Esta repartição lhe deve efetivamente estar a esta altura, provida de monographias eruditas e elaboradas

[80] Reproduzida por Terezinha Marinho (1987, p. 123).

[81] Reproduzida igualmente por Terezinha Marinho (1987, p. 125).

[82] Convém lembrar que a despeito do número de inscrições em Minas Gerais ter sido menor, ficava nesse estado o maior volume de bens arquitetônicos protegidos, em função do tombamento de cidades inteiras como *obras de arte*.

[83] Ct. RMFA p/GRFF – 17/04/1937. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

> com intelligencia sobre cada um dos templos que, nessa cidade, possuem interesse artistico e historico.

Esse texto mostra que houve priorização da arquitetura religiosa de Salvador num primeiro momento, mas sobre os esforços empreendidos por Godofredo Filho pelo tombamento do patrimônio edificado da Bahia, cumpre registrar a atenção especial que votou à arquitetura civil, procurando destaca-la não só individualmente, a partir da identificação dos mais significativos exemplares, conforme orientação da direção-geral do *Patrimônio*, mas também nos conjuntos que tanto na capital como no interior representavam para ele unidades urbanísticas bastante representativas do "espírito barroco" que configurou o estágio inicial da brasilidade em formação[84]. Assim, poeta que era, nos seus escritos sobre a arquitetura civil percebe-se o intuito de seduzir o leitor/diretor quanto ao valor das velhas *urbis* baianas e a necessidade de protegê-las do abandono e das "picaretas do progresso", como pode ser verificado na versão da *Introdução ao Estudo da Caza Baiana* que enviou para Rodrigo Melo Franco de Andrade em março de 1937. Vejamos um trecho desse documento[85]:

> Nunca e demais acentuar-se a influência extraordinária da arquitetura sobre a formação dos baianos. O caráter, a sensibilidade, a soma de suas qualidades marcantes, nasceram e se expandiram à sombra de habitaçõis modeladoras. A caza [...] foi um fator de relevância incomparável na história baiana.

Tão extensa era a dedicação de Godofredo à produção relacionada à arquitetura civil baiana que, se num primeiro momento Rodrigo Melo Franco de Andrade vibrou em relação a esses estudos, depois, chegou a buscar despertá-lo para a necessidade de estender suas pesquisas à terceira tipologia arquitetônica identificada nas diretrizes para tombamento, a arquitetura militar. Assim, em 17 de abril de 1937, Rodrigo escrevia a Godofredo, ao receber a citada *Introdução ao Estudo da Caza Baiana*[86]: "A idéia que o senhor teve de elaborar um estudo sobre a habitação bahiana foi excelente e já estou descontando sobre o prazer da sua leitura". No entanto, em outra carta, de 09 de julho de 1937, ponderava[87]:

---

[84] Na Bahia houve atenção especial: com os mais antigos conjuntos urbanos da cidade do Salvador; com a cidade de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, sobre a qual Godofredo Filho publicou um "Guia poético e prosaico", em 1939 (THOMPSON, 2009, p. 95); e com a cidade de Porto Seguro. Do estado de Sergipe, cujo acervo também ficou sob responsabilidade de Godofredo Filho, era a antiga capital, a cidade de São Cristóvão, a demandar maior atenção. Ct. GRFF p/RMFA – 02/04/1940; Cts. nº 53 e nº 55 de GRFF p/RMFA – 20/11/1939; Of. nº 442 de RMFA p/GRFF – 01/12/1939; Ct. GRFF p/M. Barroso – 08/09/1938. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[85] Documento preservado no Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[86] Ct. RMFA p/GRFF – 15/05/1937. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

[87] Ct. RMFA p/GRFF – 26/08/1937. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

> Estimei muito a noticia de que, ao fim deste mês, o inventario da parte de architectura civil nesta capital estará terminado. Consulto-o, porém, se não pretende inventariar também na capital o que diz respeito á architectura militar.

Com o passar dos anos e diante da experiência que ia se acumulando, percebemos na documentação que a direção-geral do *Patrimônio* foi dando conta de elaborar normatizações para os principais procedimentos técnicos. No Ofício nº 671, de 01 de julho de 1954, encaminhado por Rodrigo Melo Franco de Andrade para Godofredo Filho, verificamos uma iniciativa de padronização dos procedimentos relativos às propostas de tombamento. Vejamos o texto[88]:

> A fim de melhor serem examinadas e resolvidas as propostas de tombamentos de imóveis formuladas pelos Distritos, solicito-vos que as mesmas, feitas em ofício, sejam sempre acompanhadas dos seguintes elementos:
>
> a) indicação exata do local onde se situa o imóvel (nome de rua e respectivo número, sempre que houver, ou indicação correspondente, distrito e município);
>
> b) descrição sumária da edificação, do ponto de vista arquitetônico, e dados históricos, que houver, sôbre a construção;
>
> c) dados referentes à sua significação histórica, e indicação das fontes bibliográficas ou arquivisticas;
>
> d) metragem da edificação (frente e fundo), e indicação precisa da área a ser abrangida pelo tombamento;
>
> e) fotografias do exterior, nos diferentes lados, e o interior, com pormenores dos aspectos principais;
>
> f) levantamento, com pormenores dos aspectos principais, em folhas de 0m,39 de altura por 0,51 ½ de largura;
>
> g) nome e endereço do proprietário ou proprietários atuais, ou do representante legal.

A *Carta de Atenas de 1933* também serviu de referência à equipe do *Patrimônio*. Esta teve acesso ao seu conteúdo através de Le Corbusier e de Lúcio Costa, que se tornou uma espécie de representante do CIAM no Brasil (MOTTA, 1987, p. 109; THOMPSON, 2009, p. 16). Cumpre notar também que em 1955, o *Diretório Acadêmico* da *Escola de Belas Artes da Universidade da Bahia* publicou uma tradução comentada da *Carta de Atenas de 1933*, elaborada pelo professor Admar Guimarães, e este enviou exemplares para Rodrigo Melo Franco de Andrade e também para "Lúcio, Soeiro, Carlos, Alcides e Reis", através de Godofredo Filho [89].

[88] Documento preservado no Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[89] Ct. GRFF p/RMFA – 29/07/1955; Ct. 284 RMFA p/GRFF – 10/08/1955; Tlg. RMFA p/Admar Guimarães – 10/08/1955. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

Outro fato muito interessante que vale registrar, identificado a partir da leitura da correspondência trocada entre Rodrigo Melo Franco de Andrade e Godofredo Filho, refere-se à diligência com que se buscava a efetiva proteção dos bens arquitetônicos entendidos pela equipe como "patrimônio nacional", mesmo no período que antecedeu a promulgação do Decreto-lei nº 25/1937, e depois desse ato, em se tratando de bens que ainda não figurassem nos livros de tombo. Ilustra bem este aspecto o trecho a seguir de carta enviada por Rodrigo a Godofredo, em 26 de agosto daquele ano, diante da denúncia do colaborador baiano quanto a obras de remodelação da fachada da *Ordem III do Carmo* de Salvador, empreendida pela Irmandade[90]:

> [...] fiquei realmente desolado com a reforma da fachada do Convento do Carmo, de que o senhor me deu conhecimento. Não teria sido possivel impedi-la? Se o senhor me tivesse prevenido a tempo eu tentaria uma intervenção junto ao Cardeal ou ao Provincial da Ordem, em termos lancinantes. Apesar da lei ainda não ter sido promulgada, nunca deixei de procurar impedir esses attentados e ainda há pouco conseguimos, por meio apenas de um appello, salvar a antiga Casa da Intendencia do Ouro de Sabará. Por isso mesmo, rogo-lhe o favor de me informar com precisão e minucia quaes os velhos canhões de fortes coloniaes que estarão sendo "vendidos como ferro emprestavel", a fim de me habilitar a interceder junto ao Ministerio da Guerra para fazer cessar semelhante negocio.

Exemplo igualmente notável, encontramos num depoimento de Fernando Machado Leal, publicado pelo Jornal *A Tarde*, em sua edição de 24 de abril de 2004, sobre o desempenho de Godofredo Filho como representante do *Patrimônio* na Bahia, demonstrativo de que a atitude dele não diferia da do seu superior. Declarou Leal[91]:

> A parte mais importante do que hoje conhecemos como Pelourinho, só foi tombada em 1959, constituindo o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico dos Subdistritos da Sé e do Passo. Nessa área havia vários monumentos tombados, individualmente, portanto, protegidos pelo Decreto-lei 25, mas o casario, de modo geral, não estava sob a proteção legal. Entretanto, a atuação de Godofredo Filho na defesa do patrimônio cultural da cidade fora de tal natureza que lhe granjeara prestígio e força que lhe permitiu atuar como se toda área fosse tombada.

Entre os anos de 1954 e 1955, Godofredo Filho, sob orientação de Renato Soeiro, enquanto Diretor da *Divisão de Conservação e Restauração da DPHAN*, também adotou medidas para impedir a "prática abusiva de colocação de cartazes e letreiros de propaganda em imóveis tombados", autuando proprietários, políticos e poderes públicos[92], com base no

[90] Ct. RMFA p/GRFF – 26/08/1937. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

[91] LEAL, Fernando Machado. Visionário da preservação. In: *Jornal A tarde*. Salvador, 24 de abril de 2004, p. 10. Trecho reproduzido por Mônica de Menezes Santos (2006, p. 43).

[92] Of. 176 GRFF p/Diretor da Divisão de Conservação e Restauração, Renato Soeiro – 20/11/1954; Of. 103 GRFF p/Desembargador Cleobulo Gomes, Presidente do TRE – 25/07/1955. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

artigo 18 do Decreto-lei nº 25/1937, e se manifestando publicamente por meio da imprensa[93]. E sobre os desafios enfrentados no exercício da fiscalização durante os anos em que serviu como representante do *Patrimônio* na Bahia, Godofredo declarou a Terezinha Marinho, na entrevista concedida em 1983:

> Nós tivemos aqui, freqüentes vezes, atritos graves com autoridades militares, com autoridades civis, com interventores, com governadores, com autoridades eclesiásticas proeminentes, e a nossa firmeza no caso foi sempre respaldada pelo prestígio do administrador e também do homem, do brasileiro admirável que foi Rodrigo Melo Franco de Andrade, dono de um prestígio pessoal extraordinário, raro de se encontrar hoje em dia, e que advinha somente do seu caráter, da sua retidão, da sua pureza de intenções. Não quero particularizar quais foram essas dificuldades passadas. Muitas delas, ou a maioria, nós conseguimos superar. Outras vezes, infelizmente, fomos, não digo que subjugados, mas pelo menos os méritos e a excelência do serviço do Patrimônio foi momentaneamente esquecida por aqueles que deviam mais relembrá-la.

2.3. Museus como principal instrumento de preservação do patrimônio móvel

Mais um aspecto interessante que constatamos na análise das correspondências de trabalho de Godofredo Filho, produzidas entre as décadas de 1930 e 1950, foi quanto a percepção que os pioneiros tinham do museu como um instrumento de preservação de que poderiam lançar mão, paralelamente aos processos de tombamento, para promover a salvaguarda de acervos móveis[94]. Ao mesmo tempo, a instalação de museus contribuía para dar funcionalidade a algumas das edificações que destacavam pela relação com algum fato ou personalidade históricos, mas que poderiam se arruinar por falta de utilização ou uso inadequado. Essa perspectiva levou, por exemplo, à criação do *Museu da Inconfidência*[95] e do *Museu do Ouro*[96], em Minas Gerais, e do *Museu das Missões*[97], no Rio grande do Sul, logo no

[93] Recorte da matéria: *Serão punidos os que colocarem cartazes de propaganda nos monumentos históricos do Estado* (Salvador, 13/08/1955, Jornal não identificado), preservado no Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[94] Para mais informações a respeito ver: Márcia Chuva (1999; 2009).

[95] Criado em Ouro Preto pelo Decreto-lei nº 965, de 20 de dezembro de 1938. Segundo Judith Martins, o acervo inicial foi formado principalmente a partir de doações da Arquidiocese de Mariana, e o cônego Raimundo Otávio da Trindade foi seu primeiro diretor, por indicação do Bispo de Mariana, D. Helvécio Gomes de Oliveira. De acordo com Analucia Thompson, Luiz Camillo de Oliveira Netto foi o responsável por seu plano conceitual (THOMPSON, 2009, p. 43;122;147).

[96] Na reportagem "Patrimônio histórico e artístico nacional", publicada pelo *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, em 19/12/1947, sobre algumas das realizações do *Patrimônio*, foi registrado que o *Museu do Ouro* já estava em funcionamento na antiga *Casa da Intendência do Ouro* de Sabará no ano de 1944, mas só foi inaugurado oficialmente em 16 de maio de 1946. Segundo Judith Martins, Antônio Joaquim de Almeida foi o primeiro a dirigi-lo (THOMPSON, 2009, p. 43;70).

início da trajetória do *Patrimônio*, além do projeto de um "museu de moldagens" que terminou não sendo concretizado[98].

Na Bahia, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Godofredo Filho também perseguiram esse ideal, tentando inicialmente organizar, junto à *Arquidiocese*, o *Museu da Catedral*, para cuidado do acervo proveniente da Sé, e de outras antigas igrejas do estado, que estava depositado de forma inadequada no salão da antiga biblioteca do *Colégio dos Jesuítas*, localizado sobre a sacristia do templo da Ordem, que se tornou posteriormente a *Catedral Basílica* de Salvador. Em carta enviada a Godofredo Filho em 23 de maio de 1940, Rodrigo Melo Franco de Andrade dedicou um tópico a esse projeto. Vejamos o texto[99]:

> Museu de Arte Religiosa – Interrompeu-se por algum tempo, em consequência do acúmulo de outros trabalhos mais urgentes, o estudo das obras de adaptação a serem executadas aí na Catedral para a instalação dêsse Museu. Não deixo, porém, de pensar no problema e espero na primeiro oportunidade dar um forte impulso à elaboração do projeto. Desde já, porém, conviria que você completasse os elementos necessários para esse efeito, enviando-me uma fotografia boa da porta de acesso ao futuro saguão do museu, tirada do exterior e apanhando a parte da fachada em que ela está aberta. Além disso, seria excelente que você me informasse se as antigas celas, ao longo dos corredores, poderão ou não, em sua totalidade, ser utilizadas como salas de exposição.

Mas o desafio em torno da organização desse museu foi enorme, como revelam as seguintes palavras de Godofredo Filho, escritas em 29 de agosto do mesmo ano, em carta enviada a Rodrigo, onde também reservou um tópico ao projeto[100]:

> Museu de Arte Religiosa – Comecei um trabalho diplomático, mais de sondagem, junto a alguns Cônegos influentes, estudando a possibilidade de outra e melhor solução para o caso do Museu. Nada lhe posso adiantar, por ora, sobre os resultados dessas démarches.

Sete anos mais tarde, em 1947, nova tentativa de organização do *Museu da Catedral* foi feita por Rodrigo Melo Franco de Andrade, diante da preocupação que causava o sobrepeso do acervo acumulado no salão sobre a sacristia do templo. Ao submeter ao Ministro Gustavo Capanema um plano de contribuições do *Patrimônio* às comemorações do quarto centenário da cidade do Salvador, conforme lhe foi solicitado, sugeriu a instalação do *Museu Arquidiocesano de Arte Religiosa* entre as antigas celas do *Colégio dos Jesuítas* que ladeavam

---

[97] Criado em São Miguel das Missões pelo Decreto-lei nº 2.077, de 08 de março de 1940. Segundo Judith Martins, inicialmente teve apenas como zelador João Hugo de Machado (THOMPSON, 2009, p. 44).

[98] Para mais informações sobre esse projeto, ver: Lúcio Costa (1986, p. 7); e Terezinha Marinho (1987, p. 37-38).

[99] Ct. RMFA p/GRFF – 23/05/1940. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

[100] Ct. GRFF p/RMFA – 29/08/1940. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

a *Catedral Basílica* e a antiga biblioteca sobre sua sacristia, após obras de conservação e adaptação daqueles espaços.

Vale registrar que no plano de ações para o quarto centenário, Rodrigo também sugeriu que, depois de restaurados, o *Paço do Saldanha* e o *Seminário São Dâmaso* fossem adaptados para instalação de setores do *Museu do Estado da Bahia*, que vinha funcionando em "condições impróprias".

Em relação ao *Museu Arquidiocesano de Arte Religiosa*, devido a dificuldade para conseguir junto à Arquidiocese mais espaço entre as celas do antigo *Colégio dos Jesuítas* para distribuição das peças, de modo a aliviar o sobrepeso que ameaçava a integridade dos painéis artísticos que adornavam o forro da sacristia da *Catedral Basílica*, o projeto não foi adiante[101]. Houve até uma intervenção do Ministro Simões Filho no sentido de instalá-lo no *Palácio Arquiepiscopal da Sé*, mas essa solução também não pôde ser acertada com a *Arquidiocese*[102].

Além da atenção ao acervo sacro arquidiocesano, em 1939, Rodrigo Melo Franco de Andrade demonstrou interesse por conhecer a "coleção de arte negra" do acervo do *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*[103]*, e* na década de 1950 algumas peças de origem africana também foram adquiridas pelo *Patrimônio* para integrar o projeto do *Museu da Casa dos Sete Candeeiros*, idealizado por Rodrigo e Godofredo, visando dedicar parte da casa adquirida para sediar a representação baiana da instituição a exposição de obras representativas da sua missão. Em 14 de novembro de 1950, como Ministro da Educação e Saúde, Pedro Calmon solicitou a Wanderley Pinho, então prefeito de Salvador, a desapropriação por utilidade pública desse imóvel, por se tratar de uma das mais antigas casas nobres erguidas no Brasil, sendo a construção do século XVII. A casa foi desapropriada pela *Prefeitura de Salvador* através do Decreto nº 861, de 26 de dezembro de 1950, e adquirida da *Santa Casa de Misericórdia da Bahia* pelo *Patrimônio* no ano seguinte, para instalação de um "Museu da Evolução da Cidade e da repartição dos Serviços de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional" [104].

[101] Ct. GRFF p/Cônego Odilon Moreira de Freitas, Cura da Sé – 05/05/1939; Ct. RMFA p/GRFF – 17/05/1939. Of. 470 RMFA p/GRFF – 14/12/1939. Cts. GRFF p/RMFA – 12/01/1940 e 18/01/1940. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[102] Of. 173 GRFF p/Diretor-substituto Renato Soeiro – 13/11/1950; Cts. GRFF p/RMFA – 12/02/1951 e 26/02/1951; Ct. RMFA p/GRFF – 12/04/1951. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[103] Ct. GRFF p/RMFA – 14/10/1939. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[104] Documentação relacionada anexa ao Processo de Tombamento 0124-T-38, localizado no Arquivo Central IPHAN/RJ. A *Casa dos Sete Candeeiros* teve seu acesso recuperado através de colaboração do Prefeito Oswaldo Gordilho, conforme registrado na Carta nº 33 de Godofredo Filho para Rodrigo M. F. de Andrade, de 31/01/1952, preservada no Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

Passado cerca de um ano, em janeiro de 1952, voltaram a ser feitas menções ao projeto desse museu na correspondência trocada por Godofredo Filho e Rodrigo Melo Franco de Andrade[105]. Para integrar seu acervo, além das peças africanas, foram sendo adquiridos pelo *Patrimônio*, ao longo da década de 1950, imagens sacras e alfaias católicas, pinturas artísticas e mobiliário "tradicional" [106]. Uma das cópias dos profetas do Aleijadinho modeladas para a exposição promovida pela instituição em 1938, também foi enviada para o museu da Bahia, e ainda integrariam o acervo outros objetos que foram sendo "resgatados" de antiquários ou obras, como uma carranca do São Francisco, antigas e enormes telhas coloniais, cerâmica indígena, filtros de engenhos, e um antigo painel da cidade de São Luiz. Várias medidas foram adotadas para organização do museu, salas de exposição foram devidamente preparadas com seu acervo, mas ele nunca chegou a ser oficialmente instalado[107]. Atualmente, as obras adquiridas para o museu adornam as duas casas pertencentes ao *Patrimônio* na Bahia, a *Casa dos Sete Candeeiros* e o *Solar Berquó*[108].

Numa carta enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 28 de maio de 1952, Godofredo Filho fez a seguinte observação, que demonstra o desânimo que o tomava em relação aos projetos voltados para organização de museus na Bahia, e ainda fornece uma noção das influências que levaram à criação do *Museu de Arte Moderna da Bahia*, no Solar do Unhão, na década de 1960[109]:

---

[105] Ct. GRFF p/RMFA – 26/01/1952; Ct. RMFA p/GRFF – 31/01/1952. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[106] Cts. GRFF p/RMFA – 09/06/1952, 22/10/1954, 03/05/1955, 16/05/1955, 16/06/1955, 21/10/1955, 20/06/1956, 20/06/1956, 08/11/1956, 30/01/1957, 09/08/1958 e 16/12/1958. Ofs. 739, 243 e 174 RMFA p/GRFF – 21/07/1952, 07/03/1955 e 09/08/1958; Cts. RMFA p/GRFF – 13/10/1953, 03/09/1954, 16/05/1955, 03/06/1955, 26/10/1955, 28/09/1956, 04/11/1956, 01/02/1957, 05/07/1958 e 23/12/1958; Ct. Carlos Ott p/RMFA – 29/07/1952; Ct. Carlos Ott p/GRFF – 01/08/1952. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[107] Ct. GRFF p/RMFA – 29/01/1952. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF. Embora o museu não tenha sido oficialmente instalado, na Carta nº 99 de Godofredo Filho para Rodrigo M. F. de Andrade, de 25/08/1952, e na Carta nº 330 de Rodrigo M. F. de Andrade para Godofredo Filho, de 27/08/1952, há menção a cessão do seu pavimento térreo para montagem de uma mostra de pintura brasileira promovida pelo *Museu Nacional de Belas-Artes*, atendendo pedido do Ministro Simões Filho. Documentos preservados no Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[108] O *Solar Berquó* foi adquirido pela *Fundação Nacional Pró-Memória* para instalação de seus trabalhos na Bahia em 1982, conforme documentação anexa ao Processo de Tombamento 0119-T-38, localizado no Arquivo Central IPHAN/RJ. Em 30 de setembro de 1984, foram inauguradas as obras de restauração realizadas no Solar Berquó e ele se tornou a sede da representação do *Patrimônio* na Bahia, enquanto a *Casa dos Sete Candeeiros* passou a funcionar como um anexo, mantendo o funcionamento do *Atelier de Restauração* criado por José Rescala, que comentaremos mais adiante, além de outros projetos e áreas especializadas.

[109] Documento preservado no Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

> Foi lançada, aquí, pelo Mangabeira [Governador] e pelo Chateaubriand, a idéia da fundação de um Museu de Arte, à imagem do de S. Paulo. Não sei até onde a felicidade dessa lembrança numa terra onde o Museu do Estado não tem condições condignas, o Museu de Arte Religiosa debate-se para vir à luz e a Casa dos Sete Candeeiros permanece vazia.

Sobre o assunto, respondeu Rodrigo Melo Franco de Andrade a Godofredo Filho através da Carta nº 307, de 12 de agosto do mesmo ano[110]:

> Estou de pleno acôrdo com as observações feitas por você sôbre a iniciativa alvitrada. Suponho, porém, que o empreendimento se limitará à eloquência extra-parlamentar do meu ex-companheiro de O Jornal.

No ano de 1959, diante da expansão dos negócios da *Petrobrás* em terras baianas, Rodrigo Melo Franco de Andrade também tentou negociar com a direção da empresa o aproveitamento de alguns casarões do velho centro de Salvador para instalação de um museu do petróleo. Chegou a ocorrer uma movimentação na *Petrobrás* para concretização de mais esse projeto, mas uma mudança na direção da empresa também o frustrou[111].

Como vimos, o ideal de montar museus para preservar acervos móveis, perseguido por Rodrigo Melo Franco de Andrade e sua equipe, encontrou muitos obstáculos na Bahia, como também, certamente, em outras regiões do Brasil. Entretanto, em relação ao acervo sacro arquidiocesano da Bahia, o fracasso do projeto inicial, para o *Museu Arquidiocesano de Arte Religiosa*, terminou abrindo caminho para empreendimento muito mais significativo[112]. Para conhecimento sobre o mesmo, tomemos o relato do próprio Godofredo Filho, em sua palestra *Universidade e Memória Nacional*, proferida em 1984. Primeiro ele tratou de como o Reitor Edgard Santos foi convencido a criar um museu universitário de arte sacra no *Convento de Santa Tereza*, dizendo (1984, p. 14):

> Lembra-nos, a propósito, as intermináveis conversas que peripateticamente laborávamos, pois que discutíamos indo e vindo, em passadas curtas e compassadas pelo salão nobre desta casa, àquelas horas fechado a outros interlocutores. A oportunidade se ofertava, aliciante e única, a opção se desenhava, nítida e tentadora, da criação de um Museu de Arte Sacra patrocinado pela Universidade e por ela subsidiado e conduzido, com aproveitamento de peças da antiga Sé demolida e de outras que se lhe adjudicassem. O Reitor Edgard Santos tinha, a respeito da decisão por tomar, certos escrúpulos e m'os manifestava sempre. Até que ponto lhe era possível ou seria razoável que, os invés de aproveitar as verbas disponíveis para aparelhar laboratórios, melhorar serviços hospitalares, levantar os níveis do ensino superior, ele as canalizasse para uma obra quase suntuária, de resultados práticos

[110] Documento preservado no Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[111] Ct. Cyro dos Anjos p/RMFA – 19/01/1959; Ct. RMFA p/Cyro dos Anjos – 02/02/1959. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF // Cts. RMFA p/GRFF – 01/12/1958, 19/12/1958 e 02/02/1959. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

[112] Cts. RMFA p/GRFF – 11/07/1957 e 26/08/1957; Cts. GRFF p/RMFA – 17/08/1957, 04/01/1958, 17/01/1958 e 23/08/1958; Of. 228 RMFA p/GRFF – 14/02/1958. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

> imediatos e duvidosos, sobre trabalhada em material que não era possível de aquisição e dificilmente poderia constituir-se em acervo privativo e permanente da Universidade. Não foi difícil a argumentação agilizada desvanecer tais dúvidas e ele mesmo, em consciência e por clareza de raciocínio, acordou em seguir o rumo que a inteligência lhe traçara. Afinal, era um baiano de cepa muitas vezes provada, nascido na freguesia da Sé e cria vigorosa de nossa tradicional Faculdade do Terreiro.

Em seguida, destacou o empenho de Rodrigo Melo Franco de Andrade e a importância de sua influência para que fosse criado na Bahia um museu dessa natureza, ao declarar (1984, p. 16):

> A mediação do Patrimônio, no caso, foi das mais ponderáveis, de novo exercendo-se os bons ofícios de seu eminete diretor para que, desta feita, não pendessem frustras as gestões empreendidas, malogrando-se como as que, anteriormente, diligenciou o Ministro Simões Filho, a quem se deve, prioritariamente, a idéia da criação de um Museu de Arte Sacra na Bahia, que se pretendeu instalar no Seminário de São Dâmaso primeiro e no Palácio Arquiepiscopal da Sé em seguida, quando, com difícil aquiescência do Primaz de então, chegamos a solicitar do arquiteto Diógenes Rebouças, renomado professor da Faculdade de Arquitetura, a elaboração do ante-projeto de adaptação daquele notável monumento às finalidades desejadas, destino bem melhor que o melancólico a que está votado, comprometido na boa conservação que se lhe não pode dar, à altura de seu mérito arquitetônico e realmente palaciano.

Além desse relato precioso que revela o papel de Simões Filho, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Godofredo Filho e Edgar Santos[113] na criação de um dos mais importantes museus do estado da Bahia[114], consideramos digno de nota o discurso realizado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1963, na *Universidade Federal da Bahia*, quando desta recebia o título de professor *honoris causa*, pois na ocasião, ao falar da importância do projeto do *Museu de Arte Sacra*, defendeu a necessidade de criação não apenas de museus, mas de formação acadêmica de "museologistas" no Brasil, o que demonstra sua influência também nos processos que levaram a organização dos primeiros cursos universitários de museologia do país, no Rio de Janeiro e na Bahia. Durante o discurso, Rodrigo procurou enfatizar o papel dos museus nas nações modernas, dizendo (1963, p. 23):

> A função dos museus, na sociedade contemporânea, adquiriu tal relevo e tem produzido tais benefícios culturais, que a criação de um dêles, com a categoria e as condições desejáveis, constitui realização de mérito indiscutível. Prova do valor cada vez maior atribuído universalmente a essas instituições é sua multiplicação e prestígio nos Estados de regime socialista, ao mesmo tempo que nos países mais evoluídos no regime da democracia representativa. E, quanto a museus de arte integrantes de universidades das grandes nações, bastará referir que as três mais famosas universidades norte-americanas – Harvard, Yale e Princeton –, possuem estabelecimentos do gênero que correspondem, pela excelência da organização e do acervo, à celebridade de cada um daquêles centros de estudos superiores, cumprindo

[113] Para maiores informações sobre o incremento artístico e cultural que marcou a Bahia entre o final da década de 1940 e o início da década de 1950, a partir da atuação de Edgar Santos na organização da sua Universidade, ver: José Alberto Fernandes e Pedro Almeida Vasconcelos (2002, p. 87-133).

[114] Para mais informações sobre a gênese do *Museu de Arte Sacra* da *Universidade Federal da Bahia*, ver: Terezinha Marinho (1987, p. 62).

> notar que Harvard, além do prestigioso Fogg Museum, situado no próprio campus em Cambrige, se orgulha de um outro museu, de arte bizantina, localizado em Dumbarton Oakes, na proximidade de Washington.

Ele também destacou a criação do *Museu de Arte Sacra* na *Universidade Federal da Bahia*, fruto de seu próprio empenho, como ato pioneiro no "Brasil moderno", com a seguinte declaração (1963, p. 23):

> Sem dúvida, ligado à Universidade da então Capital da República, já existia o Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. Mas este foi criado ainda ao tempo do Brasil-Reino, evoluiu por meios próprios e só razões de conveniência administrativa o fizeram integrar-se naquela Universidade, na qual permanece, não obstante, como elemento excêntrico [...]. Ao passo que a Universidade da Bahia, com a criação do Museu de Arte Sacra, demonstrou verdadeira compreensão do papel do museu como instituição peculiar de cultura no mundo moderno.

E Rodrigo ainda aproveitou a ocasião para lançar a sugestão de organização de uma formação superior de "museologistas" naquela Universidade, e iniciou sua argumentação neste sentido, valendo-se de um importante evento da área que havia acabado de acontecer no recém-criado Museu, conforme podemos conferir nas suas palavras (1963, p. 25):

> Estou certo de que o museu universitário baiano não tardará a exercer, nos círculos acadêmicos e em tôda a população local, a influência viva e benéfica observada na ação de instituições congêneres estrangeiras. [...] sua notoriedade já considerável no país aumentará muito com a realização, entre as paredes evocativas do antigo Convento de Santa Tereza, no recinto ora ajustado às exigências de um estabelecimento moderno, do 3º Congresso Nacional de Museus, reunido na Bahia por proposta formulada no 2º Congresso, nas últimas horas de sua vida fecunda, pelo queridíssimo e insubstituível amigo e colega José Antônio do Prado Valadares, brilhante professor desta Universidade e emérito Diretor do Museu do Estado. Organizado pela eminente Doutora Heloisa Alberto Torres, que ocupa, com autoridade e proficiência incomparáveis, a presidência da Organização Nacional do Conselho Internacional de Museus, aquêle congresso tem debatido algumas das questões de maior atualidade que interessam aos especialistas e à causa dos museus em geral. Entre estas uma das mais relevantes se relaciona com as atribuições das universidades: é a da formação dos museologistas no Brasil. Peço permissão para rogar, para seus aspectos principais, a benévola atenção do Magnífico Reitor e do egrégio Conselho Universitário.

Lançada a proposta, Rodrigo seguiu argumentando em sua defesa, buscando demonstrar a importância de combater o "empirismo" na condução das atividades dos museus. Disse ele, então (1963, p. 25-26):

> A importância da questão resulta da magnitude do papel reclamado aos museus na vida contemporânea das nações civilizadas. Não são mais admissíveis nos responsáveis pela orientação e funcionamento dessas instituições a improvisação de capacidades, nem o empirismo de técnicas. E, se na administração federal, desde a década de 1930, foi criado um Curso de Museus, no Museu Histórico Nacional, por iniciativa e sob direção do ilustre Dr. Gustavo Barroso, curso esse que se ampliou apreciàvelmente e se considera de extensão universitária, êle não pode, todavia, data vênia, bastar às necessidades do país. Por mais dedicada e esclarecida que seja sua superintendência, por mais proficientes e zelosos que sejam os respectivos professores e por muito melhoradas que tenham sido as instalações do curso, não há possibilidade do currículo comportar as disciplinas fundamentais e auxiliares indispensáveis à formação de especialistas para as diversas modalidades de museus

> modernos. Sòmente as universidades têm condições para corresponder aos reclamos da preparação adequada dos museologistas de que o Brasil precisará, não apenas em futuro remoto, mas em futuro próximo.

E ainda procurou traçar o caminho de sua aplicabilidade, baseando-se na lei de diretrizes e bases da educação vigente e na possibilidade de contar com disciplinas já existentes nas grades de outros cursos para organização do currículo do novo curso. Assim, explicou (1963, p. 26):

> Sobretudo em virtude da autonomia e da flexibilidade que a nova lei de diretrizes e bases da educação nacional atribuiu às universidades e aos órgãos regionais de ensino, para constituição de currículos, torna-se possível, com a simples introdução de mais algumas disciplinas, utilizar os cursos universitários existentes para formação de museologistas licenciados, de cuja falta nosso meio já se ressente e cada vez mais se ressentirá. Com as matérias ministradas nos cursos de belas artes e de arquitetura, nos de ciências, de história e sociologia, acrescidas das disciplinas novas do campo da museografia, a viabilidade e o proveito do concurso das universidades para o fim pretendido me parecem indubitáveis. Os órgãos competentes da Universidade da Bahia saberão, porém, muito melhor que eu, como planejar e efetivar a formação plenamente satisfatória dos especialistas desejados. A ambiência prestigiosa da Cidade do Salvador contribuirá para que a questão suscitada conte com o apreço merecido e propiciará a solução satisfatória, espero que sem demora inconveniente.

A citação de vários trechos do discurso de Rodrigo sobre esse assunto se faz preciosa, justamente por revelar um aspecto interessante da historiografia do preservacionismo no Brasil que ficou menos notório, dentre tantos outros que já foram abordados e destacados. Certamente que a dedicação de Rodrigo Melo Franco de Andrade ao campo dos museus também tem relação com as lutas políticas que marcaram a fase de estruturação e consolidação do *Patrimônio,* diante de projetos análogos que foram movidos paralelamente por outras personalidades com influência na política da época, como Gustavo Barroso e José Mariano Filho[115].

2.4. A equipe do *Patrimônio* na Bahia e a rede constituída em torno de suas demandas

Após tratar da figura mais emblemática dos primórdios da atuação do *Patrimônio* no Estado da Bahia, das amizades que cultivou relacionadas ao campo preservacionista, e de algumas das diretrizes de preservação de acervos imóveis e móveis, convém conhecer também os outros agentes que foram envolvidos direta e indiretamente em sua trajetória inicial: fotógrafos, pesquisadores de história e história da arte, arquitetos, engenheiros, intelectuais, políticos, enfim, personalidades que se interessavam pela causa preservacionista

[115] Para mais informações a respeito, ver: Lauro Cavalcanti (2000) e Aline Montenegro Magalhães (2004).

e pelos acervos coloniais da Bahia, e que constituíram uma ampla e prestigiosa rede de relações, de trocas de toda ordem, em torno dessa temática.

A partir de 1937, quando o serviço do *Patrimônio* já estava oficialmente implantado, Godofredo Filho pôde começar a buscar apoio político e intelectual, além de auxílios diretos, para atender às demandas que foram surgindo. Na documentação institucional é possível identificar os profissionais que foram sendo inseridos nos trabalhos, as personalidades que contribuíram indiretamente nas ações de salvaguarda dos acervos baianos e sergipanos, e também a maneira como a direção-geral buscava manter o controle sobre todas as atividades. Vejamos, então, algumas informações sobre a equipe pioneira na Bahia, e como foi sendo composta, conforme eram criadas as demandas.

2.4.1. Serviços fotográficos

A fotografia era de extrema importância nos primeiros anos de atuação do *Patrimônio,* e largamente utilizada pelos pioneiros da sua sede nacional, em todos os processos de trabalho, servindo como suporte essencial à análise das demandas, quando as distâncias dificultavam o contato pessoal. Assim, diversos profissionais dessa área eram requisitados, tanto para realizar, como para reproduzir registros fotográficos, alguns dos quais se tornaram famosos pela sensibilidade e qualidade artística dos trabalhos elaborados[116].

O primeiro nome que vimos figurar nas cartas trocadas entre Godofredo Filho e Rodrigo Melo Franco de Andrade neste campo, é o de **Silvanisio Stille Pinheiro**[117], em março de 1937. Seria ele, então, o responsável pelas primeiras imagens utilizadas pela sede na avaliação das propostas de tombamento encaminhadas por Godofredo Filho entre os anos de 1937 e 1938 [118].

Em janeiro de 1939, Godofredo Filho fez indicação também do nome de **Kasis Vosylius**[119]**,** para realizar registros fotográficos. Segundo ele, esse fotógrafo lituano,

[116] Para maiores informações sobre a fotografia no *Patrimônio* ver: Márcia Chuva (2009); Francisca Lima, Mônica Melhem e Oscar Cunha (2008).

[117] Ct. RMFA p/GRFF – 20/03/1937; Cts. GRFF p/RMFA – 02/01/1945, 26/09/1940, 29/08/1940 e 28/05/1945. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

[118] Silvanisio Stille Pinheiro foi requisitado diversas vezes para serviços por Godofredo Filho ao menos até 1945.

[119] Ct. GRFF p/RMFA – 27/01/1939. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo // Cts. GRFF p/RMFA – 01/04/1939, 30/05/1939, 17/10/1939 e 11/08/1954. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

diplomado na Academia de Berlim, era um excelente profissional, que já teria realizado trabalhos para Portinari e outros no Sudeste, sendo conhecido por Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade. Foi Vosylius quem registrou em 1940, para fins de inventário, o acervo de arte sacra da *Arquidiocese da Bahia*, coleção que, conforme vimos, muito impressionava a direção-geral do *Patrimônio,* que a queria compondo um museu.

Em fevereiro de 1939, Rodrigo Melo Franco de Andrade também enviou para Salvador o fotógrafo **Stefan Gal**[120], para realizar registros encomendados por Lúcio Costa. Godofredo criticou vivamente a atuação desse profissional, como podemos conferir em trecho de carta enviada a Rodrigo em 01 de abril de 1939:

> Quanto ás fotografias do Snr. STEFAN GAL, não creio que estejam ótimas. Pareceu-me ele mais comerciante que artista. Aviso ao Snr. que pode ter liberdade em aceitar ou recuzar as chapas que não constam na lista enviada por esse Serviço, as quais foram obtidas pela vontade exclusiva do Snr. GAL.

E em julho daquele mesmo ano esteve realizando registros na Bahia, em companhia de Rodrigo Melo Franco de Andrade e José Souza Reis, o fotógrafo **Erich Joachim Hess**[121]. Em Salvador ele fotografou, por exemplo: a *Catedral Basílica*; o *Mosteiro de São Bento*; os conjuntos de *São Francisco*, *Carmo*, *Desterro*, *Penha*, *Boa Viagem* e *Monte Serrat*; a *Basílica do Bonfim*; e o *Forte-farol da Barra*. No Recôncavo também tirou fotografias: em Cachoeira – do conjunto do *Carmo*, da *Matriz do Rosário*, da *Capela da Ajuda*, do *Mercado Municipal* e do *Seminário de Belém*; em Santo Amaro – do *Paço Municipal* e da *Matriz da Purificação*; e no *Conjunto Franciscano de Santo Antônio do Paraguaçu*, que considerou "a coisa mais bonita que existe", "uma apoteose" [122].

Nos relatórios de serviços fotográficos relativos aos anos de 1945 e 1946, enviados por Godofredo Filho para a sede, além do já mencionado Silvanisio Pinheiro foi citado o fotógrafo **Edgard Cardoso Antunes**[123]. Este prestou serviços ao *Patrimônio* pelo menos até 1953 e realizou fotografias, por exemplo: de um grande painel histórico da cidade de São Luiz

[120] Ct. RMFA p/GRFF – 24/02/1939; Ct. GRFF p/RMFA – 01/04/1939. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

[121] Tlg. RMFA p/GRFF – 19/07/1939. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[122] GRIECO, Bettina Zellner (Org.). *Entrevista com Erich Joachim Hess.* Série Memórias do Patrimônio. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN-DAF-COPEDOC, 2013, p. 79-86.

[123] Relatórios de Serviços Fotográficos – 1945 / 1946; Cts. GRFF p/proprietários de bens móveis que seriam fotografados – 27/12/1950; Of. 75 GRFF p/RMFA – 15/01/1951; Ct. RMFA p/GRFF – janeiro/1953; Tlg. RMFA p/GRFF – 06/02/1953; Ct. GRFF p/RMFA – 11/02/1953; Of. 52 GRFF p/RMFA – 24/04/1953; Recibo – 03/07/1953; Ct. GRFF p/Edgard Antunes – 08/09/1953. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

do Maranhão[124]; de monumentos dos municípios de Jacobina, Jaguaripe, Nazaré e São Roque; de um altar de prata da antiga *Sé da Bahia*, considerado de grande valor pelo *Patrimônio*[125]; e da azulejaria da *Ordem III de São Francisco de Salvador*.

A partir de agosto de 1946, iniciaram as contribuições do fotógrafo francês **Pierre Verger**[126]**.** Naquele ano, a pedido de Rodrigo, Godofredo facilitou o acesso de Verger a informações sobre arquitetura tradicional da Bahia reunidas no arquivo da representação baiana do *Patrimônio,* e ele tornou-se seu assíduo frequentador. Admirado com as fotografias produzidas por Pierre Verger dos monumentos por ele pesquisados, Godofredo solicitou a Rodrigo aquisição de algumas, que poderiam servir à instituição, e obteve autorização para submeter uma seleção de registros de Salvador e do Recôncavo Baiano à aprovação da *Divisão de Estudos e Tombamentos*. Godofredo escolheu 360 imagens, e ainda cogitou a possibilidade de produção de mais 50 registros da área urbana de Salvador que seria proposta para tombamento. Em 1951, os serviços de Verger também foram requisitados para registros do *Castelo Garcia d'Ávila* e de monumentos e alfaias dos municípios de Rio de Contas e Brumado[127].

Outros fotógrafos que prestaram serviços ao *Patrimônio* na Bahia no período que corresponde ao recorte temático da nossa pesquisa foram: **Gervasio Baptista**[128] (1950); **Marcel Gautherot**[129] (1951); **Oswaldo Vieira**[130] (1954); **Waldir Ninck Mendonça**[131]

---

[124] "Resgatado" pelo *Patrimônio* e que integra até hoje o acervo da instituição na Bahia.

[125] Atualmente no *Museu de Arte Sacra da Bahia*, instalado no altar-mor da *Igreja de Santa Teresa*.

[126] Ct. GRFF p/Cônego Odilon Moreira de Freitas, Cura da Sé – 25/08/1946; Cst. GRFF p/RMFA – 24/09/1946 e 13/11/1956; Of. 156 e 190 GRFF p/RMFA – 15/10/1946 e 16/12/1946; Tlg. RMFA p/GRFF – 28/04/1951; Tlg. GRFF p/RMFA – 16/11/1951; Of. 174 GRFF p/RMFA – 23/11/1951. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo // Tlg. Pierre Verger p/RMFA – 16/11/1951. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[127] De acordo com as informações que encontramos na documentação institucional, pelo menos até 1956 Pierre Verger trabalhou para o *Patrimônio*.

[128] Recibos de 14/01/1950. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

[129] Cts. GRFF p/RMFA – 10/01/1951 e 31/01/1952; Ct. GRFF p/Stela Maciel de Ávila – 25/01/1951; Tlg. Marcel Gautherot p/GRFF – 23/03/1952. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo // Of. 1557 RMFA p/GRFF – 28/12/1951. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[130] Ct. GRFF p/Flávio Motta – 18/12/1953. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo // Of. 158 e 76 GRFF p/RMFA – 22/10/1954 e 30/11/1954; CT. GRFF p/RMFA – 01/11/1954. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[131] Orçamento – 20/05/1954; Of. 182 GRFF p/RMFA – 30/09/1954; Of. 1298 RMFA p/GRFF – 21/12/1954; Fatura – 19/03/1955; Of. 71 GRFF p/Gerente da Cia Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul – 17/06/1955; Orçamento – 26/09/1957. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

(1954); e **Oscar Campiglia**[132] (1954). Esse ultimo, ligado ao *Departamento de Cultura e Ação Social* da *Universidade de São Paulo*, participou na concepção de uma grande exposição sobre a arte tradicional do Brasil que foi realizada em 1954, no *II Colloquium de Estudos Luso-Brasileiros,* dentre os eventos que marcaram as comemorações do *4º centenário da fundação da cidade de São Paulo,* tendo o *Patrimônio,* e sua representação na Bahia, disponibilizado vários negativos de monumentos para reproduções ampliadas que integraram a exposição. Essa mostra, considerada um sucesso, foi requisitada para montagens em diversos espaços de São Paulo e também para exibição em Lisboa, Roma e Suíça. Visando atender mais demandas internacionais, Campiglia considerou a necessidade de retornar à Bahia, em 1955, para complementar estudos e documentação de monumentos.

Houve uma preocupação da direção-geral do *Patrimônio* em normatizar os procedimentos relativos às fotografias para inventário e tombamento, como revela a Portaria nº 03 de 08 de janeiro de 1948, que definiu critérios para "fotografias de obras de valor artístico e histórico" [133]. Também quando Edson Motta e sua equipe de restauradores estiveram na Bahia, para planejar e executar serviços emergenciais de restauração de bens artísticos dos antigos templos e conventos católicos, Rodrigo fez a seguinte recomendação em relação aos registros fotográficos, em carta enviada para Godofredo Filho, em 31/01/1952[134]:

> Quanto aos serviços empreendidos ou a empreender, recomendo insistentemente a você que lembre aos peritos a necessidade indeclinável das pinturas serem fotografadas com minucia antes da restauração e, bem assim, pelo menos uma vez no decurso dos trabalhos.

2.4.2. Pesquisa e Inventário

A primeira colaboração relativa à pesquisa que se seguiu à do próprio Godofredo Filho na Bahia, foi a de **Herman Kruse**[135]. Entre os anos de 1939 e 1940, enquanto ele percorria os

[132] Ct. RMFA p/GRFF – 06/07/1954; Tlg. GRFF p/Oscar Campiglia – 14/08/1954; Ct. Oscar Campiglia p/GRFF –27/12/1954; Tlg. Oscar Campiglia p/Jair Brandão – 19/04/1955. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

[133] Reprodução fac-similar desse documento, arquivado na Superintendência do IPHAN na Bahia, encontra-se publicada em duas obras: LIMA, Francisca H. B.; MELHEM, Mônica M.; CUNHA, Oscar H. L. Brito e (Coord.). *A fotografia na preservação do patrimônio cultural: uma abordagem preliminar*. Rio de Janeiro: MINC-IPHAN-COPEDOC, 2008, p. 27-28; GRIECO, Bettina Zellner (Org.). *Entrevista com Erich Joachim Hess.* Série Memórias do Patrimônio. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN-DAF-COPEDOC, 2013, p. 25 e 26.

[134] Ct. RMFA p/GRFF – 31/01/1952. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[135] Jornal A TARDE: *Uma "cidade perdida" nos sertões da Bahia!* – 12/12/1939; Jornal ESTADO DA BAHIA: *Seguindo nos sertões bahianos o caminho do Fidalgo Bandeirante* – 11/04/1940; Cts. RMFA p/GRFF –

sertões baianos em busca de vestígios materiais que atestassem a construção de fortins pelo bandeirista Gabriel Soares de Souza no século XVI, Rodrigo Melo Franco de Andrade autorizou Godofredo Filho a fornecer-lhe recursos para as viagens e intervir, junto a autoridades dos municípios por onde passasse, para que obtivesse apoio.

Kruse passou por municípios como Cruz das Almas, João Amaro, Genipapo, Santa Terezinha e Andaraí. Em Santa Terezinha localizou, e com recursos do *Patrimônio* "reconstruiu e protegeu", alicerces de um dos fortins procurados. No município de Andaraí chegou a ser detido e mantido preso por dois dias, sob a desconfiança de tratar-se de um espião alemão, sendo solto por intervenção de Rodrigo Melo Franco de Andrade. No dia 11 de abril de 1940, ele realizou conferência no *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* sobre suas pesquisas, e em 03 de dezembro de 1941, quando estava de volta à Bahia tentando localizar outras das obras militares de Gabriel Soares, foi nomeado seu sócio correspondente.

Mas o interesse do *Patrimônio* pelo estudo e preservação dos elementos artísticos que adornavam os monumentos coloniais da Bahia, é que foi determinante para incremento do quadro de colaboradores da sua representação no estado com profissionais da pesquisa. Podemos citar, como exemplo, os estudos sobre a cantaria baiana realizados por **Lucio Costa**[136] (1940) e sobre a pintura tradicional da Bahia de interesse de **Hanna Levy**[137] (1945), além dos estudos gerais sobre mobiliário, pinturas, esculturas e alfaias, organizados por **Helcia Dias**[138] e **Judite Martins**[139].

Para enriquecer esses estudos eram feitas a Godofredo constantes encomendas de informações, cópias de documentos, publicações e registros fotográficos, e na medida em que se avolumavam os pedidos, ele ia sendo autorizado a contratar profissionais para auxiliá-lo. O primeiro deles foi **Osvaldo Gomes**[140], contratado em 1940, para inventariar o acervo de arte sacra da *Arquidiocese da Bahia* fotografado por Kasis Vosylius.

08/12/1939 e 23/05/1940; Cts. GRFF p/RMFA – 18/11/1939, 05/12/1939 e 29/08/1940; Jornal A TARDE: *Nomeado socio correspondente do Instituto Historico* – 05/12/1941. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo // Ct. GRFF p/RMFA – 13/12/1939; Ct. RMFA p/GRFF – 19/12/1939. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[136] Ct. RMFA p/GRFF – 23/05/1940. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

[137] Ct. RMFA p/GRFF – 16/02//1945; Cts. GRFF p/RMFA – 28/05/1945 e 28/05/1945; Ct. Hanna Levy p/GRFF – 27/02/1946. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

[138] Ct. Helcia Dias p/GRFF – 06/01/1939. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

[139] Ct. GRFF p/RMFA – 28/05/1945; Planos de trabalhos DPHAN/2º Distrito para 1948 e 1949. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo // Analucia Thompson (2009, p. 24, 52-53).

[140] Ct. GRFF p/RMFA – 11/08/1954. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

Jair de Figueiredo Brandão[141] foi contratado em 1945, e tornou-se braço direito de Godofredo Filho, substituindo-o em seu cargo quando precisava se ausentar, a serviço, ou de férias[142]. Além de pesquisas, ele, que era artista plástico, realizou moldagens de algumas das principais obras de cantaria colonial da Bahia, como da famosa portada do *Paço do Saldanha*. Rodrigo contava com esse seu talento para moldar outros elementos de arquitetura, e obras de escultura, com que pretendia preencher um "museu de monumentos brasileiros" que queria inaugurar em São Paulo, durante as comemorações dos quatrocentos anos de sua fundação[143].

Jair Brandão também foi professor do curso de moldagem da *Escola de Belas Artes da Universidade da Bahia*, e na década de 1950, o então diretor da Escola, Mendonça Filho, solicitou autorização do *Patrimônio* para que moldasse exemplares: da famosa imagem do *São Pedro Arrependido* da *Ordem dos Beneditinos* na Bahia; de um arranque da escada da *Igreja de São Domingos*; das *Cariátides* do *Liceu de Artes e Ofícios*; da imagem da *Santa Mônica* do Frei Agostinho da Piedade; e da réplica de um dos profetas de Aleijadinho que se encontrava na sede da representação baiana do *Patrimônio*. Godofredo consultou Rodrigo sobre o pleito e a autorização foi concedida, com a exceção da moldagem do profeta de Aleijadinho, por considerar que a existência de outra réplica na Bahia poderia tirar o brilho da que se encontrava no *Museu da Casa dos Sete Candeeiros*. Rodrigo sugeriu a reprodução de algum outro dos profetas do Aleijadinho[144]. Jair Brandão foi muito prestigiado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, tanto que, em 1957, este lhe proporcionou uma viagem a Minas Gerais, onde conheceu Sabará e Belo Horizonte, não podendo chegar até Ouro Preto devido a uma interrupção na estrada[145].

Outro pesquisador contratado pelo *Patrimônio* na Bahia foi o alemão Karl Borromaeus Ott, conhecido como **Carlos Ott**[146]**,** que chegou a Salvador na década de 1930 como frade

[141] Of. 103 GRFF p/RMFA – 06/06/1945; Listas de fotografias necessárias de 26/02/1951 e 01/11/1956. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo // Ct. RMFA p/GRFF – 23/05/1948; Of. 153 Diretor-substituto Renato Soeiro p/GRFF – 08/03/1949. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[142] Cts. GRFF p/RMFA – 10/03/1953, 07/07/1956 e 23/08/1956. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[143] Of. 675 RMFA p/GRFF – 04/08/1953. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[144] Of. 102 e 134 GRFF p/RMFA – 25/07/1953 e 04/09/1953; Of. 223 Mendonça Filho p/GRFF – 26/05/1953; Of. 676 RMFA p/GRFF – 04/08/1953. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[145] Ct. Jair Brandão p/RMFA – 03/01/1957. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[146] Ofs. 25, 30, 02 e 145 GRFF p/RMFA – 17/05/1947, 29/05/1947, 05/01/1952 e 09/10/1954; Ct. Carlos Ott p/RMFA – 25/05/1947; Cts. GRFF p/RMFA – 26/05/1947, 14/01/1948, 08/07/1955; Cts. RMFA p/GRFF – 29/05/1947, 10/06/1947 e 15/06/1947; Tlg. RMFA p/GRFF – 25/06/1947; Ct. Carlos Ott p/GRFF – 01/10/1947; Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF // Carlos Ott encaminhava relatórios mensais

franciscano, mas deixou a Ordem em seguida. Quando convidado por Godofredo Filho, para realizar pesquisas nos arquivos públicos estadual e municipal e nos arquivos das mais antigas ordens religiosas católicas de Salvador, ele atuava como professor de Etnologia da *Faculdade de Filosofia* da Bahia e fazia parte da equipe do *Escritório de Planejamento Urbano da Cidade do Salvador* (EPUCS).

Sua contratação foi formalizada em 1º de junho de 1947, assim como a de **Cid Teixeira**[147], como seu auxiliar. Ele também solicitou contratação de outros auxiliares, como de sua noiva, Emília Teixeira Soares, e do Padre Emílio Indlekofer, que foram aceitas a princípio por Rodrigo Melo Franco de Andrade, devido a grande quantidade de pesquisas necessárias, mas que terminaram não sendo concretizadas por falta de recursos. Diante da impossibilidade de contar com mais de um auxiliar, Carlos Ott tentou levar a substituição de Cid Teixeira por sua noiva, manifestando-se a respeito Godofredo Filho, com as palavras que transcrevemos a seguir, da carta que endereçou a Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 13 de janeiro de 1948[148]:

> Escrevo-lhe a propósito do Snr. Cid Teixeira, colaborador do Dr. Carlos Ott, nos serviços de pesquisa em arquivos. Apesar das restrições que talvez lhe possam ser feitas, a verdade é que se trata de um elemento de valor, que não devemos perder, pois grande é a sua prática e fino trato no lidar com os papéis velhos. Assim, bôa parte do serviço apresentado pelo Dr. Carlos Ott lhe é devido. Parece-me que, na esperança de dar trabalho remunerado à sua futura esposa, conforme lhe prometemos e será justo, Dr. Ott pensa em dispensar os préstimos do Snr. Cid Teixeira. Entretanto, neste ano vizinho do Centenário da cidade, e com o muito que temos a fazer, creio que valeria a pena continuarmos aproveitando a colaboração daquele auxiliar. O Snr. Cid é funcionário da Secretaria do Instituto Histórico e estudante de Direito. Mas, tem muitas horas disponíveis para nós, inclusive algumas das que passa no Instituto, onde também costuma ler e dactilografar documentos de nosso interesse.

A resposta encaminhada por Rodrigo a Godofredo sobre essas colocações é reveladora da dificuldade de relacionamento que foi marcando a atuação de Carlos Ott no *Patrimônio*, e que abriu caminho para a contratação da historiadora Marieta Alves. Vejamos as palavras de Rodrigo[149]:

> Tomei boa nota de sua informação favorável ao Snr. Cid Teixeira e não cogito de modo algum de dispensar os serviços dêle. Quanto à promessa de aproveitamento dos serviços da futura consorte do Dr. Carlos Ott, creio que terá de ficar sem efeito,

---

para Rodrigo M. F. de Andrade, através de Godofredo Filho, de modo que, além dos documentos indicados, há dezenas desses relatórios no Arquivo Central do Rio de Janeiro.

[147] Of. 244 GRFF p/RMFA – 29/05/1947; Ct. 30 GRFF p/RMFA – 29/05/1947; Tlg. RMFA p/GRFF – 25/06/1947. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[148] Ct. GRFF p/RMFA – 13/01/1948. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[149] Ct. RMFA p/GRFF – 20/01/1948. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

> quer à vista das atividades desse colaborador terem ficado limitadas ao Arquivo estadual, em consequência hostilidade eclesiástica e municipal, quer a perspectiva de ajustamento dos serviços de D. Marieta Alves.

Assim, **Marieta Alves**[150] também figurou nos quadros do *Patrimônio*, sendo apreciada por Rodrigo e Godofredo pelo excelente trato que mantinha nos conventos, que facilitava o desenrolar das pesquisas de interesse, pesando ainda a favor dela a facilidade de acesso aos arquivos dos conventos femininos. A entrada desta no *Patrimônio* também se deu por indicação do próprio Godofredo Filho, que ainda vislumbrava a possibilidade de se aproveitar os serviços da historiadora Anfrisia Santiago[151], diante do agravamento da dificuldade de relacionamento de Carlos Ott com as autoridades eclesiásticas na Bahia.

Apesar de os serviços de Marieta Alves haverem sido cogitados desde 1947, somente em 1954, por exiguidade de recursos, ela teria sido contratada. Em 1955, como Diretor Substituto do *Patrimônio*, Renato Soeiro solicitou a Godofredo Filho, remeter ao Rio de Janeiro três coleções dos pequenos guias de igrejas e conventos baianos por ela elaborados e publicados pela *Prefeitura de Salvador*[152].

Carlos Ott também não se entendia bem com Marieta Alves e criticava sua atuação, de modo que Godofredo destinava a cada um diferentes demandas, para atuarem separadamente. No relatório que submeteu a Godofredo Filho, em 01 de dezembro de 1954, Ott fez uma longa justificativa das suas restrições às pesquisas empreendidas pela colega, concluindo que seus métodos eram suficientes apenas para elaboração de guias turísticos, "mas inteiramente deficientes para pesquisa científica"[153]. A razão dessa avaliação estava no fato de Marieta Alves não se deter, durante suas pesquisas, ao exame de toda a documentação localizada nos arquivos. Segundo Ott, ela copiava apenas as informações compiladas na "nata dos documentos", deixando passar as que constavam em documentos menores e avulsos, "não menos importantes". Certamente que com essa estratégia, embora não alcançasse o nível de detalhamento perseguido por Ott, Marieta conseguia produzir e entregar as pesquisas encomendadas em menos tempo e em materiais mais sucintos, o que, em determinadas situações, deveria ser mais conveniente para os dirigentes do *Patrimônio*.

---

[150] Cts. GRFF p/RMFA – 29/05/1947, 14/01/1948, 21/08/1951, 10/09/1951, 16/02/1952 e 08/07/1955; Ct. RMFA p/GRFF – 27/08/1951. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[151] Ct. GRFF p/RMFA – 14/01/1948. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[152] Tlg. Renato Soeiro p/GRFF – 05/04/1955. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[153] Ct. GRFF p/RMFA – 31/12/1954 (c/Relatório de Carlos Ott de 01/12/1954 anexo); Of. RMFA p/GRFF – 14/01/1955 (c/informação anexa de Carlos Drummond de Andrade – 13/01/1955). Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

Por outro lado, a atuação de Carlos Ott na instituição era frequentemente "ajustada" pela *Divisão de Estudos e Tombamento*, principalmente por estender-se demasiadamente em assuntos de interesse da historiografia, mas que eram considerados dispensáveis em termos de inventário de acervos, para fins de tombamentos e intervensões restaurativas. Dentre as orientações que lhe foram transmitidas nesse sentido estavam, por exemplo: a indicação para que se detivesse a documentos que esclareciam as origens dos monumentos de arquitetura civil, militar e religiosa, cuja conservação importava assegurar; e a indicação para que não fichasse códices posteriores a 1900, certamente por não se referirem a obras executadas no período colonial, privilegiado na concepção de patrimônio nacional formulada na época[154].

Também ocorreu certa tensão, quando numa viagem realizada para o Rio de Janeiro Carlos Ott demorou mais tempo do que o previsto, sendo entendido pelos dirigentes que estaria deixando em desfalque suas atribuições na instituição[155]. Essas situações, entretanto, foram sendo contornadas, diante do valor reconhecido nas contribuições prestadas por ele ao conhecimento da arte baiana, e do esforço demonstrado por atender às expectativas de seus superiores, ficando todas as discussões mantidas pelos dirigentes nesse sentido, registradas nas correspondências de trabalho. Na justificativa elaborada a respeito da situação citada, por exemplo, Ott procurou esclarecer que se demorou mais, justamente por ter identificado no Rio de Janeiro mais documentos relativos a acervos baianos que poderiam ser úteis para a instituição[156]. E se em relação a algumas das pesquisas que lhe foram encomendadas para subsidiar processos de tombamento e projetos de restauração, considerou-se demasiado o conteúdo dos produtos, na organização de uma monografia sobre a *Santa Casa de Misericórdia de Salvador* para compor a série de *Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, a extensa pesquisa foi considerada bastante propícia[157].

Outro colaborador do *Patrimônio* na Bahia foi **José Antônio do Prado Valadares**[158], que já mantinha contato com a instituição desde 1939, quando respondia pela *Inspetoria de*

[154] Cts. RMFA p/GRFF – 10/06/1947, 29/10/1947, 13/11/1947, 20/06/1950; Ofs. 1196 e 45 RMFA p/GRFF – 11/12/1952 e 14/01/1955. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[155] Ct. GRFF p/RMFA – 14/01/1948; Ct. RMFA p/GRFF – 20/01/1948; Ct. RMFA p/Carlos Ott – 06/07/1948. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[156] Cts. RMFA p/Carlos Ott – 17/05/1950 e 12/12/1950. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[157] OTT, Carlos. *Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – nº 21: A Santa Casa de Misericórdia da Cidade do Salvador*. Rio de Janeiro: DPHAN, 1960.

[158] Ct. GRFF p/RMFA – 18/11/1939; Programa para inventário, levantamentos cadastrais e colheita de documentação fotográfica de obras de valor histórico e artístico situadas no 2º Distrito da DPHAN – 1949;

Museus e Monumentos do Estado da Bahia e seu *Museu de Arte*. Naquele ano, Valadares e o pintor Alberto Valença estavam catalogando o acervo do Museu, especialmente da sua Pinacoteca, e Godofredo chegou a cogitar seu tombamento [159]. Pelo menos a partir de 1949, e até 1955, Valadares serviu ao *Patrimônio,* inventariando acervos de bens móveis e integrados dos principais conjuntos católicos de Salvador e do *Instituto Feminino da Bahia*, além das peças que estavam sendo adquiridas para compor o *Museu da Casa dos Sete Candeeiros*.

Em 1955, também começaria a haver um acirramento das relações de Carlos Ott e José Valadares, e o segundo contaria com o apoio de Odorico Tavares para publicar em jornal notas com alfinetadas ao primeiro, situação que Godofredo Filho procurou levar à ciência de Rodrigo Melo Franco de Andrade[160]. A crítica de Valladares a Carlos Ott devia-se a defesa que vinha fazendo, num curso para guias de turismo que lhe foi encomendado pela *Prefeitura de Salvador*, de que não haveria barroco na Bahia, o que contrariava estudos realizados por Germain Bazin, Robert Smith e Reynaldo dos Santos. Contradições entre leituras de Carlos Ott e Robert Smith a respeito do patrimônio baiano, já haviam sido sinalizadas por Godofredo a Rodrigo desde 1952[161].

Fato é que, o *Patrimônio* na Bahia foi adquirindo, produzindo e arquivando tão precioso conjunto de referências documentais, fotográficas e bibliográficas, acerca da historiografia da arte baiana, a partir da contribuição de todos esses colaboradores citados, que se tornou um dos mais importantes centros de apoio àqueles que, por meio das academias e de outras instituições voltadas para pesquisa e fomento das artes, procurassem desvendar os acervos da Bahia. Obtiveram apoio do *Patrimônio* na Bahia, por exemplo: **Germain Bazin**[162], quando conservador-chefe do *Departamento de Pinturas* do *Museu do Louvre*, enquanto estava elaborando a obra *Architecture Religieuse au Brésil*, através de uma parceria entre o *Museu de Arte de São Paulo- MASP* e a *Editions d'Histoire et d'Art-plon* (1950-1953); **D.**

Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo // Of. 194 GRFF p/RMFA – 14/12/1950; Ct. GRFF p/RMFA – 08/07/1955. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[159] Ct. GRFF p/RMFA – 27/06/1939. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[160] Ct. GRFF p/RMFA – 13/08/1955 (com três recortes de jornal anexos das notas publicadas por Odorico Tavares usando o pseudônimo "João Bahia"); Ct. RMFA p/GRFF – 22/08/1955. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[161] Ct. GRFF p/RMFA – 01/02/1952. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[162] Cts. GRFF p/RMFA – 13/01/1950 e 16/01/1950; Ct. Diretor Interino do MASP Flávio Motta p/GRFF – 27/11/1953; Ct. Jean Bazin (irmão de Germain Bazin) p/GRFF – 03/12/1953; Cts. GRFF p/Flávio Motta – 18/12/1953 e 09/02/1954. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

Clemente da Silva Nigra[163], quando organizava estudos sobre escultores baianos, que lhe haviam sido encomendados pela *Prefeitura de Salvador*, para composição da obra "História das Artes Plásticas da Bahia" (1951); **Mário Barata**[164], quando realizava seus estudos sobre azulejaria artística (1954); e **Marco Dorta**[165], em estudos sobra a imaginária baiana (1957). Em 1957, Godofredo também forneceu a Pinto de Aguiar fotografias do arquivo do *Patrimônio* na Bahia para organização de uma nova edição do "Desenvolvimento da Civilização Material do Brasil", de **Afonso Arinos de Melo Franco**[166].

Godofredo Filho, Carlos Ott e José Valadares desenvolveram o primeiro modelo de fichas para inventário de bens móveis do *Patrimônio*, aprovado por Carlos Drummond de Andrade em 1955[167]. A elaboração das fichas, e do inventário de bens móveis na Bahia, deveu-se a uma necessidade defendida por Godofredo Filho para que fossem tombados todos os bens móveis integrados a edifícios tombados, conforme podemos verificar em trecho de carta dirigida a Rodrigo, em 09 de julho de 1955, onde ele analisou [168]:

> Voltando a considerar importante assunto [...] a respeito da necessidade que se nos afigura, agora mais do que nunca, inadiável, de proceder-se sistematicamente ao inventário, para tombamento, de todos os bens móveis integrados em cada edifício tombado, remeto-lhe nesta data, sob registro aéreo, os modelos de fichas que, a nosso ver, poderão ser adotados para o fim em vista, pedindo-lhe que nos transmita sua opinião sôbre aquele que parecer mais conveniente, se o nº 1, sugerido pelo nosso caro Valladares, se o nº 2, mais simples e barato, pois precisaremos de milhares de fichas, modelo que planejei e o Dr. Ott achou mais adequado e prático.
>
> [...] Quanto ao plano geral do inventário, de referência à sua ordenação e sequência, penso que devemos, em primeiro lugar, tratar da Capital e do Recôncavo. Cachoeira, Maragogipe, Vila de São Francisco, Cairú e Stº Amaro p. ex., estão expostas aos mesmo perigos que rondam esta Capital, perigos de furto, mutilação, transferência, venda e sonegação de peças do mais alto valor artístico.
>
> Na Capital, parece-me justo começar pelos monumentos de maior riqueza, menos vigiados e, consequentemente, mais visitados pela cobiça: - Catedral, Stª Teresa, Palma, Pilar, S. Francisco, Carmo, S. Domingos, Matrizes da Rua do Passo, da Conceição da Praia e da Bôa Viagem, igrejas do Rosário dos pretos e do Monte Serrat, etc.

[163] Ct. GRFF p/RMFA – 10/09/1951; Of. 548 RMFA p/GRFF – 14/09/1951. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[164] Ct. GRFF p/RMFA – 14/08/1954. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[165] Ct. GRFF p/RMFA – 30/06/1957. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[166] Ct. Pinto de Aguiar p/GRFF – 08/11/1957; Ct. GRFF p/RMFA – 07/12/1957; Ct. RMFA p/GRFF – 14/12/1957. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[167] Ct GRFF p/RMFA – 09/07/1955; Informação 20 de Carlos Drummond de Andrade – 13/08/1955; Of. 782 e 06 RMFA p/GRFF – 16/08/1955 e 20/08/1955. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[168] Ct. GRFF p/RMFA – 09/07/1955. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

Os critérios de ação propostos por Godofredo Filho, evidenciam que a preocupação na realização desse inventário estava relacionada a cobiça sobre os acervos sacros dos antigos templos católicos movimentada pelo mercado de antiguidades, especialmente na capital da Bahia e nas cidades do *Recôncavo*[169]. Nessa mesma carta, Godofredo também forneceu informações preciosas sobre como o trabalho de inventário era dividido entre seus auxiliares, de acordo com a especialidade de cada um, e sobre os desafios à sua realização, conforme relatado no trecho que reproduzimos a seguir:

> Os trabalhos em apreço, convirá que sejam distribuídos inicialmente aos nossos companheiros Valladares e Jair, o primeiro para imaginária e pintura, e o segundo para mobiliário, ambos auxiliados, em parte e quando oportuno, pelos conhecimentos especializados de Rescala e do Dr. Ott, respectivamente no campo técnico e de pesquisa histórica. Acho, igualmente, que, no setor de certas artes menores, e pelas facilidades que obterá em determinados Conventos e estabelecimentos administrados por freiras ou senhoras católicas, D. Marieta Alves nos poderá prestar apreciáveis serviços. Da ourivesaria antiga, como sabe, o inventário nesta Capital está praticamente feito, no que diz respeito aos monumentos de maior importância. Também, parte do mobiliário tradicional ainda existente em vários imóveis tombados desta cidade se encontra devidamente fichado, trabalho êsse que fiz, juntamente com o Jair Brandão. [...] A tarefa é enorme e cheia de dificuldades, requerendo, as mais daz vezes, auxiliares com escadas, eventualmente andaimes, copioso material fotográfico e, sobretudo, constante habilidade para lidar com a má-vontade ou esquivança dos proprietários.

2.4.3. Restauração do patrimônio arquitetônico e do patrimônio móvel

Desde 1937, os dirigentes do *Patrimônio* começaram a promover obras emergenciais, no sentido de conter processos já avançados de degradação que comprometiam a integridade de alguns dos monumentos coloniais localizados na Bahia considerados dentre os mais importantes do Brasil, como o *Convento da Ordem I de São Francisco de Salvador* e o *Seminário de Belém de Cachoeira*. Nessa área serviu diretamente a Godofredo Filho, entre 1937 e 1950, o mestre-de-obras **Antenor Boaventura dos Santos**[170]. Mas não eram autorizados os serviços, sem que antes a direção-geral enviasse à Bahia algum dos arquitetos ou engenheiros de que dispunha na sede nacional especialmente, ou em outras das

[169] Vale observar a correspondência entre esse pleito, formulado por Godofredo Filho em 1955, e a Resolução nº 13, emitida pelo *Conselho Consultivo SPHAN* em 13 de agosto de 1985 e homologada pelo Ministro da Cultura Celso Furtado em 22 de abril de 1986, determinando registro de observação nas certidões de tombamento de capelas, conventos, igrejas, mosteiros e conjuntos arquitetônicos que possuam tais tipos de construções, quanto à inclusão dos acervos móveis e integrados interiores no ato.

[170] Cts. RMFA p/GRFF – 30/11/1937 e 28/08/1939. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo // Cts. RMFA p/GRFF – 23/05/1940 e 23/05/1948; Of. 54 GRFF p/RMFA – 28/04/1950 (c/Ct. Antenor B. dos Santos p/GRFF – 25/04/1950, anexa); Of. 552 RMFA p/GRFF – 22/05/1950. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

representações regionais, quando isso não fosse possível, para analisar as demandas identificadas por Godofredo Filho e elaborar os projetos necessários, num rigido sistema de controle também sobre esse tipo de ação.

Em matéria publicada no *Jornal do Comércio*, do Recife, em 18 de agosto de 1939, Rodrigo Melo Franco de Andrade registrou que o próprio Ministro Gustavo Capanema esteve na Bahia em 1937, ocasião em que recolheu e levou pessoalmente à sede do *Patrimônio*, no Rio de Janeiro, "numerosos e importantes dados sobre o Estado" [171]. Em outubro de 1937 o engenheiro **Epaminondas de Macedo**[172] também esteve na Bahia, para planejar obras no *Seminário de Belém de Cachoeira* e visitar os principais monumentos de Salvador.

Entre junho e julho de 1938, foi a vez de **Paulo Thedim Barreto**[173] ser enviado pela direção-geral do *Patrimônio* à Bahia, para monitorar as ações do órgão e orientar seu representante. Em carta enviada para Rodrigo, em 26 de julho de 1937, Godofredo narra visitas que fizeram à *Basílica do Bonfim* e a outros templos localizados no antigo centro da cidade, em especial ao *Conjunto Franciscano*, verificando obras e estudando azulejos. Os dois também viajaram para a cidade de Cachoeira, visitando mais detidamente obras no *Seminário de Belém* e na *Ordem III do Carmo*, além da *Matriz do Rosário*, com o conjunto de azulejos que Godofredo considerava o melhor do Brasil, e alguns sobrados residenciais mais "notáveis". E ainda seguiram para o município de Alagoinhas, para verificar obras necessárias às ruínas do *Castelo Garcia d'Ávila*. Estiveram por duas vezes com o Interventor Landulfo Alves, buscando colaboração com o *Patrimônio,* de acordo com recomendações ministeriais que já vinham sendo endereçadas aos chefes de todos os estados brasileiros.

Em março de 1939, esteve na Bahia, analisando as principais demandas identificadas por Godofredo Filho em Salvador e Cachoeira, **Ayrton de Carvalho**[174]. Sobre a performance do colega baiano, Ayrton comentou em carta enviada a Rodrigo, em 20 de abril de 1939:

> Quanto a atuação deste colega digo-lhe apenas que fiquei deveras entusiasmado. É um apaixonado pelo serviço e so assim se explica a sua dedicação e dinamismo. O físico esconde a sua capacidade de trabalho que é, sem favor, das mais notáveis.

---

[171] Matéria reproduzida por Terezinha Marinho (1987, p. 31).

[172] Na ocasião, Epaminondas se encantou pela *Quinta do Tanque*, construída pelos Jesuitas, e junto a Godofredo Filho esteve com o Governador Juracy Magalhães. Após essa visita, à ele e Godofredo foram encomendadas legendas sobre monumentos baianos para produção de um filme sobre o estado. Cts. RMFA p/GRFF – 26/08/1937 e 14/10/1937; Cts. GRFF p/RMFA – 17/10/1937; Aerograma de GRFF p/RMFA – 02/12/1937. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

[173] Cts. GRFF p/RMFA – 11/06/1938 e 26/07//1938. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

[174] Ct. Ayrton de Carvalho p/RMFA – 20/04/1939. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo // Tlgs. RMFA p/GRFF – 14/03/1939 e 20/03/1939; Tlgs. GRFF p/RMFA – 20/03/1939 e 01/04/1939. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

Em 17 de janeiro de 1940, José Souza Reis enviou para Godofredo uma série de boletins diários, quinzenais e mensais, como modelos para serem utilizados em apontamentos de obras[175]. Em abril daquele mesmo ano, Godofredo pediu a Rodrigo para contratar como auxiliar desenhista Emídio Magalhães Lima, mas Rodrigo convenceu-o a contratar em seu lugar o arquiteto **Helio Duarte**[176], colega de José de Souza Reis, com quem este haveria encontrado durante sua passagem pela Bahia com Rodrigo no ano anterior. E em julho de 1940 estiveram novamente na Bahia **Rodrigo Melo Franco de Andrade** e **José Souza Reis**, trazendo também o fotógrafo **Eric Hess**[177].

Como vemos, Rodrigo e sua equipe na direção-geral estavam sempre buscando controle minucioso de tudo o que era realizado: levantamentos, pesquisas, inventários, registros fotográficos, planos de trabalho, projetos e obras de restauração. Nada podia ser executado sem passar pelo crivo, especialmente, de Rodrigo, Lúcio e Carlos, e a fiscalização era exercida por eles e pelos profissionais de arquitetura e engenharia diretamente ligados à sede. Havia uma hierarquia muito bem demarcada.

Em 1948, Rodrigo Melo Franco de Andrade nomeou o engenheiro **Pedro Ghislandi**[178] para administração técnica e financeira das obras de restauração executadas pelo *Patrimônio* no estado da Bahia, ao mesmo tempo em que submetia os serviços à fiscalização direta de **Diógenes de Almeida Rebouças**[179]. Com relação à assistência direta às obras de restauração realizadas pelo *Patrimônio* no estado de Sergipe, é de 1952 a primeira menção que encontramos da colaboração de **Lauro Fontes**[180].

---

[175] Ct. José Souza Reis p/GRFF – 17/01/1940. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[176] Ct. GRFF p/RMFA – 11/04/1940; Ct. RMFA p/GRFF – 18/04/1940. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF // Ct. RMFA p/GRFF – 23/05/1940; Ct. GRFF p/RMFA – 29/08/1940. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

[177] Tlg. RMFA p/GRFF – 19/07/1939. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[178] Ct. RMFA p/GRFF – 23/05/1948; Of. 1121 Renato Soeiro p/ Diretor Gerente do Banco da Bahia Fernando Góis – 29/09/1950; Of. 849 RMFA p/GRFF – 15/06/1951; Of. 262 GRFF p/RMFA – 13/12/1958. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo // Tlg. RMFA p/GRFF – 03/01/1952. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[179] Ct. 316 RMFA p/GRFF – 23/05/1948; Of. 02 e 145 GRFF p/RMFA – 05/01/1952 e 09/10/1954; Tlg. RMFA p/GRFF – 03/01/1952; Of. 642 RMFA p/GRFF – 26/06/1952; Ct. GRFF p/RMFA – 08/07/1955. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF. De acordo com Nivaldo Vieira de Andrade Junior, que realizou estudos sobre a atuação de Diógenes Rebouças em projetos de arquitetura moderna e no *Patrimônio* (2010; 2011), ele, que já era engenheiro agrônomo, se formou arquiteto em 1952.

[180] Tlg. RMFA p/GRFF – 03/01/1952. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

Na entrevista que concedeu a Terezinha Marinho para o *Projeto Memória Oral SHAN/Pró-Memória*, em 05 de março de 1987, Diógenes Rebouças relatou que começou a colaborar com Godofredo Filho em assuntos relacionados ao *Patrimônio* antes mesmo de sua contratação, em meados da década de 1940, quando ambos estavam ligados aos projetos do *Escritório de Planejamento Urbano da Cidade do Salvador* (EPUCS)[181]. Ele também contou que já mantinha relações no Rio de Janeiro com Rodrigo Melo Franco de Andrade, Afonso Arinos, Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Carlos Leão, Renato Soeiro, Alcides Rocha Miranda, José Souza Reis e Paulo Thedim Barreto, o que influenciou no convite da *Prefeitura de Salvador* para atuar no EPUCS, e que Godofredo Filho começou a consultá-lo em relação a questões do *Patrimônio* na Bahia quando Helio Duarte precisou se ausentar temporariamente. Depois, quando da saída definitiva de Hélio, o substituiu, não como funcionário, mas como assessor que ficava à disposição para emitir pareceres sobre projetos arquitetônicos propostos para dentro de áreas de interesse preservacionista. Nesses pareceres ele estabelecia as diretrizes que deviam ser obedecidas, e Godofredo submetia à aprovação da sede nacional, no Rio de Janeiro. Diógenes também observou que apesar de não ser arquiteto, como homem "muito bem formado, esclarecido e de alta sensibilidade", Godofredo também orientava e fiscalizava obras na Bahia e em Sergipe, gozando de grande respeito em suas avaliações e orientações[182].

O terceiro registro que encontramos da presença de Rodrigo Melo Franco de Andrade em Salvador refere-se a uma rápida visita feita em companhia de **Renato Soeiro**, em outubro de 1951[183]. **Lucio Costa**[184] também esteve na Bahia a serviço em janeiro de 1952, partindo

[181] O *Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador* (EPUCS) foi organizado pela *Prefeitura Municipal* através do Decreto-lei nº 90, de 29 de outubro de 1942. Deveu-se a uma proposta elaborada pelo engenheiro e professor Mário Leal Ferreira, como fruto de discussões sobre a necessidade de planejar a expansão da cidade que vinham sendo realizadas desde 1935, quando aconteceu em Salvador uma *Semana de Urbanismo* – promovida pela *Sociedade de Amigos de Alberto Torres*, em colaboração com a *Comissão Organizadora do Plano da Cidad –*, e que foram ampliadas quando da participação da *Prefeitura de Salvador* no *Congresso de Urbanismo* realizado no Rio de Janeiro em 1939. Após a morte de Mário Leal Ferreira, em 1947, Diógenes Rebouças assumiu a dianteira do EPUCS. Em 1948 o Prefeito Wanderley Pinho o transformou numa *Comissão do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador* (CPUCS) que foi extinta em 1958. Para mais informações, ver: SALVADOR. *EPUCS – uma experiência de planejamento urbano*. Salvador: PMS/OCEPLAN/PLANDURB, Série Estudos Informativos nº 1, 1976.

[182] Entrevista realizada por Terezinha Marinho com Diógenes Rebouças, no *Solar Berquó*, em Salvador, 05/03/1987 (MO-17_DAR-2AK7). Transcrição fornecida pelo Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

[183] Tlg. RMFA p/GRFF – 22/10/1951. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[184] Ct. GRFF p/RMFA – 12/01/1952; Ct. RMFA p/GRFF – 15/01/1952. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

em seguida para Pernambuco. Na ocasião, ao verificar os resultados da restauração realizada na *Casa dos Sete Candeeiros* e sua adaptação como sede do *Patrimônio* na Bahia, ele considerou a importância de promover o nivelamento da *Rua São Francisco*, para assegurar-lhe assentamento conforme o que teria originalmente. Godofredo, então, junto a Rebouças, teria pleiteado o nivelamento do trecho ao Prefeito Osvaldo Gordilho, que o promoveu[185].

O arquiteto **Fernando Machado Leal**[186] também serviu ao *Patrimônio* na Bahia na década de 1950. O relacionamento dele com Godofredo começou em 1952, quando Mendonça Filho, então diretor da *Escola de Belas Artes da Universidade da Bahia*, o apresentou via ofício, como professor da *Cadeira de Arquitetura no Brasil*, e solicitou a colaboração de Godofredo para realização de aulas práticas com os alunos do curso, nos diversos monumentos sob jurisdição do *Patrimônio*. Além de ter prestado seu auxílio a Leal com relação a essa demanda, naquele ano, Godofredo também teria, com autorização de Rodrigo Melo Franco de Andrade, emprestado diversos negativos à *Escola de Belas Artes*, para confecção de diapositivos que serviriam na ilustração das aulas da referida disciplina. Como contrapartida, os alunos de Leal realizaram levantamentos cadastrais de monumentos tombados pelo *Patrimônio* que foram cedidos à sua representação baiana[187]. Foi a partir desse contato que Godofredo o convidou para colaborar com o *Patrimônio* na Bahia, num período em que Diógenes Rebouças, diante da grande demanda de trabalhos na elaboração e execução de importantes projetos arquitetônicos modernos, encontrava dificuldades para prestar assistência à instituição.

No início de 1952, **Edson Motta**[188] e sua equipe de restauradores da sede nacional do *Patrimônio* estiveram em Salvador, com o intuito de identificar obras de arte dos templos e conventos baianos que mais careciam de intervenção, e ficaram hospedados na própria *Casa dos Sete Candeeiros*. Na ocasião, assessorados por Jair Brandão e Marcel Gautherot

[185] Ct. GRFF p/RMFA – 26/01/1952; Ct. RMFA p/GRFF – 31/01/1952. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[186] Fernando Leal, além de atuar como arquiteto: foi professor universitário de arquitetura brasileira na Bahia e no Rio de Janeiro; serviu ao *Patrimônio* no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia; e coordenou o primeiro plano de recuperação do *Centro Histórico de Salvador*, elaborado em 1968. Of. 111 Diretor da Escola de Belas Artes da Universidade da Bahia, Mendonça Filho p/GRFF – 26/05/1952; Ct. GRFF p/RMFA – 28/05/1952; Tlg. RMFA p/GRFF – 03/06/1952; Of. 96 GRFF p/RMFA – 21/06/1952. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo // Of. 374 Mendonça Filho p/GRFF – 07/11/1952; Of. 212 GRFF p/RMFA – 24/11/1952. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[187] Temos nesse registro mais uma demonstração da cooperação e integração que foi sendo estabelecida com a *Universidade da Bahia*, especialmente nos campos das artes e arquitetura.

[188] Cts. GRFF p/RMFA – 26/01/1952 e 31/01/1952; Cts. 19 e 34 RMFA p/GRFF – 31/01/1952; Of. 255 Diretor-substituto Renato Soeiro p/GRFF – 28/02/1952. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

realizaram algumas intervenções emergenciais, e consideraram a necessidade de levar algumas obras para o atelier de restauro da sede da instituição, no Rio de Janeiro [189]. Houve resistência dos proprietários das obras em relação a essa proposta, então Rodrigo Melo Franco de Andrade, em maio de 1952, decidiu enviar **João José Rescala**[190] para instalar um atelier de restauração de pinturas na *Casa dos Sete Candeeiros*. Rescala foi definitivamente transferido para servir na Bahia através de contrato elaborado em 1954, quando também foi contratado **Arnaldo Brito**[191] para auxiliá-lo.

Godofredo Filho tentou iniciar ao menos dois artistas baianos nos trabalhos com restauração de obras de arte no *Patrimônio*: Genaro de Carvalho[192], em 1951, a quem Rodrigo proporcionou acesso à *Secção de Restauração* da instituição, no Rio de Janeiro, "para o aprendizado que ele aspirava"; e Ruben Valentin[193], que foi submetido a um "teste de aptidão" em 1952[194].

Também em 1952, **Sílvio de Vasconcelos** esteve em Salvador, acompanhando a delegação mineira participante do *1º Congresso Estudantil de Arquitetura*. Ao comentar esse evento, Godofredo destacou o espaço alcançado pela arquitetura moderna no Brasil, avaliando que "revelou trabalhos de grande interesse, caracterizados todos pelo espírito moderno que, do centro ao extremo norte e ao sul, aparece plenamente vitorioso, nas manifestações plásticas

[189] Cts. GRFF p/RMFA – 26/01/1952 e 20/02/1952; Ct. GRFF p/Arcebispo-Primaz D. Augusto Álvaro da Silva – 14/02/1952; Lista de telas a serem transportadas para o Rio de Janeiro, elaborada por Edson Motta (s/d). Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[190] Ct. GRFF p/RMFA – 21/05/1952; Ct. RMFA p/GRFF – 06/06/1952. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[191] Cts. GRFF p/RMFA – 13/09/1954 e 08/07/1955; Cts. José Rescala p/GRFF – 30/09/1954 e 02/05/1955. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[192] Ct. GRFF p/RMFA – 23/02/1951; Ct. RMFA p/GRFF – 27/02/1951. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[193] Ct. RMFA p/GRFF – 25/11/1952. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[194] Outros auxiliares contratados para serviços administrativos e gerais até a década de 1950, além do já mencionado Antenor Boaventura dos Santos, foram : Teresa Lima de Jesus (secretária); Dalmo Ferreira da Cruz (servente e porteiro contratado em 1945); Anísio Alves Luz; Leandro Estêvão da Conceição; Maria Nilda Costa Lima; Valdomiro Nascimento Santos; e Albano Santana (carpinteiro). Ct. RMFA p/GRFF – 23/05/1948; Of. 153 Diretor-substituto Renato Soeiro p/GRFF – 08/03/1949; Recibo – 26/01/1950; Ct. Antenor B. dos Santos p/GRFF – 25/04/1950; Ct. Dalmo F. Cruz p/RMFA – 09/05/1950; Ct. RMFA p/Dalmo F. Cruz – s/d; Of. 552 RMFA p/GRFF – 22/05/1950; Of. 210 GRFF p/RMFA – 21/12/1950; Of. 1445 RMFA p/GRFF – 24/11/1951; Of. 02 GRFF p/RMFA – 05/01/1952; Of. 642 RMFA p/GRFF – 26/06/1952; Of. 145 GRFF p/RMFA – 09/10/1954; Ct. GRFF p/RMFA – 08/07/1955. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

apresentadas" [195]. Nesse caso, observamos a colaboração que também prestavam à expansão da arquitetura moderna.

Em 1956, Renato Soeiro retornou à Bahia para inspecionar os serviços em andamento e analisar novas demandas identificadas por Godofredo e sua equipe[196]. Em 1958, ele e Rodrigo Melo Franco de Andrade[197], estiveram novamente no estado com este mesmo fim, e com o intuito de verificar a instrução de um importante processo destinado ao tombamento dos mais antigos conjuntos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos de Salvador, tema do nosso próximo capítulo. E em 1959, ano em foi concluído o referido processo, Rodrigo Melo Franco de Andrade retornou mais uma vez à Bahia[198].

Sobre as viagens de Rodrigo Melo Franco de Andrade à Bahia, Godofredo Filho declarou a Terezinha Marinho em 1983[199]:

> Não obstante, o Rodrigo veio várias vezes à Bahia, e numa dessas vezes foi exatamente com o Reis e com o fotógrafo Hess. [...] Quero também lembrar, de modo especial, uma vinda do Rodrigo aqui, especialmente para ir a Porto Seguro. O Assis Chateaubriand, em determinada época, com prestígio que tinha, convocou alguns maiorais da indústria paulista para uma visita a Porto Seguro, e algum benefício deveria redundar dessa visita. E redundou de fato. É que o Chateaubriand conseguiu desses maiorais da indústria importâncias naquele tempo vultosas, que possibilitaram a restauração dos principais monumentos de Porto Seguro. Nessa ocasião o Dr. Rodrigo veio à Bahia e foi de avião – que era uma temeridade naquela época – a Porto Seguro, pernoitando lá e voltando como um fervoroso admirador daqueles ermos, hoje infelizmente tão prejudicados pelo vozeiro dos turistas, pelas adaptações que ali têm sido feitas para o conforto dos atuais viajantes. [...] Lembro também que ele esteve aqui outras vezes, e visitou várias cidades do interior, inclusive Cachoeira, porque tinha um particular interesse, possibilitando recursos do Iphan para que ali fossem feitas obras de muito vulto, como as de restauração minuciosa da capela de Ordem Terceira do Carmo, da Igreja Matriz e de algumas construções civis de suma importância.

Aproveitamos a menção feita ao apoio do magnata **Assis Cheteaubriand** nessa declaração de Godofredo Filho, para voltar a comentar sua presença na rede de relações composta pelo *Patrimônio* durante aquelas primeiras décadas em que foi se estruturando, se

[195] Ct. GRFF p/RMFA – 11/10/1952. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[196] Ct. GRFF p/RMFA – 20/06/1956; Ct. RMFA p/GRFF Godofredo Filho – 26/06/1956. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[197] Tlgs. RMFA p/GRFF – 09/06/1958 e 26/06/1958; Ct. GRFF p/RMFA – 01/07/1958. Ct. RMFA p/GRFF – 05/07/1958. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[198] Ct. RMFA p/GRFF – 16/04/1959. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[199] Transcrição da entrevista fornecida pelo Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de janeiro. A Carta nº 25 de Godofredo Filho para Rodrigo M. F. de Andrade, escrita em 21 de junho de 1955, faz referência a uma solicitação do Prefeito de Porto Seguro para que técnicos do *Patrimônio* vistoriassem a colocação definitiva do *Marco do Descobrimento* e os levantamentos cadastrais dos monumentos históricos e artísticos da cidade para fins de obras de conservação, o que nos dá uma noção da época em que ocorreram as ações mencionadas por Godofredo Filho na entrevista. Documento preservado no Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

organizando e ganhando respeito e solidez enquanto instituição pública. Chateaubriand se mostrava muito interessado na preservação das características coloniais de Salvador, do *Recôncavo Baiano* e de Porto Seguro, prestando regular e generosa contribuição à representação do *Patrimônio* na Bahia e mantendo relacionamento frequente com Godofredo Filho[200]. Em algumas outras cartas e declarações de Godofredo, constatamos como Chateaubriand participava ativamente das ações do *Patrimônio.* Em carta enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 23 de fevereiro de 1959, por exemplo, ele relatou[201]:

> Ontem, num almoço ao Chateaubriand, estive com o Juracy, que me confirmou o desejo de avistar-se com você para conversar sôbre assuntos referentes ao patrimônio artístico da Bahia. Achei-o muito bem orientado e intencionado. Sugiro que, nessa ocasião, você, de primeira mão, lembra ao nosso futuro Governador a conveniência do Estado aproveitar prédios como a Quinta do Tanque e o Unhão. Ou como o Paço do Saldanha, ideal, tudo por tudo, para uma sede condigne do Museu do Estado, e, não, o da rua Saldanha da Gama, 25, que, paradoxalmente e compasmo nosso, é o preferido agora pelo Valladares.

Discursando em nome do *Patrimônio* e do *Governo do Estado da Bahia*, na cidade de Porto Seguro, em 29 de novembro de 1968, na ocasião do quinto centenário no nascimento de Pedro Álvares Cabral, Godofredo Filho também louvou a contribuição de Assis Chateaubriand na preservação do patrimônio baiano. Vejamos suas palavras (1968, p. 50):

> Ao ensejo destas comemorações [...] quis o Govêrno da União e o do Estado da Bahia contribuir de maneira efetiva para que, restaurados alguns, reparados outros, dignificados todos [...] os monumentos desta parte do Brasil continuassem a atestar mudamente o esfôrço daqueles primeiros modeladores de nossa nacionalidade e a memória do Descobrimento, tão perenimente cultuada aqui. Assim, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão do Ministério da Educação e Cultura, empreendeu a restauração desta Velha Casa de Câmara e Cadeia, em que nos encontramos, e que passou de quase uma ruína ao estado primoroso em que a vemos agora; e o Govêrno do Estado da Bahia, graças às luzes do Exm.º Senhor Dr. Luiz Viana Filho e a seu entranhado respeito aos documentos memoráveis do nosso passado, promoveu e financiou, em convênio com a DPHAN, que executou as obras, a reimplantação em plataforma adequada, do Padrão deixado pelos portugueses talvez em 1504, bem como obras indispensáveis à conservação das igrejas de N. S. da Ajuda, tão ligada aos trabalhos de Anchieta e dos primeiros Padres da Companhia, da matriz de N.ª Sr.ª da Pena; da igreja da Misericórdia, louvada pelo Pe. Fernão Cardim no séc. XVI; das ruínas da igrejinha da Glória e do fortim da encosta, e serviços outros, de asseio externo, em algumas casitas desta cidade alta. Não fôsse a solicitude do poder público e hoje não seria possível a contemplação dêsses prédios restaurados. E não só do poder público, pois a iniciativa privada antecipou-se no caso, quando, em 1940, Assis Chateubriand, cuja memória é-nos gratíssimo evocar, promoveu uma revoada a esta cidade, de que resultou coleta, entre amigos seus, de donativos que possibilitaram o oferecimento ao antigo SPHAN da modesta quantia com que se salvaram os monumentos que ora recuperamos mais extensamente e de que nos orgulhamos.

[200] Curiosamente, ele é uma das referências citadas por Godofredo em sua *Introdução ao Estudo da Caza Baiana*, enviada a Rodrigo em 1937. Outras fontes citadas por Godofredo Filho nesse estudo foram Sérgio Buarque de Hollanda e Manuel Bandeira.

[201] Ct. GRFF p/RMFA – 23/02/1959. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

Nesse discurso, também foi evidenciada a participação de **Luiz Viana Filho** na rede de agentes estabelecida em torno da causa preservacionista, essa grande rede que integrou intelectuais, magnatas e industriais da alta burguesia, ligados a diversas instituições e organizações sociais, e também representantes do poder público, um grande número de personalidades que influenciaram na composição e na conservação do "patrimônio nacional".

Assis Chateaubriand também colaborou nos festejos organizados para inauguração do novo transmissor da *Rádio Sociedade da Bahia* e do *Hotel da Bahia*, em 1952[202], e foi ele que procurou influenciar as autoridades políticas baianas para a criação de um museu de arte moderna à semelhança do que contribuiu para fundar em São Paulo[203].

Em 1959, Diógenes Rebouças voltou a servir diretamente ao *Patrimônio* na Bahia quando do afastamento de Fernando Leal, que deixou de lecionar na *Universidade da Bahia* e resolver fixar-se no Rio de Janeiro, uma vez que sua remuneração do *Patrimônio* era bem inferior a seu ordenado de professor. A saída de Fernando Leal dos quadros do *Patrimônio* na Bahia foi muito lamentada por Rodrigo Melo Franco de Andrade, que não conseguiu meios de ampliar-lhe a carga horária de trabalho e, consequentemente, os vencimentos[204].

Diógenes Rebouças também desligou-se novamente da representação baiana do *Patrimônio* apenas alguns meses após seu retorno, em função do volume de trabalhos particulares que estava realizando, como um dos grandes expoentes da arquitetura moderna no Brasil[205], e indicou para substituí-lo o jovem **Paulo Ormindo de Azevedo**[206], filho de Thales de Azevedo, então cursando o ultimo ano de arquitetura. Aprovada a indicação, Paulo Ormindo teria sido contratado em janeiro de 1960, não fosse a inesperada mudança de sua família para os Estados Unidos, em função de um convite recebido por seu pai para ali

[202] Ct. GRFF p/RMFA – 26/05/1952. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[203] Ct. GRFF p/RMFA – 28/05/1952; Ct. RMFA p/GRFF – 12/08/1952. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[204] Ct. GRFF p/RMFA – 27/12/1958; Ct. RMFA p/GRFF – 05/01/1959. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[205] Of. 22 Chefe-substituto 2º Distrito Jair Brandão p/RMFA – 20/02/1959; Ct. GRFF p/RMFA – 16/04/1959. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF // Diógenes iria prestar nova colaboração ao *Patrimônio* muitos anos mais tarde, na década de 1980, quando da aquisição do *Solar Berquó* para instalação da sede da Fundação Pró-Memória na Bahia, quando seria contratado por Ari Guimarães para compor e executar as obras de restauração, conforme declarou na entrevista concedida a Terezinha Marinho, no Solar Berquó, em 05/03/1987, já mencionada, onde ele também falou sobre o projeto executado. Ele e Godofredo Filho elaboraram a obra "Salvador da Bahia de Todos os Santos no Século XIX", cuja primeira edição foi publicada em 1979 e a segunda em 1983.

[206] Ct. RMFA p/GRFF – 04/02/1959; Ct. GRFF p/RMFA – 16/04/1959; Tlg. RMFA p/GRFF – 30/04/1959. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

lecionar em cursos universitários de antropologia. Como alternativa, Diógenes Rebouças indicou o jovem engenheiro **Olavo José da Fonseca Freire**[207] para assumir seu posto. Ele havia trabalhado em seu escritório e estava cursando o quarto ano de arquitetura, sendo conhecido por Fernando Leal, Jair Brandão e Paulo Thedim Barreto.

2.5. A "Campanha Educativa" do *Patrimônio*: publicações, cursos e exposições.

No número inaugural da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, lançada em 20 de novembro de 1937, Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937:3) explicou que a série não seria voltada para propaganda da instituição, mas para divulgar conhecimentos sobre a arte e história do Brasil, e contribuir para promover a multiplicação dos estudos relacionados. E numa matéria publicada no Jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, em 12 de janeiro de 1939, ele declarou que a revista, e as publicações especializadas do *Patrimônio*, foram criadas devido à necessidade de "propagar o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional" e divulgar o que estava sendo realizado para preservação do "patrimônio de todos".

Sobre a *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, apesar de ter havido inicialmente a intenção de publicar semestralmente[208], a exiguidade de recursos e dificuldade dos colaboradores na organização dos trabalhos, vez que muitas vezes elaboravam em meio a várias outras obrigações, alterou a periodicidade para anual[209]. Marcos Tognon (2006:1) considera essa revista o "primeiro e oficial periódico de história da Arte no Brasil". De fato, sua distribuição gratuita nos principais meios acadêmicos e instituições de arte e pesquisa do Brasil, contribuiu muito para o desenvolvimento desse campo de estudos no país.

Para José Reginaldo Gonçalves (2002, p. 67), "o Sphan caracterizou-se por ser não apenas uma instituição de preservação histórica, mas também uma instituição de pesquisa na

[207] Ct. GRFF p/RMFA – 12/01/1960; Ct. RMFA p/GRFF – 20/01/1960. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[208] Conforme explicitado por Rodrigo M. F. de Andrade em carta enviada para Mário de Andrade em 05/06/1937, localizada no Arquivo Central IPHAN/RJ e reproduzida em parte por Adriana Nakamuta (2009, p. 195).

[209] Nem mesmo essa periodicidade foi possível garantir, visto que houveram alguns períodos de suspensão da publicação e nos últimos anos esta periodicidade tornou-se bastante irregular. Para mais informações sobre a *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* ver: Lauro Cavalcanti (2000); Márcia Chuva (2003; 2009); Adriana Nakamuta (2009); Analucia Thompson, Claudia Leal, Juliana Sorgine e Luciano Teixeira (2011).

área de história da arte e da arquitetura brasileira". Foi nesse sentido que, além de contar com os colaboradores que pôde captar, de diversas regiões do Brasil, houve frequente apoio do *Patrimônio* a pesquisadores nacionais e estrangeiros, cujas temáticas fossem de interesse para ampliação dos conhecimentos sobre a história e a arte do Brasil, sendo alguns, inclusive, contratados para organização de pesquisas específicas e ministração de cursos para a equipe técnica que foi sendo constituída na instituição.

Dentre os primeiros cursos organizados, podemos citar: o "Curso de História da Arte Geral", ministrado por **Hanna Levy**, entre os anos de 1937 e 1947[210]; o "Curso sobre a História do Desenvolvimento Material do Brasil", ministrado por **Afonso Arinos de Melo Franco**, durante os meses de outubro e novembro de 1941[211]; e o "Curso sobre Arte Indígena" ministrado por **Heloísa Alberto Torres** [212].

O seguinte trecho dos estudos organizados por Afonso Arinos de Melo Franco para suas conferências no *Patrimônio*, também serve à compreensão da concepção de patrimônio brasileiro que marcou as primeiras diretrizes do *Patrimônio*. Segundo ele (1944, p. 24):

> O desenvolvimento da nossa civilização material é de base portuguesa, entendida no seu complexo luso-afro-asiático. A contribuição negra e índia, muito notável na elaboração do nosso psiquismo nacional, é pouco importante na nossa civilização material não sòmente por ter sido absorvida no choque com um meio muito mais evoluído mas também porque as condições de sujeição em que viviam as raças negra e vermelha não permitiam a expansão plena das suas respectivas formas de cultura. Por isto mesmo os elementos negros e índios, presentes na nossa civilização material, salvo um ou outro mais notáveis, são de difícil identificação.

Nesse trabalho, ele ainda registrou uma interessante síntese sobre como a polaridade político-econômica passou do Nordeste ao Sudeste do Brasil a partir da transferência da

[210] O conteúdo das aulas de história da arte geral e do Brasil ministradas pela judia-alemã Hanna Levy, só mais recentemente foi organizado por Adriana Nakamuta (2010) e tornado público. Entretanto, dentre as revistas publicadas anualmente entre 1940 e 1945, só não há contribuição de Hanna Levy na de 1943 (7). Seus artigos versaram sobre: a diferença entre valor artístico e valor histórico (4); teorias do barroco (5); e a influência europeia na pintura colonial (6,8 e 9). Adriana Nakamuta (2009) analisou esses artigos. Judith Martins e Analucia Thompson também forneceram algumas informações sobre Hanna Levy (THOMPSON, 2009, p. 40; 98-99).

[211] As conferências de Afonso Arinos resultaram numa das obras da série de *Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, que também foi lançada nos primórdios da instituição para divulgação de estudos mais densos que aqueles publicados na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Sob o título "Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil", a Publicação SPHAN nº 11 é de 1944. Luciano dos Santos Teixeira (2009) analisou esse estudo de Arinos. Para mais informações sobre a série de *Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, ver: Márcia Chuva (2009); Adriana Nakamuta (2009); Analucia Thompson, Claudia Leal, Juliana Sorgine e Luciano Teixeira (2011).

[212] É Mariza Veloso Motta Santos (1996, p. 93) quem cita o curso de Heloísa Alberto Torres. Ela também destaca entre os ouvintes dos três cursos, além dos técnicos, membros do *Conselho Consultivo* e pesquisadores interessados, como Darcy Ribeiro, que atribuiu ao curso de Afonso Arinos a responsabilidade pela definição do rumo de sua carreira intelectual. Os títulos dos cursos estão conforme indicado na ficha técnica de Judith Martins, localizada no Arquivo Central do IPHAN/RJ e citada por Analucia Thompson (2009, p. 23).

capital de Salvador para o Rio de Janeiro no final do século XVIII (1763), explicando (1944, p. 116;127;128):

> Na Baía, a capital era ainda uma cidade considerável e cheia de vida. Ciosos de seus encantos e riquezas, propuseram a d. João alguns dos seus moradores, quando o príncipe por ela passou, que lá fixasse residência [...]. Mas o tímido Bragança recusou, dizem que por achar a barra pouco capaz de defesa. Em todo caso, esta emulação entre a Baía e o Rio não deixou de ter suas consequências. Talvez haja influído na tardia incorporação da província ao Imperio e seguramente contribuíu para a revolução Sabinada. [...] As cidades da zona cafeeira progrediram muito, naturalmente. Grande extensão da província do Rio de Janeiro, bem como as regiões de São Paulo e Minas [...] se enriqueceram e desenvolveram consideràrelmente. [...] A civilização do café imperial foi a réplica meridional brilhante e o encerramento da era agrícola escravocrata e latifundiária brasileira, iniciada no século XVI com as plantações de cana no litoral nordestino.

E analisou porque a Bahia manteve as características urbanas coloniais enquanto Recife se modernizava, ao registrar que (1944, p. 128-129):

> Ao norte do Rio, a Baía conservava a sua fisionomia colonial característica, que tantos traços tão caros a todos nós ainda hoje mantém. [...] Na Baía, como em Pernambuco, o predomínio político da segunda metade do século estaria ainda nas mãos da aristocracia rural, quer dizer, principalmente açucareira. Recife tinha progredido e se modernizado mais que a Baía, o que naturalmente a topografia plana da cidade facilitava.

Além dos trabalhos de Arinos e Hanna, o estudo intitulado "A arquitetura jesuítica no Brasil", elaborado pelo arquiteto **Lucio Costa** e publicado no quinto número da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, em 1941, tornou-se importante referência para a equipe técnica composta na instituição, por corresponder às noções sobre a origem da arte brasileira que se queria legitimar, colocando a produção artística mineira do século XVIII no topo de uma hierarquia do "patrimônio colonial brasileiro". Através dessas práticas de "produção e reprodução do conhecimento", como ressaltou Mariza Veloso Motta Santos (1996, p. 94), a "Academia SPHAN" buscava "dar legitimidade ao significado social da idéia de patrimônio", e o discurso sobre patrimônio elaborado nesse sentido "procurou expressar a formação da cultura brasileira que este grupo sonhou".

Dentre os intelectuais que se pautaram nos levantamentos realizados pelo *Patrimônio* para desenvolver estudos sobre o barroco brasileiro, Mariza Veloso Motta Santos (1996, p. 93) destacou os nomes dos brasileiros Sylvio Vasconcellos, Paulo Ferreira dos Santos e Lourival Gomes Machado, e dos estrangeiros **Germain Bazin** e **Robert Smith**. Ainda segundo ela, também resultaram do trabalho da "Academia SPHAN" outras publicações do Ministério da Educação, como os *Cadernos de Cultura*.

Além do investimento nas pesquisas e na publicação dos seus resultados, houve ainda intensa dedicação de Rodrigo Melo Franco de Andrade na realização de conferências e na organização de seminários, exposições temporárias e itinerantes. Através de contribuições de

Adriana Nakamuta (2009, p. 195) e Lauro Cavalcanti (1995, p. 35), identificamos as seguintes exposições organizadas pelo *Patrimônio* nas primeiras décadas de sua atuação: *1ª Exposição Nacional de Educação e Estatística* (1936); *Exposição Comemorativa do Centenário da morte de José Bonifácio*; exposição de documentos e fotos de valor histórico excepcional, inclusive sobre o Aleijadinho (1938); exposição divulgando os monumentos tombados e as obras de conservação realizadas pelo Brasil (1938); *Exposição Nacional do Estado Novo (1938)*; *Exposição de Estampas da Cidade do Rio de Janeiro*; exposição de moldagens dos profetas de Aleijadinho; *Exposição Comemorativa do 4ª Centenário da Companhia de Jesus*[213].

Sobre essa "política de exposições", em carta enviada a Godofredo Filho em 03 de fevereiro de 1939, Rodrigo Melo Franco de Andrade escreveu[214]:

> Tendo em vista o interesse despertado aqui pela Exposição Permanente que este Serviço Realiza, e a importancia que para ele representam iniciativas dessa natureza, achei da maior conveniência torna-las extensivas, de início, às capitais dos Estados onde ha representação efetiva do SPHAN. Neste sentido estou me dirigindo aos técnicos de São Paulo, Minas, Pernambuco, R. G. do Sul, consultando-os, como faço ao senhor, sobre a possibilidade de ser obtido aí um local para esse fim, cedido gratuitamente pelo Governo ou qualquer instituição particular interessada na obra que empreendemos.

Rodrigo também falou ao Jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, sobre a "exposição de arte e história" montada no andar térreo do *Edifício Castelo*, à Avenida Nilo Peçanha, onde era possível apreciar: 31 manuscritos autografados pelo Aleijadinho; diversas fotografias de monumentos brasileiros, do arquivo da instituição; moldagens de cerâmica do Marajó e de Santarém, cedidas pelo *Museu Nacional*; peças originais e raras de arte aplicada, sobretudo mobiliário, cedidas pelo *Museu Nacional de Belas Artes* e pelo colecionador Rodolfo Gonçalves de Siqueira, membro do *Conselho Consultivo*; e aquarelas da arquitetura tradicional do Rio de janeiro, de Minas Gerais e de Pernambuco, pintadas por Francisca de Azevedo Leão. Segundo ele a intenção do *Patrimônio* com a exposição era conquistar o interesse das "camadas populares" e do "homem apressado" para colaborar com a missão preservacionista[215].

---

[213] Na edição do *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, de 04 de julho de 1939, foi publicado um artigo intitulado "Patrimônio Artístico e Nacional", sobre uma "exposição permanente" montada pelo SPHAN, que estava "sendo muito bem vista". Há um recorte do artigo preservado no Arquivo Central do IPHAN/RJ: Série Inventário; Subsérie: Brasil Geral – Histórico e Notícias sobre o Serviço, a Diretoria e o Instituto do P.H.A.N. (1936-1974).

[214] Documento preservado no Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[215] Reproduzida por Terezinha Marinho (1987, p. 45-46).

Em “Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos”, no tópico em que tratou da “educação popular sôbre a importância dos monumentos históricos e artísticos”, Rodrigo Melo Franco de Andrade escreveu ([1952] 2012, p. 235):

> Não se pôde organizar até hoje no Brasil um sistema adequado de educação popular relativo à importância dos monumentos históricos e artísticos do país. A êsse respeito, a ação do órgão da administração federal competente não tem correspondido às necessidades. [...] A organização [...] e as providências indispensáveis para tornar essa obra produtiva exigiriam meios e esforços consideráveis, que excediam à capacidade da repartição incumbida do assunto. A tarefa está ainda por fazer e merece que os poderes públicos lhe concedam atenção especial. Até agora as medidas tomadas para êsse fim foram discretas e de pequeno alcance. Consistiram, principalmente, na publicação da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e da série de monografias sob o título geral de Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Anos mais tarde, em 1958, ele declarou ao periódico *O Jornal*, do Rio de Janeiro, que era preciso uma “campanha educativa da opinião pública, no sentido de torná-la favorável à missão do Patrimônio”. Ele considerava então como “campanha educativa” o conjunto de medidas adotadas para “esclarecimento do público”. E numa aula proferida em 1961, em São Paulo, mais uma vez declarou ser a “educação popular” o único “meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país” [216].

A relação do patrimônio histórico e artístico com a educação era frequentemente evocada pelos envolvidos com o projeto do *Patrimônio* como alvo de sua ação, o que é absolutamente compreensível, visto seu enquadramento inicial como uma “instituição de educação extra-escolar” do *Ministério da Educação e Saúde*. Os bens artísticos e históricos destacados como patrimônio do Brasil deveriam servir à formação das novas gerações. A propagação do conhecimento reunido e produzido pelo *Patrimônio*, por meio da criação de uma linha editorial própria, da publicação de entrevistas, notas e artigos de Rodrigo Melo Franco de Andrade e de sua equipe nos principais veículos da imprensa de todas as regiões do país, e em importantes periódicos científicos e especializados de instituições nacionais e estrangeiras, e através da realização de conferências e exposições, foi a primeira medida adotada por Rodrigo Melo Franco de Andrade para fazer valer essa prerrogativa.

“Continuemos educar o povo por meio de publicações tendentes a defender nossos pontos de vista” [217], foi o que declarou Godofredo Filho a Rodrigo Melo Franco de Andrade em carta de 1959, diante de alguns embates com pessoas contrárias a causa preservacionista, o que demonstra sua adesão à política educacional promovida pelo seu superior. E na entrevista

[216] Reproduções realizadas também por Terezinha Marinho (1987, p. 30;39;64).

[217] Ct. GRFF p/RMFA – 23/02/1959. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

que concedeu a Terezinha Marinho em 1983, ao tratar do modo como procuravam esclarecer a sociedade sobre a importância da obra que estavam empreendendo e sobre o valor dos bens que estavam procurando proteger da destruição ou evasão do país, Godofredo Filho chegou a identificar a si mesmo e a todas as lideranças da instituição como pedagogos. Vejamos suas colocações a respeito[218]:

> A lei [Decreto-lei nº25/1937] recentemente promulgada era desconhecida, e contra ela se erguia um país dominado por uma sede mal compreendida de progresso, ainda dominado por uma vontade enorme de demolir tudo aquilo que se referisse ao passado. Tudo isso foi entrave enorme dos nossos projetos. Nosso trabalho, conduzido por Rodrigo Melo Franco de Andrade, foi um trabalho de preceptores, de professores, digamos assim; um trabalho de pedagogos, pois tínhamos de convencer todas essas pessoas de que vários daqueles tesouros a que não se ligava a menor importância eram realmente dignos de preservação, dignos de salvação, dignos de cuidados especiais.

Discursando no ano seguinte na *Universidade Federal da Bahia*, sobre a relação do espaço acadêmico com a preservação da memória, Godofredo Filho ainda fazia notar seu entendimento a respeito desta questão, bem no tom do *Patrimônio*. Assim, declarou (1984, p. 17-18):

> Não basta que os estudantes de escolas superiores e faculdades especializadas, notadamente os de belas-artes, de arquitetura, de música, de museologia, e de seus institutos ou órgãos de apoio, sejam instruídos, e bem, nos campos que vocacionalmente preferiram; Há que levar a outras unidades e a seus componentes as noções essenciais da teoria e da prática da arte, de sua fascinante história, para que nos jovens se desenvolvam, mesmo rudimentarmente, os germes do bom-gosto e o exercício salutar da crítica. A mocidade de nossos dias, diante do fascínio da ciência, que lhe distribui conforto e bem estar material, está como nunca, em nenhuma época do passado, desatenta e um tanto ignorante do prestígio e da força da arte, como necessidade vital. [...] A volta, preconizada, de tantas atenções dispersas, para a memória nacional, não se deve fazer contudo sem um lastro de experiência, mais solidamente fundado que extenso, no tocante às qualidades espirituais e formais do acervo por proteger e valorizar. E será realmente, no caso, o papel da educação, que irá, sobre a ilustração que deve proporcionar, ser a grande có-responsável pelo incentivo ao bom gosto do nosso povo.

Enquanto serviu ao *Patrimônio,* Godofredo Filho também publicava frequentemente, em jornais de ampla circulação na Bahia, matérias onde defendia os interesses da instituição, expunha sua missão, suas obras e as bases legais de sua atuação[219]. Ele publicou ainda diversos artigos na *Revista do IGHB*, e na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* teve dois artigos publicados: "O Seminário de Belém de Cachoeira" (1937); e "A Torre e o Castelo de Garcia d'Ávila*"* (1939).

[218] Transcrição fornecida pelo Arquivo Central do IPHAN/RJ.

[219] Ct. GRFF p/RMFA – 16/04/1951 (c/recorte do artigo intitulado *Catolicismo e Arte*, da autoria de Godofredo Filho, publicado na edição de 08/04/1951 do Jornal *Diário de Notícias*, anexo). Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

Rodrigo se interessou pela edição de outros trabalhos de sua autoria, mas razões diversas impediram que fossem a público. Em 1950, por exemplo, revelando a Godofredo que pretendia preparar um número especial da revista dedicado ao "IV centenário da Bahia", Rodrigo lhe solicitou revisão do seu "Pequeno roteiro de Cachoeira"[220], mas como entre 1948 e 1954 houve uma interrupção na circulação da *Revista*, certamente por falta de verbas, tal número terminou não sendo concretizado. Em 1952, Rodrigo também quis fazer publicar na revista o manuscrito intitulado "Noções sôbre a pintura na Bahia", preservado na *Biblioteca Nacional*, e solicitou a Godofredo a elaboração de uma breve introdução ao texto[221]. E no ano de 1958, consultou Godofredo sobre qual trabalho seu poderia utilizar para o próximo número que estava sendo preparado, interessado em seus estudos sobre o Forte de Santo Antônio da Barra ou sobre a Santa Casa de Misericórdia de Salvador[222].

Outros colaboradores pioneiros do *Patrimônio* na Bahia também tiveram diversos estudos publicados na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, e em outros periódicos especializados, durante o período em que serviram à instituição. Assim como Godofredo Filho, eles costumavam participar nos principais círculos acadêmicos e institucionais da Bahia, onde as discussões e estudos a respeito da sua historiografia geral e da arte tinham lugar. Assim, encontramos nas publicações do *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, de diversos centros de estudos da *Universidade da Bahia* e, também, em trabalhos financiados pelo *Governo do Estado da Bahia* e pela *Prefeitura Municipal de Salvador*, várias contribuições de Jair Brandão, Carlos Ott, Marieta Alves e José Valladares[223].

Não encontramos, entretanto, qualquer documentação ou estudo que faça referência à integração da equipe do *Patrimônio* com os *escolanovistas*, que no *Estado Novo* atuavam na concepção das diretrizes voltados ao campo da educação formal básica e secundária. Apenas a

[220] Ct. RMFA p/GRFF – 04/09/1950; Ct. GRFF p/RMFA – 09/09/1950. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[221] Ct. RMFA p/GRFF – 03/06/1952. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[222] Ct. RMFA p/GRFF – 22/01/1958. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[223] Além das obras poéticas, Godofredo Filho também publicou sobre: Pedro Álvares Cabral; a "Vila Velha do Pereira" e a Igreja da Vitória; cultura artística holandesa na Bahia; a visita de D. Pedro II a Feira de Santana; arquitetura eclética na Bahia (artigo publicado na *Revista do Patrimônio* nº 19); e, junto com Diógenes Rebouças, sobre a Bahia de Todos os Santos no século XIX. Jair Brandão escreveu sobre a escultura religiosa da Bahia. Carlos Ott publicou estudos sobre: cultura material arqueológica e indígena da Bahia; influência portuguesa na cultura da Bahia; fortificações de Salvador; formação e evolução étnica de Salvador e seu folclore; história e geografia da Bahia; legislação sobre arquitetura na Bahia colonial; história das artes plásticas na Bahia; e sobre diversos conjuntos católicos da capital e do interior do estado, e seus acervos artísticos. Ele teve artigos publicados em quatro números da *Revista do Patrimônio* (11,13,14,15). Marieta Alves publicou a série de guias das igrejas da Bahia, já mencionada, bem como outros estudos sobre acervos artísticos das igrejas baianas e sobre o comércio marítimo e armadores da Bahia colonial. E José Valladares publicou trabalhos sobre artes maiores e menores, museus e turismo na Bahia.

observação sobre a inserção no conteúdo didático de elementos iconográficos que correspondiam com a perspectiva de origem da nacionalidade brasileira oficializada pelos fundadores do *Patrimônio*, feita por Márcia Chuva (2008, p. 30).

Após realizar esse panorama sobre a maneira como se estruturou a representação do *Patrimônio* na Bahia desde sua origem até o final da década de 1950, procurando identificar as personalidades que integraram a rede de relações tecida em torno da causa preservacionista no estado, dedicamos o terceiro e último capítulo desse estudo a uma análise do esforço travado por Godofredo Filho e sua equipe, e pela intelectualidade baiana, para inclusão dos mais antigos conjuntos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos da cidade do Salvador no "patrimônio nacional", expectativa nutrida com base na sua identificação com as raízes do Brasil, a despeito da leitura promovida sobre esse patrimônio como copiado de Portugal, a partir da sede nacional do *Patrimônio*, e da sua localização numa capital de estado, onde, segundo o entendimento também dos pioneiros à frente da instituição àquela época, a maior parte da arquitetura colonial deveria ceder lugar às renovações relacionadas ao processo de renovação político-econômica do país.

É um movimento vitorioso que desencadeou, além do tombamento realizado em 1959, uma série de medidas voltadas para preservação do casario colonial do seu velho centro, até seu reconhecimento como patrimônio mundial em 1985, e que constituiu também um dos marcos iniciais a proporcionar a ampliação dos critérios adotados pelo *Patrimônio* em sua política de seleção, proteção, conservação e promoção do "patrimônio nacional".

3. Capítulo III – Em defesa da Velha Salvador

De todos os movimentos empreendidos pela representação do *Patrimônio* na Bahia desde sua origem, em torno da busca pelo tombamento de acervos de história e arte desse estado como "patrimônio nacional", sem dúvida alguma, o mais emblemático, e que por isso mereceu destaque nessa pesquisa, é o que se destinou ao reconhecimento e proteção dos "conjuntos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos" mais antigos da primeira cidade e capital do Brasil. Esse processo marcou substancialmente as políticas de patrimônio desenvolvidas não apenas pelo Governo Federal no estado da Bahia, mas também pelos poderes públicos estadual e municipal, reforçadas a partir da década de 1960, diante do interesse demonstrado pela *Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura* (UNESCO) pelo conjunto urbano colonial de Salvador.

Assim, procuramos na narrativa que inicia a seguir, expor o desenrolar das ações desenvolvidas a partir da representação baiana do *Patrimônio* visando à preservação do chamado *Centro Histórico de Salvador*, tratando, numa primeira parte do capítulo, da luta de Godofredo Filho, de sua equipe e da intelectualidade baiana pela proteção federal dos principais núcleos urbanos coloniais soteropolitanos e, numa segunda parte, das ações que se seguiram ao tombamento desses acervos visando sua efetiva preservação, especialmente a partir da visita oficial do perito da UNESCO Michel Parent ao local em 1967, pelo fato de seu relatório ter reforçado, diante do poder público federal, exatamente a visão sobre a velha Salvador que era reclamada pelos historiadores e preservacionistas baianos desde o início do século XX.

Embora o recorte temporal estabelecido para a pesquisa seja exatamente o período compreendido entre os anos de 1936 e 1959, que marcam o início da atuação do *Patrimônio* no estado da Bahia e a conclusão do Processo de Tombamento nº 464-T-52, nesse capítulo, consideramos a relevância de tratar de dois documentos elaborados quase uma década depois do tombamento, devido à importância que tiveram: na promoção da perspectiva histórica que identifica a Bahia e a cidade do Salvador com as origens da nacionalidade e da cultura brasileira; e na definição dos critérios que foram aplicados nos programas e projetos que passaram a ser elaborados, visando a preservação do conjunto colonial localizado no antigo centro de Salvador. Estamos nos referindo ao relatório produzido pelo perito da UNESCO Michel Parent em 1967, e ao *Plano Geral de Recuperação da Área do Pelourinho na Cidade*

do Salvador elaborado entre 1968 e 1970, com base principalmente nesse relatório e nas recomendações de Parent.

Acreditamos que a reflexão a respeito das concepções que basearam a composição da estratégia de preservação do patrimônio urbano colonial de Salvador, e que foram adotadas como referência em relação a outros conjuntos urbanos tombados do Brasil, também deve contribuir para compreensão sobre a maneira como foi se desenvolvendo o preservacionismo relacionado a sítios históricos no país, especialmente no que se refere a aproximação do campo do patrimônio com a política econômica voltada para incremento das indústrias do turismo e da cultura, e a seu distanciamento da política educacional, onde teve sua origem.

Afinal, é importante que as novas gerações que vão sendo inseridas na prática preservacionista, analisem os critérios e justificativas que vão se desenhando a cada novo programa de intervensão sobre os acervos arquitetônicos, urbanisticos e paisagísticos tombados, confrontando-os com a própria razão preservacionista e avaliando seu significado social e seus efeitos a médio e longo prazo.



Cruzeiro de São Francisco. Pinheiro, década de 1940. Acervo: Superintendência do IPHAN na Bahia.

3.1. Salvador da Bahia... e do Brasil

Desde que foi convidado para colaborar com o *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* e inventariar o acervo de arquitetura militar, religiosa e civil monumental nos estados de Bahia e Sergipe, tão intensa foi a dedicação do intelectual baiano Godofredo Filho à instituição que, como vimos, já no seu primeiro ano de funcionamento lhe rendeu a consideração, por parte do diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, de ser ter sido no estado da Bahia que o serviço preparatório de tombamento mais se adiantou, graças ao zelo e competência com que ele o empreendeu, e o número de tombamentos relativos aos acervos baianos superaram os dos demais estados até o ano de 1947.

Entretanto, passaram-se mais de duas décadas de tentativas para que finalmente, em 1959, os principais "conjuntos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos" coloniais de Salvador fossem finalmente inscritos nos *Livros de Tombo* do *Patrimônio*. E foi apenas cerca de uma década depois do tombamento, que a cidade passou a gozar de mais investimentos federais para estudos pormenorizados e obras de conservação não apenas de alguns monumentos isolados, mas dos conjuntos representativos do modelo de urbanização desenvolvido no período colonial que ainda existiam em Salvador, devido ao esforço dos que na primeira metade do século XX viram neles um significado histórico para o país.

Isso porque, mesmo diante do tombamento, o *Patrimônio* manteve na cidade uma linha de atuação em relação a obras de restauração que se restringia aos grandes monumentos tombados individualmente, especialmente da arquitetura religiosa. Foi somente após visita oficial aos mais antigos conjuntos urbanos do Brasil empreendida pelo perito da UNESCO Michel Parent, entre os anos de 1966 e 1967, numa missão que visava atender a um pedido de apoio do *Patrimônio,* para definição de estratégias capazes de conter o processo de degradação da arquitetura colonial do Brasil que se agravava, que começou a se desenhar uma nova política voltada para o tratamento da área mais antiga de Salvador como conjunto.

Antes de revelar mais detalhes desse processo, comecemos analisando por que a intenção de ver tombado o antigo centro de Salvador manifestada por Godofredo Filho desde que começou a atuar como representante do *Patrimônio* na Bahia, não foi atendida de pronto pela direção-geral da instituição, e como a restrição a esse pleito foi sendo superada por ele, apoiado por sua equipe e pela intelectualidade baiana.

Possivelmente, duas razões levavam à resistência da direção geral do *Patrimônio* em relação à proteção do *Centro Histórico de Salvador*, e é a arquiteta Márcia Sant'Anna quem bem esclarece tais razões nas seguintes palavras (1997, p. 3):

> Para os intelectuais modernistas, no barroco mineiro ter-se-ia operado uma síntese entre a cultura portuguesa e a cultura africana que permitiria aponta-lo como estilo nacional. Uma "sociabilidade inteiramente brasileira" também teria surgido nas antigas cidades mineiras que, portanto, passavam a constituir o próprio atestado do nosso nascimento cultural [...]. Assim, em 1938, logo após a promulgação da primeira lei de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, foram inteiramente tombadas seis cidades de Minas Gerais [...]. Não ocorreria a arquitetos comprometidos com o urbanismo moderno e com a ideologia dos CIAM, tombar cidades que ocupassem posição central na economia do país e necessitassem de restruturações urbanas que viessem a ser constrangidas por uma preservação mais vasta. [...] Neste período inicial, os fundadores do SPHAN limitaram sua atuação nas grandes cidades ao tombamento de imóveis isolados ou pequenos fragmentos urbanos, não se opondo, de nenhum modo, à modernização da estrutura urbana.

Então, os mais antigos núcleos urbanos de Salvador não seriam passíveis de tombamento federal, por não constituírem legado representativo de uma história e arte genuinamente nacionais e por estarem localizados no centro de uma das capitais do Brasil. Confirma a interpretação feita por Márcia Sant'Anna, a seguinte declaração registrada por Manuel Bandeira em seu "Guia de Ouro Preto", um dos primeiros estudos publicados pelo *Patrimônio* em sua séria monográfica, justificando a necessidade de preservar aquela cidade em suas características coloniais (1938, p. 45):

> De todas as nossas velhas cidades é ela [Ouro Preto] talvez a única destinada a ficar como relíquia inapreciável do nosso passado. As duas outras que se lhe irmanam nessa feição tradicionalista estão fadadas a uma renovação sem cura: Baía e Olinda. Em ambas é ainda bem forte a emoção especial ligada aos vestígios dos séculos defuntos. Mas Olinda é cada vez mais arrabalde do Recife. A capital acabará fatalmente por absorvê-la. Quanto a cidade de Salvador o progresso que a tudo renova, fará com ela o que já fez com o Velho Rio e o Velho Recife.

Lia Motta (2000, p. 264-265; 2003, p. 129) também analisou o critério adotado pelos mentores do *Patrimônio* para restringir inicialmente os tombamentos de conjuntos urbanos coloniais a Minas Gerais. Na sua interpretação, as cidades tombadas em 1938 foram consideradas conjuntos com características coloniais uniformes, economicamente esvaziados e portanto livres da ameaça das transformações desenvolvimentistas. Na inexistência dessa unidade estética colonial em outras antigas cidades brasileiras, ou diante do risco de descaracterização devido às pressões da modernização, consequência da industrialização e do crescimento urbano, a possibilidade de preservação do conjunto era descartada e selecionadas as edificações do período colonial de caráter monumental, ou edificações de valor excepcional por estarem ligadas a fatos memoráveis e personalidades da história nacional, para serem tombadas individualmente e preservadas lado a lado com a nova produção do Brasil moderno.

Complementarmente as análises das arquitetas Márcia Sant'Anna e Lia Motta, a historiadora Márcia Chuva (2009, p. 61-63) ainda acrescenta em suas análises a respeito, que o grupo de intelectuais mineiros engajado no processo de institucionalização do *Patrimônio* "constituiu uma teia de agentes cujos laços pessoais, em boa medida, passava pelo sentimento de pertencimento à mineiridade", e tornou a produção artística e arquitetônica do século XVIII de Minas Gerais "paradigmática e modelar para o restante do Brasil, cujo patrimônio passou a ser analisado e comentado à luz do patrimônio mineiro – padrão de qualidade a ser buscado".

Mas Godofredo Filho, apesar de ter sido recrutado na Bahia para representar os interesses nacionais, sob rígido controle e direcionamento da sede do *Patrimônio*, e de ter agido sempre com lisura e respeito em relação às perspectivas e prioridades estabelecidas pela direção-geral, como podemos verificar na forma como se expressava em correspondências de trabalho, não deixou de usar dos meios que lhe foram possíveis para conquistar a proteção, preservação e promoção, como patrimônio histórico e artístico brasileiro, dos "conjuntos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos" da velha Salvador. Afinal, como membro da intelectualidade baiana, Godofredo Filho representava também suas aspirações.

É num trecho da entrevista concedida pelo arquiteto Fernando Leal à Terezinha Marinho em 21 de setembro de 1983, no âmbito do *Projeto História Oral - SPHAN/Pró-Memória*[224], que encontramos a melhor declaração sobre o envolvimento de Godofredo Filho com a causa da preservação do *Centro Histórico de Salvador*. Assim, explicou ele:

> Entenda-se, o que hoje se conhece, de Norte a Sul do país, e no estrangeiro, como Pelourinho. Pois bem [...], até a data do tombamento, não havia nenhum amparo legal para que o mestre Godofredo pudesse fazer intervenção do Pelourinho, a não ser naqueles poucos monumentos, tombados individualmente [...]. E eu sou testemunha. [...] Não se fazia absolutamente nada naquelas ruas, quer seja troca de esquadrias, quer seja mexer nas fachadas, quer seja uma simples pintura, sem que o Godofredo não fosse ouvido. E o Godofredo, inclusive, teve que, em diversas ocasiões, se utilizar de artifícios, de artimanhas, de coisas, para impedir que aquele conjunto fosse descaracterizado, sem que ele tivesse respaldo legal nenhum. O que só denota o quê? Uma grande habilidade política, e um acendrado amor à coisa velha. Porque se fosse um outro, podia dizer: "Isso não é tombado... Eu não posso fazer nada... Então eles que façam o que bem entendem." E foi essa ação do Godofredo, que aguentou o Pelourinho, sem amparo legal, até 1958.

Na entrevista que concedeu a Terezinha Marinho em 05 de março de 1987, para o mesmo *Projeto História Oral - SPHAN/Pró-Memória*[225], Diógenes Rebouças também

[224] Transcrição cedida pelo Arquivo Central IPHAN/RJ (MO-13_FML-1AK7).

[225] Transcrição cedida igualmente pelo Arquivo Central IPHAN/RJ (MO-17_DAR-1AK7).

destacou o empenho de Godofredo Filho para salvaguardar a velha Salvador e enfatizou como a experiência do EPUCS lhe serviu para entender a cidade e contribuir com Godofredo em seu esforço, ressaltando que, por influência dele, sua atuação na representação do *Patrimônio* na Bahia foi mais voltada para o conjunto da cidade do que para monumentos isolados, mesmo antes do tombamento realizado em 1959. Ele declarou ainda, que antes de haver esse tipo de proteção de conjuntos, era utilizado o "critério de visibilidade" para promover a preservação, mas "como era muito discutível", dava margem a uma diversidade de interpretações, tornando difícil se "chegar a um denominador comum" do que seria ou não essa visibilidade, especialmente em se tratando de uma cidade como Salvador onde a topografia não é plana. Para ele a perda da visibilidade do *Convento de Santa Tereza*, localizado na *Rua do Sodré,* em Salvador, diante das sucessivas edificações em seu entorno, onde o terreno se eleva até a *Rua Carlos Gomes*, é um bom exemplo dessa dificuldade.

Na correspondência trocada por Godofredo Filho e Rodrigo Melo Franco de Andrade, antes da proteção dos conjuntos de Salvador, a primeira vez que encontramos documentada a expectativa do primeiro em relação ao tombamento, é numa carta de 08 de setembro de 1938, em que, entre outras coisas, buscava apoio do seu superior no sentido de impedir transformações no *Bairro da Sé* que seriam iniciadas pelo Prefeito Durval Neves da Rocha. Vejamos o trecho do documento em que se refere a este assunto[226]:

> Agora, peço a sua atenção Dr. Rodrigo, para os dois recortes de jornal anexos, ambos de 2 do corrente, do nosso "Diario Oficial" e outro d' "A Tarde". É que o atual Prefeito desta cidade, Engenheiro Durval Neves da Rocha, pretende bulir com uma parte do nosso admirável bairro da Sé, modernizando-o. [...] Lembro ao Snr. A conveniência de ser imediatamente tombado todo o bairro da Sé (o distrito da Sé), que é a parte mais sugestiva da Baía, a que melhor conserva o espirito dos séculos idos. E que o Snr. se entenda com o Prefeito Neves da Rocha a respeito do assunto, o Snr., com a sua autoridade de Diretor Geral do Serviço, para que não executem tais obras no bairro da Sé, sem que os planos sejam sem um grande e acurado estudo dos melhores urbanistas e arquitetos do nosso Serviço, do patrimônio arquitetônico da Baía, tão dura e inesperadamente ameaçado.

Não tendo recebido resposta do diretor a respeito, em nova carta para o mesmo, de 26 de setembro de 1938, voltou a tratar do assunto cobrando retorno, conforme lemos no trecho a seguir[227]:

> Espero que tenha recebido as minhas cartas ultimas: a de 30 de agosto [...] e a de 8 do corrente dando notícias várias de interesse do S.P.H.A.N. e solicitando ao Snr. instruções para agir nos casos expostos. Não tive ainda o prazer da sua resposta, ou

[226] Ct. GRFF p/RMFA – 08/09/1938. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

[227] Ct. GRFF p/RMFA – 26/09/1938. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

> acreditado que esta se extraviasse. [...] BAIRRO DA SÉ -- Peço que me oriente sobre o que devemos fazer em vista da projetada remodelação desse bairro. As obras já começaram. Enviei-lhe recortes de jornais, etc.. Vão uns informes. De certo, já lhe chegou às mãos o protesto do Instituto Histórico, que também pede providências ao S.P.H.A.N. [...] Termino Dr. Rodrigo. E aguardo resposta às minhas consultas, esperando que as suas palavras não me faltem.

Essa correspondência foi respondida por Rodrigo Melo Franco de Andrade com considerações sobre outras demandas que apresentava, mediante carta escrita em 08 de outubro. Em relação, contudo, ao item "BAIRRO DA SÉ", que transcrevemos, Rodrigo apenas informou não ter recebido as cartas mencionadas por Godofredo e ansiar pela chegada de ambas às suas mãos para tomar conhecimento do que estava acontecendo[228].

A partir daí, diante ainda de outras investidas de Godofredo sobre o tema na correspondência que se seguiu entre ambos, em março de 1939 Rodrigo enviou à *Prefeitura de Salvador* ofício esclarecendo o teor do Decreto-lei nº 25/1937, especialmente dos seus artigos 17 e 18, e listando os bens da cidade que constavam nos *Livros de Tombo*[229]. A Prefeitura, entretanto, continuou investindo numa proposta de "modernização" do *Bairro da Sé* e Godofredo, em carta de 09 de junho, escreveu a Rodrigo:

> [...] o Prefeito desta Capital, Dr. Durval Neves da Rocha, tem quazi conseguido da Caixa Econômica um vultoso empréstimo a ser empregado na remodelação, ou melhor, na modernização do bairro da Sé. Rogo-lhe urgentes providências para que não se consume tamanho atentado à nossa melhor tradição urbana [...] só o nosso Serviço poderá salvar o bairro da Sé, impedindo continuem as mutilações que já se processam no Taboão e em outras ruas únicas no Brazil. Tomo a liberdade de pedir-lhe que oficie logo ao Prefeito Neves da Rocha, sugerindo melhores soluções, ou compelindo-o, mesmo, a poupar essa parte monumental e incomparável da Baía. Até o Decreto de 8 de Abril do corrente ano [...] nos ajudará muitíssimo [...]. Enfim, o Snr. sabe melhor do que eu, o que há de fazer, e como. Só lhe peço que providencie sem demora, senão chegará tarde. Aqui são muitos os que esperam e confiam na eficiência de sua ação para defender e salvar o bairro da Sé.

Numa carta endereçada a Godofredo Filho, escrita em 01 de julho, Rodrigo Melo Franco de Andrade fez as seguintes considerações sobre o assunto:

> Acerca do Bairro da Sé, ainda não tive ideia segura sôbre o que me compete fazer, embora tenha conversado a respeito até com o Ministro da Justiça. É que acho pouco justificável o tombamento em conjunto daquele trecho da cidade, atendendo ás consequências rigorosas que decorreriam da medida. Estou mais inclinado a recorrer á invocação do artº 18 do Decreto-Lei nº 25, para compelir mais suavemente o Prefeito a ouvir o nosso parecer. De qualquer maneira espero escrever ao senhor novamente a êsse respeito dentro do menor prazo possivel, a fim de lhe transmitir minha deliberação definitiva.

[228] Ct. GRFF p/RMFA – 08/12/1938; Ct. RMFA p/GRFF – 26/09/1938. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

[229] Of. 102 RMFA p/GRFF – 08/03/1939; Ct. GRFF p/RMFA – 01/04/1939. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF // Ct. RMFA p/GRFF

Em carta de 04 de julho, Godofredo respondeu que esperava ansioso pela "deliberação prometida e definitiva" e passados cerca de dois meses voltou a apelar sobre ela, através de carta escrita em 30 de agosto, valendo-se da seguinte argumentação:

> Remeto-lhe, hoje, recortes de jornais da terra, sobre assunto de interesse do Serviço. O que trata do bairro da Sé refere-se a uma promessa sua, de "que envidaria todos os esforços para não vir a ser mutilado, com a execução do plano de melhoramentos organizado pela Prefeitura, o bairro centenário, etc..." A propósito, e também pela notícia de que o Prefeito Neves da Rocha vai aprovar o projeto de alargamento da Rua Carlos Gomes, onde temos dois prédios tombados, rogo-lhe, com urgência, as providências que me prometeu, junto aos altos poderes. Ou perderemos a oportunidade de uma ação eficiente que obrigue os reformistas a respeitarem a nossa Lei.

Numa outra carta, datada de 14 de outubro de 1939, Godofredo procurou informar Rodrigo dos acertos por que iam passando os planos de obras da *Prefeitura de Salvador* para a *Rua Carlos Gomes* e o *Bairro da Sé*, identificando as medidas que ainda poderiam causar perdas em termos do seu patrimônio histórico e artístico[230].

Desde então, só foram localizadas novas tratativas sobre o assunto a partir de abril de 1940. Em carta escrita no dia 06, Rodrigo solicitou a Godofredo que obtivesse do prefeito de Salvador os projetos e plantas da proposta de remodelação do *Bairro da Sé*. Em seguida, através de uma carta de 23 de maio, Rodrigo comentou com Godofredo a má vontade do Prefeito Durval Neves da Rocha para colaborar com o *Patrimônio* fornecendo a documentação solicitada, e ponderou que, mesmo em face desta, sem registros fotográficos haveria dificuldade para avaliar os impactos das obras propostas.

Godofredo Filho, por sua vez, numa carta enviada a Rodrigo em 29 de agosto, informou suas providências no sentido de realizar fotografias dos trechos mais característicos do bairro e conseguir cópia da planta elaborada pela companhia americana que explorava os serviços elétricos na cidade. E noutra carta escrita em 11 de outubro, o representante baiano do *Patrimônio* formalizou mais uma vez, diante do diretor-geral, sua expectativa em relação ao tombamento do antigo centro de Salvador, com as seguintes palavras[231]:

> Com o Dr. Hélio Duarte e o fotógrafo estou procedendo sistematicamente ao levantamento, descrição e coleta de mais documentações relativas aos principais prédios ou grupos de prédios do Terreiro e de certas ruas do bairro da Sé, afim de

[230] Cts. GRFF p/RMFA – 09/06/1939, 04/07/1939, 30/08/1939 e 14/10/1939; Cts. RMFA p/GRFF – 01/07/1939. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF // Ct. RMFA p/GRFF.

[231] Ct. RMFA p/GRFF – 06/04/1940. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF // Ct. RMFA p/GRFF – 23/05/1940; Ct. GRFF p/RMFA – 29/08/1940 e 11/10/1940. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

> que você possa tomba-los logo, como medida preliminar de proteção do famoso bairro. A parte do Terreiro de Jesus está quase terminada e será a primeira a seguir.

Passados dois anos sem que o tombamento fosse realizado, em carta de 10 de agosto de 1942, Godofredo solicitou permissão de Rodrigo para passar uma semana da segunda quinzena de outubro no Rio de Janeiro, a fim de poder tratar com ele pessoalmente sobre planos de novos trabalhos para a regional que representava e sobre projetos para tombamento, em conjunto, de certos trechos de Salvador e de alguns municípios do interior da Bahia. Mais uma vez Rodrigo encaminhou resposta à carta, em 20 de agosto de 1942, considerando excelente a ideia da reunião do Rio de Janeiro e realizando comentários sobre propostas de restauros em monumentos tombados da capital baiana e do seu interior, mas sem qualquer comentário a respeito do interesse pelos tombamentos de conjuntos arquitetônicos[232].

Mais de quatro anos depois, aproximando-se o ano do quarto centenário da cidade fundada por Thomé de Souza, mediante o Ofício nº 356, de 22 de abril de 1947 [233], encaminhado ao *Ministro da Educação e Saúde*, Dr. Clemente Mariani Bittencourt, Rodrigo Melo Franco de Andrade, apresentou extensa argumentação com o intuito de obter do seu superior aprovação e recursos destinados à realização de intervenções nos principais monumentos de arte e história de Salvador, para as respectivas comemorações. Os recursos foram liberados e Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve em Salvador para as inaugurações das obras realizadas durante as celebrações pelo quatricentenário da cidade.

Após os festejos, que ganharam repercussão nacional em 1949, ampliaram-se as aspirações da intelectualidade local pela proteção das áreas mais antigas da cidade. Rodrigo Melo Franco de Andrade, então, tentou influenciar na criação de algum instrumento municipal de proteção. Enquanto isso, Godofredo acompanhava de perto todas as movimentações relativas ao plano de urbanismo da cidade e às obras propostas para a região da Sé, e dava conta a Rodrigo por meio de correspondência [234].

Em carta enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade em 05 de outubro de 1951, Godofredo Filho relatou que Osvaldo Gordilho, novo prefeito de Salvador, havia visitado a

[232] Ct. GRFF p/RMFA – 10/08/1942; Ct. RMFA p/GRFF – 20/08/1942. Arquivo Técnico IPHAN/BA: Cartas de Godofredo.

[233] Of. 356 RMFA p/Clemente Mariani – 22/04/1947. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[234] Ct. GRFF p/RMFA – 03/06/1949; Ct. Diretor-substituto Renato Soeiro p/RMFA – 13/03/1950; Ofs. 84, 88, 94, 120 GRFF p/RMFA – 27/06/1950, 04/07/1950, 16/07/1950 e 09/08/1950. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

sede da representação baiana do *Patrimônio* e manifestado desejo de colaborar com a Instituição, e mais uma vez questionou sobre que providências mais deveria tomar para instruir o processo de tombamento das zonas mais antigas de Salvador, vez que havia tomado conhecimento de que no tocante à sua preservação a lei orgânica do município que estava por sair era muito vaga.

Noutra carta, de 07 de dezembro do mesmo ano, Godofredo informou a Rodrigo que "algumas pessoas de projeção intelectual, política e comercial" na Bahia, escreveram na edição daquele dia do *Diário de Notícias* sobre a ideia que lhes era "tão grata", de preservação de certos trechos da cidade do Salvador, e solicitou que enviasse a minuta de lei municipal de proteção que haviam prometido ao prefeito, para que este a encaminhasse à *Câmara de Vereadores*. Respondendo a esta carta em 12 de dezembro, Rodrigo Melo Franco de Andrade informou que enviaria a minuta por Diógenes Rebouças, para que Godofredo colaborasse com seu texto antes de fornecer ao prefeito, mas numa outra carta, de 31 de janeiro de 1952, assim escreveu Rodrigo Melo Franco de Andrade a Godofredo Filho[235]:

> Quanto ao expediente a que você se refere, no sentido de obter a cooperação das autoridades municipais para preservação dos aspectos tradicionais da cidade, até hoje ainda não o elaborei, porque pretendia fazê-lo acompanhar de um ante-projeto de lei a ser submetido à Câmara dos Vereadores do Salvador. A princípio, desejei rascunhar o trabalho com a colaboração do Rebouças, enquanto êle esteve aqui. Depois, verifiquei não haver necessidade da execução dêsse anexo muito difícil, porque o nosso Rebouças declarou dispor de um jurista amigo aí, que se encarregaria de redigir com a maior proficiência o ante-projeto, desde que lhe fornecêssemos os elementos necessários. Resta, portanto, sòmente que eu fabrique o ofício ao Prefeito, em termos que o habilitem a extrair do respectivo teôr uma justificação satisfatória das medidas legislativas desejadas. Farei todo o empenho de tomar esta iniciativa o mais breve possível.

Uma carta enviada por Godofredo a Rodrigo em 04 de julho de 1952, sugerindo aproveitar os préstimos de Admar Braga Guimarães para colaborar na elaboração do anteprojeto de lei que seria apresentado à *Câmara de Vereadores de Salvador*, como "intelectual dos mais representativos da Bahia" e "destacado colaborador do antigo EPUCS" que estava servindo à representação baiana do *Patrimônio*, é o primeiro documento a constar no Processo 464-T-52[236], relativo á proposta de tombamento federal dos mais antigos "conjuntos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos de Salvador". O segundo é um telegrama enviado por Rodrigo Melo Franco de Andrade a Godofredo Filho em 16 de julho

[235] Cts. GRFF p/RMFA – 05/10/1951, 07/12/1951; Ct. RMFA p/GRFF – 12/12/1951. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[236] Localizado no Arquivo Central do IPHAN/RJ.

como resposta a esta carta, solicitando "avivar" sua memória sobre os entendimentos que teriam tido em sua última visita à Bahia, quanto aos conjuntos urbanos de Salvador que conviria incluir em regime de proteção. A partir daí seguiram-se diversos documentos, identificando e delimitando os conjuntos para inclusão nos livros de tombo *Histórico* e de *Belas Artes*, e referentes também a minutagem de uma lei municipal de proteção[237].

Numa carta escrita em 18 de outubro de 1956[238], Godofredo Filho relatou a Rodrigo Melo Franco de Andrade as últimas medidas adotadas junto a diversas autoridades locais no sentido de tentar conter a autorização de obras que descaracterizariam o patrimônio histórico e artístico de Salvador, e clamou por "enérgicas e prontas medidas". Respondendo o pleito, através do Ofício nº 503, de 05 de novembro de 1956[239], Rodrigo informou a Godofredo que efetivaria o tombamento e solicitou mais informações sobre a delimitação dos conjuntos a proteger, além de elementos que contribuíssem para justificar o ato. A decisão que acabava de ser exposta por Rodrigo Melo Franco de Andrade, certamente, não foi fácil, pois a prática institucional desde o início, em relação às capitais do país, apontava para tombamentos apenas de monumentos isolados. Ela sinalizava o início de transformações importantes nas diretrizes e critérios que vinham regendo a prática preservacionista institucional.

Godofredo Filho definiu sete conjuntos para proteção federal no Processo 464-T-52:

- o trecho entre os distritos da *Sé* e do *Passo*, conhecido como *Pelourinho* ou *Centro Histórico de Salvador* (1);
- a região da *Conceição da Praia*, na *Cidade-Baixa* (2);
- trechos dos *Mares* e da *Penha*, incluindo o *Bonfim*, também na *Cidade-Baixa* (3 e 4);

[237] Vale registrar que, entre os anos de 1946 e 1954, sete representantes da intelectualidade baiana assuminam sucessivamente o Ministério a que estava subordinado o *Patrimônio*: Clemente Mariani; Eduardo Rios Filho; Pedro Calmon; Ernesto Simões Filho; Pécicles Madureira de Pinho; Antônio Balbino; e Edgard Santos. Certamente que, assim como a presença da intelectualidade mineira na dianteira da política cultural na década de 1930 favoreceu a adoção de medidas em favor do patrimônio mineiro, nesse caso, formou-se condição favorável às demandas a favor do patrimônio baiano, sendo a que reclamava a proteção das áreas mais antigas de Salvador a mais importante. Também cumpre registrar que em 1951 também foi aberto processo para tombamento de conjuntos de outra capital brasileira, a cidade de São Luís do Maranhão (Processo 0454-T-51), mas esse só foi concluído em 1974.

[238] Ct. GRFF p/RMFA – 18/10/1956. Essa não consta no Processo 464-T-52, mas em outra pasta localizada no: Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[239] Of. 503 RMFA p/GRFF – 05/11/1956. Integra o Processo 464-T-52.

- o *Outeiro de Santo Antônio da Barra* (5);
- o trecho entre as praias do *Chega Nego* e *Piatã*, ou toda extensão da *Avenida Otávio Mangabeira* (de *Amaralina* até *Itapuã*), na orla de Salvador (6);
- e a região do *Dique do Tororó*, com os conjuntos urbanísticos, florestais e vales que o circundam (7).



Terreiro de Jesus. Autor não identificado, 1955. Acervo: Superintendência do IPHAN na Bahia.

No Ofício nº 239, de 20 de fevereiro de 1958[240], Rodrigo Melo Franco de Andrade informou a Godofredo Filho que submeteu à análise de Lucio Costa o assunto do Ofício nº 10, que enviou para a sede em 14 de janeiro. Não localizamos o referido documento, mas é provável que se refira ao processo de tombamento. Cerca de três meses depois, em carta de 05 de julho de 1958, Rodrigo escreveu a Godofredo:

> Por fim, acerca dos conjuntos arquitetônicos a tombar na cidade do Salvador, fiquei compenetrado, depois das visitas recentes aos locais e de ouvir seus esclarecimentos, que não devemos hesitar mais em expedir as notificações de acordo com as propostas desta chefia. Vou combinar com o Carlos os termos das notificações ou da notificação (se parecer preferível expedir uma só) e diligenciar endereça-la ao Prefeito, por seu intermédio, o mais breve possível, a menos que nos convençamos da conveniência de submeter a questão ao Conselho Consultivo.

[240] Of. 239 RMFA p/GRFF – 20/02/1958. Também não consta no Processo 464-T-52, mas em outra pasta localizada no: Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

Em 10 de julho de 1958, Carlos Drummond de Andrade submeteu à deliberação superior indicação de que o processo já poderia ser submetido à avaliação do *Conselho Consultivo* e, em 17 de julho de 1958, Rodrigo Melo Franco de Andrade designou seu relator o Conselheiro Pedro Calmon[241].

Enquanto tramitava o processo de tombamento, Godofredo Filho e Thales de Azevedo continuaram publicando em jornais da Bahia contra a desvalorização, abandono, descaracterização e destruição do casario antigo do centro de Salvador e, às vésperas da eleição de um novo prefeito para a cidade, Godofredo concedeu entrevista ao *Diário de Notícias* da Bahia, publicada na edição de 07 de setembro de 1958, respondendo questões acerca das características ideais que o ocupante do cargo deveria ter para promover o desenvolvimento da cidade e ao mesmo tempo zelar por seu patrimônio histórico e artístico. Reproduzimos a seguir parte do recorte desta entrevista preservado no Arquivo Central do IPHAN/RJ[242].



DIÁRIO DE NOTÍCIAS — Domingo, 7 de setembro de 1958

Em busca de um Prefeito ideal

CONSERVAR O CARATER TIPICO DE «CIDADE» MONUMENTO

Godofredo Filho, Diretor do Patrimônio Histórico Artístico, expõe seu pensamento sobre os problemas de Salvador — E' possível a coexistência do nobre passado com as modernas formas arquitetônicas — Elogios ao EPUCS — Velhice não é sujeira

UMA GRANDE HONRARIA

COMBATE À STANDARDIZAÇÃO

VELHICE NÃO E' SUJEIRA

A CIDADE MODERNA TEM SEU LUGAR AO SOL

O prof. Godofredo Filho quando falava ao repórter

[241] Ct. RMFA p/GRFF – 05/07/1958; despachos de Carlos Drummond de Andrade (10/07/1958) e Rodrigo Melo Franco de Andrade (17/07/1958) integram o Processo 464-T-52.

[242] Carta nº 41 de Godofredo Filho para Rodrigo M. F. de Andrade – 13/09/1958, com recorte da referida entrevista anexa; Carta nº 476 de Rodrigo M. F. de Andrade para Godofredo Filho – 17/09/1958, acusa recebimento e tece elogios. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

Em março de 1959, visando tornar públicas as contribuições prestadas pelo *Patrimônio* para as comemorações do 4º Centenário de Salvador, Godofredo Filho publicou artigos em três edições do jornal *A Tarde*, descrevendo obras de conservação realizadas em alguns dos principais monumentos coloniais localizados nos conjuntos tombados no ano anterior, como na *Catedral Basílica*, nos conventos de São Francisco, Carmo, Lapa e Desterro, na *Casa dos Sete Candeeiros*, no *Palacete Ferrão*, na igreja e no palácio da Penha. Depois, em abril do mesmo ano, publicou uma série de crônicas no mesmo jornal *A Tarde*, criticando o processo de favelização que atingia o casario secular do velho centro de Salvador[243].

Passados cerca de oito meses desde que o processo de tombamento foi totalmente instruído e submetido à avaliação do *Conselho Consultivo*, em carta de 16 de abril de 1959, Godofredo Filho mais uma vez clamou a Rodrigo pela urgência do ato, temeroso de não conseguir conter propostas várias para reformas de fachadas no *Pelourinho* que poriam "tudo a perder", além de um projeto da *Prefeitura de Salvador* que visava substituir o "calçamento irregular e tão característico" da região por um "piso uniforme, macadamizado".

Baseado neste pedido, em 23 de abril de 1959, Rodrigo enviou carta a Pedro Calmon questionando se já teria "concluído seu relatório e o voto referentes ao processo de tombamento de trechos da capital bahiana", para que pudesse convocar o *Conselho Consultivo* a uma reunião conclusiva a respeito[244]. Em seu parecer Pedro Calmon fez objeção apenas ao tombamento total da Avenida Otávio Mangabeira. Reproduzimos a seguir o documento que consta no Processo nº 464-T-52:

[243] Cts. GRFF p/RMFA – 14/03/1959, 21/03/1959. Arquivo Central do IPHAN/RJ: Arq. Téc. Adm./Repres./GRFF.

[244] Ct. GRFF p/RMFA – 16/04/1959; Ct. RMFA /Pedro Calmon – 23/04/1959. Integram Processo 464-T-52.

UNIVERSIDADE DO BRASIL

Processo nº 464-T.
M.E.C. - D.P.H.A.N.

Versa o presente processo sôbre a proposta, originária da Chefia do 2º Distrito da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com sede na Bahia, de tombamento de 7 (sete) conjuntos arquitetônicos e paisagísticos localizados na cidade do Salvador.

Inspira-se a iniciativa na circunstância de se revestirem tais conjuntos de excepcional valor arquitetônico e paisagístico, além de estarem, alguns deles, intimamente vinculados a memoráveis fatos históricos, de repercussão e interêsse nacionais.

Os fundamentos invocados pela Chefia do Distrito procedem, a nosso vêr. É que os conjuntos, cujo tombamento se propõe, apresentam, sem qualquer dúvida, as características indicadas e, por isso mesmo, merecem, e devem ser incluidos nos Livros do Tombo próprios, ex-vi do preceituado no art. 1º, caput e respectivos parágrafos, do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, para que, em cumprimento ao mandamento contido no art. 175 da Constituição Federal vigente, sejam submetidos ao regime jurídico do citado diploma legal defensivo do patrimônio histórico e artístico nacional e postos assim sob a proteção do poder público, para a conveniente preservação da sua fisionomia tradicional.

O meu voto é, pois, pelo tombamento dos conjuntos propostos, com a área que lhes demarca a Chefia do Distrito, exceção feita do penúltimo, que restrinjo às praias de Chega-Negro à de Piatan a fim de que nesses sitios as eventuais construções não prejudiquem a paisagem. A exceção decorre de que as áreas que precedem ou sucedem às referidas praias, por força de edificações licenciadas pela municipalidade e já existentes, não oferecem mais o primitivo interêsse, tor -

UNIVERSIDADE DO BRASIL

nando-se neste caso excusável a proteção invocada.

Recomendo, em consequência, que a D.P.H.A. N. entre imediatamente em contacto com a Prefeitura Municipal do Salvador, para que sejam adotadas as providências cabíveis, no sentido da valorização e do realce daqueles conjuntos urbanísticos, cuja conservação tanto importa ~~para~~ o patrimônio cívico, artístico e histórico da Pátria.

Pedro Calmon

Pedro Calmon
Reitor

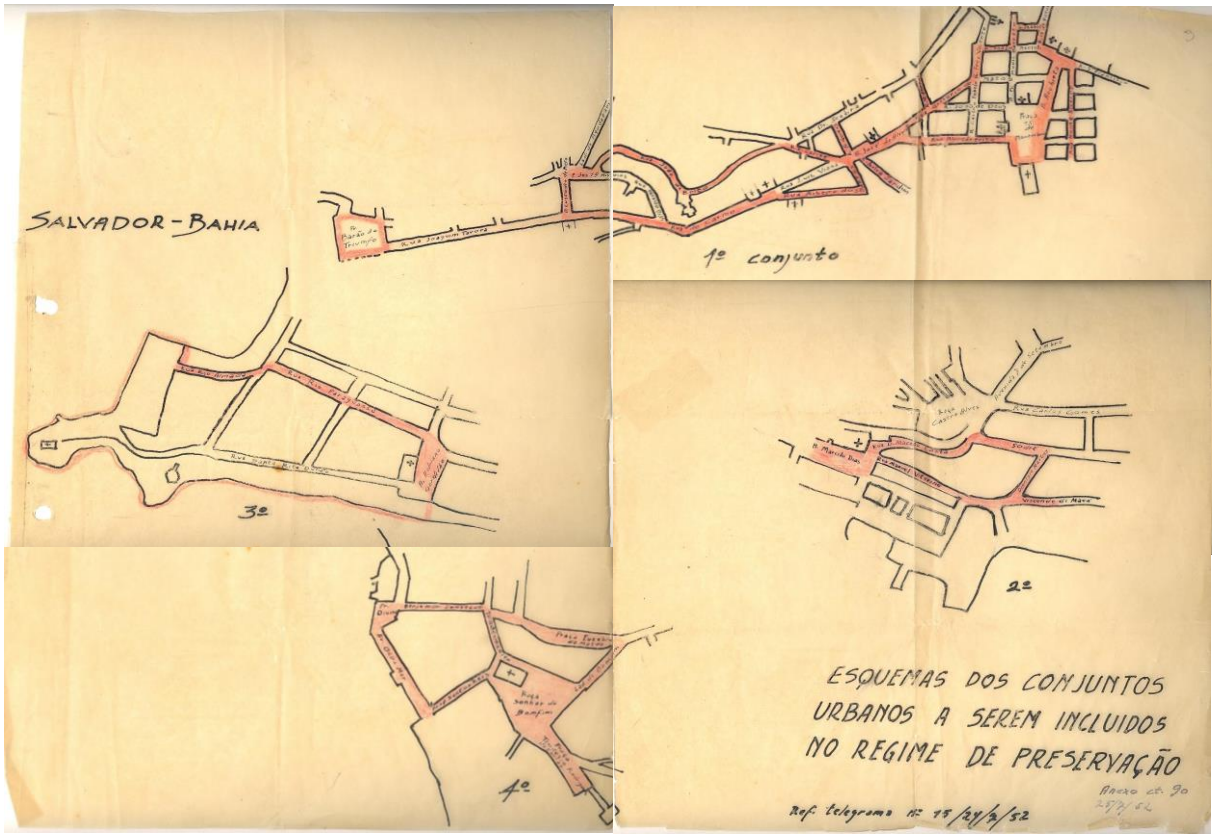
Antes de convocar a reunião do *Conselho Consultivo* onde seria emitida a decisão final, Rodrigo Melo Franco de Andrade ainda questionou Godofredo Filho, através de carta escrita em 08 de setembro de 1959[245], se não seria "útil incluir também no rol dos pontos urbanos merecedores de tombamento os largos das igrejas da Palma e da Saúde", que teriam visitado juntos. Como vemos, ainda que antes tenha se mostrado reticente quanto à idéia de tombar conjuntos urbanos da Salvador colonial pelas razões já expostas, Rodrigo Melo Franco de Andrade, quando se deu por convencido da necessidade e possibilidade de realizar tal tombamento, diante dos argumentos movidos por Godofredo Filho assessorado por sua equipe e pela intelectualidade baiana, e após ter acompanhado-os em visita aos mais antigos conjuntos urbanos da cidade, ainda sugeriu ele próprio a inclusão de mais dois trechos aos que já constavam no processo.

A deliberação final do Processo nº 464-T-52 aconteceu na *27º Sessão Ordinária do Conselho Consultivo*, realizada em 12 de maio de 1959, onde por decisão unânime foram tombados os seguintes conjuntos:

- o trecho entre os distritos da *Sé* e do *Passo*, conhecido como *Pelourinho* ou *Centro Histórico de Salvador* (1);
- a região da *Conceição da Praia*, na *Cidade-Baixa* (2);
- trechos dos *Mares* e da *Penha*, incluindo o *Bonfim*, também na *Cidade-Baixa* (3 e 4);
- o *Outeiro de Santo Antônio da Barra* (5);
- o *Largo da Palma* (6);
- o *Largo da Saúde* (7);
- o trecho entre as praias do *Chega Nego* e *Piatã*, da *Avenida Otávio Mangabeira*, na orla de Salvador (8);
- e a região do *Dique do Tororó*, com o conjuntos urbanísticos, florestais e vales que o circundam (9).

[245] Ct. RMFA p/GRFF – 08/09/1959. Integra o Processo 464-T-52, localizado no Arquivo Central IPHAN/RJ.

Os seguintes esquemas integram o primeiro volume do Processo de Tombamento 0464-T-1952 e identificam os quatro primeiros conjuntos dos nove listados, sendo o primeiro aquele se refere à região que corresponde ao chamado *Centro Histórico de Salvador*, na ocasião circunscrito entre o *Terreiro de Jesus* e o *Largo de Santo Antônio*, ou *Praça Barão do Triunfo*, alcançando já, além do *Largo do Pelourinho*, toda a região do *Carmo*, *Passo*, *Boqueirão* e *Santo Antônio*:



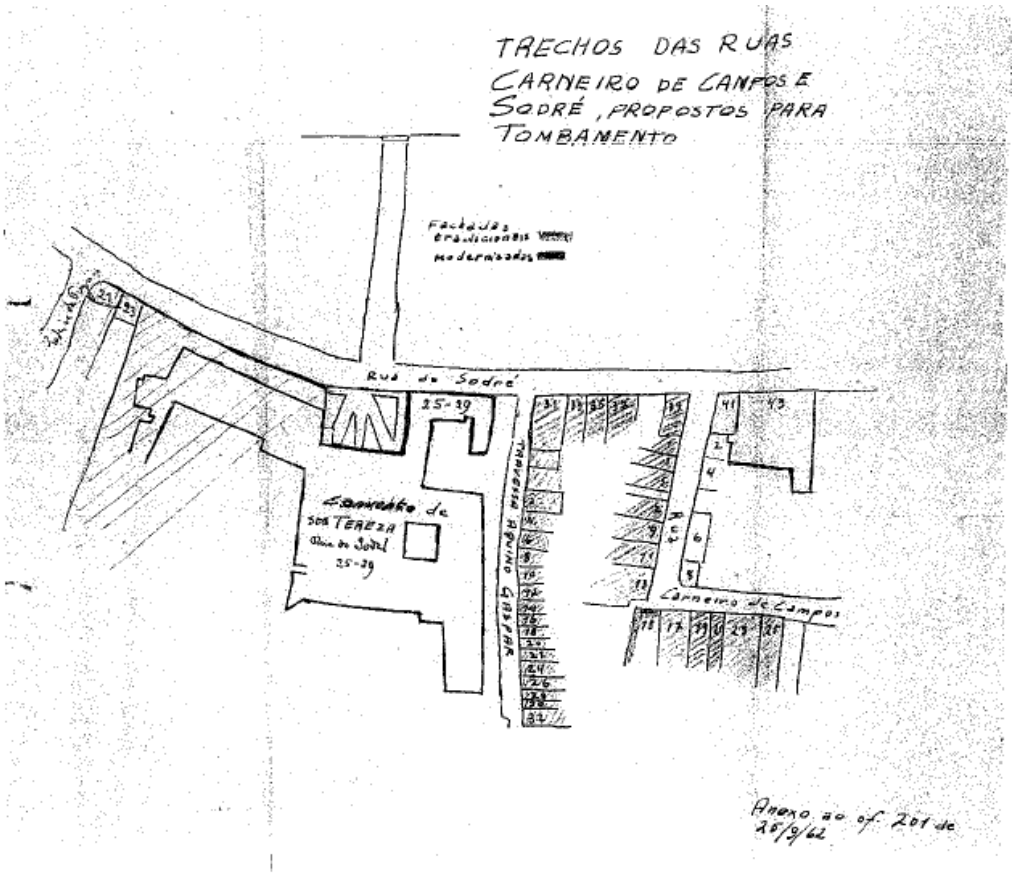
Rodrigo avisou Godofredo sobre esse resultado em 20 de maio de 1959, através de telegrama e, dois dias depois, por meio de outro telegrama, solicitou informar com urgência seu parecer sobre a conveniência de incluir mais um trecho de edificações, paralelas à lateral direita do *Convento de Santa Tereza*. Godofredo manifestou concordância através de telegrama enviado em resposta no dia 27 de maio[246].

O tombamento foi destaque na Bahia e Godofredo Filho fez declarações a respeito nos principais periódicos da imprensa, como ao *Diário de Notícias*, em 08 de julho, ao *Jornal da Bahia* e ao Jornal *A Tarde*, em 09 de julho. Odorico Tavares também fez alusão ao feito,

[246] Tlgs. RMFA p/GRFF – 20/05/1959, 22/05/1959; Tlg. GRFF /RMFA – 27/05/1959. Integram Processo nº 464-T-52, localizado no Arquivo Central IPHAN/RJ.

através da crônica "A face da cidade", publicada no *Diário de Notícias* de 10 de julho, e em 14 de julho de 1959 a *Assembleia Legislativa da Bahia* aprovou moção de louvor à resolução[247].

Os nove conjuntos listados no Processo 0464-T-1952 não foram inscritos nem no *Livro de Tombo das Belas Artes*, nem no *Histórico*, como foi cogitado inicialmente, e sim no *Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*, conforme determinação feita por Rodrigo Melo Franco de Andrade a Carlos Drummond de Andrade em 14 de julho de 1959, considerando seu valor "paisagístico". Para tombamento do casario que ladeia o *Convento de Santa Tereza* foi aberto o Processo 0648-T-62, concluído em 1964 com inscrição também no *Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*[248]. O seguinte esquema, que identifica mais este conjunto, integra o referido processo:



[247] Recortes integram Processo nº 464-T-52, localizado no Arquivo Central IPHAN/RJ.

[248] Dos conjuntos urbanos protegidos anteriormente, além das cidades mineiras tombadas em 1938 (Diamantina, Mariana, Ouro Preto, São João del Rei, Serro e Tiradentes) temos: o conjunto arquitetônico e urbanístico da aldeia de Carapicuíba-SP, incluso no *Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*, em 1940; Congonhas-MG, inclusa no *Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*, em 1941; Alcântara-MA, inscrita no *Livro de Tombo Histórico* em 1948; conjuntos arquitetônicos, urbanisticos e paisagísticos da cidade de Goiás-GO, inclusos no *Livro de Tombo de Belas Artes*, em 1951; Vassouras-RJ, inscrita no *Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*, em 1957; e Paraty-RJ, inscrita no *Livro de Tombo de Belas Artes* e no *Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*, em 1958.

Até se chegar a essa conquista, muitas modificações, pautadas em planos de modernização da *Prefeitura de Salvador,* chegaram a ser empreendidas entre a *Praça da Sé* e o *Largo de São Bento*, com várias demolições, abertura e alargamento de vias e construção de edifícios modernos. E com a expansão da cidade e surgimento de novos bairros residenciais mais adaptados às novas condições de conforto e circulação da modernidade, também foi acontecendo gradativamente uma modificação no perfil dos moradores e usuários da região conhecida como "Maciel", entre o *Conjunto Franciscano* e o *Largo do Pelourinho*, que passou a constituir uma espécie de "gueto urbano", o chamado "baixo meretrício" da cidade.

Além disso, após o tombamento não houve grandes modificações por parte do *Patrimônio* no que se refere às intervenções restaurativas, elas continuaram direcionadas apenas aos grandes monumentos religiosos, civis e militares. Mesmo tombada a velha Salvador continuou sendo tratada pela direção-geral do *Patrimônio* sob aquela perspectiva que significando-a como "cópia" de Portugal a colocava numa posição secundária dentro do quadro construído do patrimônio nacional.

Quase uma década após o ato é que começaria a ser estruturada uma prática voltada à preservação do casario colonial tombado, cada vez mais atingido por incêndios e desmoronamentos, fruto da avaliação realizada sobre a cidade pelo perito da UNESCO Michel Parent em 1967, após missão de visita técnica aos principais sítios históricos do Brasil, realizada mediante solicitação de apoio da organização internacional por Rodrigo Melo Franco de Andrade, para definição de estratégias voltadas a conter o processo de degradação que atingia a maioria dos conjuntos urbanos coloniais tombados no Brasil[249].

Como frisamos anteriormente, consideramos a relevância de também dispor uma análise da parte deste documento em que Michel Parent trata da cidade do Salvador, devido a importância que teve na promoção da perspectiva que identifica a cidade com a origem da nacionalidade, da arte e da arquitetura brasileira e na introdução de ações destinadas a preservação do seu mais antigo conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico colonial.

[249] Há mais informações a respeito no estudo elaborado por Maria das Graças Palacios (2009).



Largo do Pelourinho. Pinheiro, 1941.
Acervo: Superintendência do IPHAN na Bahia.



Vista das Torres do *Conjunto do Carmo* e da *Igreja do Passo* a partir do *Largo do Pelourinho*.
Autor e data não identificados. Acervo: Superintendência do IPHAN na Bahia.

3.2. Michel Parent e a UNESCO na Bahia: o reconhecimento do casario colonial de Salvador

Paralelamente ao projeto preservacionista, o *Estado Novo* e demais sistemas de governo que se seguiram, também investiram fortemente no ideal de modernização, urbanização e industrialização do Brasil que modificaria substancialmente as aspirações da sociedade, especialmente nas capitais, e contribuiria para tornar cada vez mais difícil a preservação dos mais antigos acervos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos, fosse pelas reformas, abandono ou destruição. Assim, apesar da transformação que foi sendo operada sobre o critério inicial de atuação do *Patrimônio*, diante das manifestações da intelectualidade brasileira em favor da proteção não apenas de monumentos, mas também de conjuntos arquitetônicos nas mais antigas cidades e capitais do país, as dificuldades para preservar os acervos eram crescentes, o que levou Rodrigo Melo Franco de Andrade, em seu último ano à frente da Instituição, a solicitar assessoria técnica da UNESCO para identificação de meios possíveis de salvaguarda. Foi atendendo a essa solicitação que a UNESCO enviou ao Brasil, naquele mesmo ano de 1967, o perito Michel Parent, inspetor principal dos monumentos históricos do *Ministério da Cultura* francês (SIMAS FILHO, 1969, p. 14; ZANIRATO, 2007, p. 37).

O relatório preliminar elaborado por Michel Parent, após visitas em missão oficial a vários dos mais antigos conjuntos urbanos do Brasil[250], terminou por traçar uma perspectiva a respeito do patrimônio histórico e artístico brasileiro distinta daquela centrada nos conjuntos coloniais mineiros, construída pelos intelectuais dessa região que fundaram o *Patrimônio* em 1937, ao identificar a cidade de Salvador como: "única em todo continente americano"; "o mais precioso conjunto arquitetônico brasileiro"; "primeira cidade das artes do Brasil"; e "uma das mais surpreendentes do mundo".

Podemos verificar a forma como essas caracterizações foram traçadas pelo perito a partir da reprodução dos trechos do relatório onde analisou Salvador. Na primeira parte do

[250] Américo Simas Filho (1969, p. 62) registrou que "por iniciativa do Governo Federal, através da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico nacional", as visitas técnicas de Michel Parent ao Brasil aconteceram em duas etapas, sendo a primeira entre 24 de novembro de 1966 e 8 de janeiro de 1967, e a segunda entre 19 de abril a 1.º de junho de 1967. Após a visita de Michel Parent outros peritos passaram a vir ao Brasil, assessorar a elaboração de planos de preversação de sítios urbanos tombados. Para mais informações sobre Michel Parent e as *Missões da UNESCO no Brasil*, ver: Claudia Leal (2008; 2009); Maria das Graças Palacios (2009); e Analucia Thompson (2010).

estudo, ao tratar da arquitetura antiga a preservar no Brasil, procurou ressaltar a importância da arquitetura colonial da cidade ao registrar (PARENT [1967] 2008, p. 49-50):

> Mas é principalmente a arquitetura urbana que se desenvolveu na época colonial que faz ainda de Salvador (Bahia) uma das mais surpreendentes cidades de arte do mundo. Quer se trate de uma simples casa térrea encontrada nas cidades pequenas ou de um sobrado de alguns andares, a casa urbana tem também, no Brasil, características específicas derivadas da arquitetura portuguesa e das condições particulares da vida no Brasil colonial. Os contrastes de cores têm um papel de destaque. [...] Assim apresentam-se as centenas de casas antigas coladas umas às outras nos antigos bairros de Salvador, pontuados por igrejas barrocas, da mesma maneira que em tantos outros conjuntos em Belém, São Luís e, especialmente, Ouro Preto. [...] Esses mesmos bairros desapareceram totalmente em São Paulo; alguns exemplares subsistem apenas no Rio e em Recife. Mas, em Salvador e nas cidades de menor porte, eles constituem, com as igrejas barrocas, - das quais são, aliás, a moldura –, a riqueza cultural do Brasil antigo, ao mesmo tempo a mais evidente e ameaçada.

Na segunda parte do estudo, em que analisou mais detalhadamente cada região, estado e cidade visitados, teceu mais comentários sobre a arquitetura colonial de Salvador no tópico que se constituiu na referência primordial para todas as políticas e medidas implementadas a partir do final dos anos de 1960 para preservação do seu antigo centro, sobre as quais trataremos em seguida. Escreveu ele sobre a cidade (PARENT [1967] 2008, p. 88):

> Salvador, a capital do Estado da Bahia, conhecida no exterior por este nome, é a primeira cidade de arte do Brasil. Erguida sobre dois patamares de um promontório rochoso, Salvador conheceu uma era de grande riqueza no século XVIII, no centro da área de produção da cana-de-açúcar. Principal porto de ligação com Portugal para a exportação de açúcar e com a África, para a importação de escravos negros, Salvador foi fundada pelo governador-geral Tomé de Souza para ser a sede da administração do Brasil, assim permanecendo por mais de dois séculos. No final do século XVIII, no momento em que Salvador começa a declinar, ela é uma cidade de arte comparável a Toledo; cem igrejas erguem-se em suas praças, ruas e ruelas que serpenteiam ao longo de um relevo acidentado que oferece ao visitante uma contínua renovação de planos, vistas e acessos.

Michel Parent seguiu lamentando "A destruição em curso do mais precioso conjunto arquitetônico brasileiro", com as seguintes palavras (PARENT [1967] 2008, p. 88):

> Há apenas trinta anos, esta cidade única em todo continente americano, atingida por uma lenta e inexorável decadência, ainda estava arquitetonicamente intacta. Hoje, de alguns pontos altos da cidade velha, pode-se ainda dominar o ondulado contínuo das coberturas antigas de telhas romanas, acima da qual despontam as torres e as fachadas das igrejas. Mas cerca de 30 blocos de concreto – é longe dali que se devem procurar as obras significativas da escola de arquitetura moderna – já descaracterizam esse imenso conjunto. A destruição sistemática da antiga Salvador começou. Onde ela irá parar?

E passou a traçar os "Meios para Salvaguarda", uma série de ações que deveriam ser priorizadas pelo poder público brasileiro para restaurar o "Pelourinho", através da criação de

uma “fundação pública”, e transformar a “vocação econômica” dos antigos bairros de Salvador com base na expansão do “turismo internacional”.

Seu posicionamento terminou por colocar a cidade de Salvador em destaque no cenário nacional e favorecer a destinação de mais atenção e recursos públicos, dos governos federal, estadual e municipal voltados para salvaguarda do seu centro original. Várias medidas passaram a ser adotadas pelas três esferas do poder público, visando à recuperação socioeconômica e física da área definida como *Centro Histórico de Salvador*.



Rua Alfredo Brito, que dá acesso ao *Largo do Pelourinh*o a partir da antiga *Faculdade de Medicina*, no *Terreiro de Jesus*, vendo-se ao fundo uma das torres da *Igreja do Rosário dos Pretos*.
Pinheiro, década de 1940. Acervo: Superintendência do IPHAN na Bahia.

Logo após a divulgação do relatório, a direção-geral do *Patrimônio* providenciou para que fosse realizado pelo arquiteto Paulo Thedim Barreto o levantamento cadastral das casas voltadas para a *Praça José de Alencar*, mais conhecida como *Largo do Pelourinho*, considerada a que melhor preservava as características coloniais da cidade. Enquanto isso, em colaboração com o *Patrimônio*, Antônio Carlos Magalhães[251], como prefeito de Salvador, confiou ao antropólogo Vivaldo da Costa Lima a tarefa de realizar, através da *Superintendência de Turismo*, um levantamento socioeconômico da região (SIMAS FILHO, 1969, p. 16; PALACIOS, 2009, p. 71) [252].

Em 13 de setembro de 1967, foi criada pelo governador Luiz Viana Filho a *Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – FPAC*[253], sendo o próprio Vivaldo da Costa Lima empossado seu primeiro diretor. A intenção de criar esta fundação para zelar pelo patrimônio da Bahia, principalmente do antigo centro da cidade de Salvador, foi expressa pelas autoridades baianas a Michel Parent quando da sua estadia na cidade e ele a mencionou em seu relatório (PARENT [1967] 2008, p. 94). Vale ressaltar a participação de Godofredo Filho e Diógenes Rebouças na primeira reunião da *Comissão Executiva* da *Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia* (FPAC, 1979, p. 35).

[251] Antônio Carlos Magalhães, figura importante no cenário político baiano, após deixar a prefeitura da cidade em 1970, a partir de 1971 cumpriu três mandatos como governador do estado da Bahia entre as décadas de 1970 e 1990. Nos primeiros dois mandatos, inspirado no plano piloto de Brasília, investiu na formação da uma nova centralidade moderna para a cidade de Salvador, criando um novo centro comercial e empresarial (cujos marcos inaugurais foram o *Shopping Iguatemi* e o *Centro Empresarial Iguatemi*), além do *Centro Administrativo da Bahia* (CAB) e do aeroporto, interligados por uma longa avenida conhecida como *Paralela*. No ultimo mandado, iniciado em 1991, reagindo à relação que estava sendo feita entre o projeto anterior e a desvalorização do antigo centro da cidade e do seu patrimônio tombado, tornou seu principal plano de governo aquele destinado a recuperar e tornar principal atrativo turístico do estado da Bahia, o *Centro Histórico de Salvador*. ACM, como era conhecido, circulava pelo *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, do qual o pai era membro, desde a juventude e também se tornou sócio, fato que certamente contribuiu para que busca-se com todo empenho reproduzir também a imagem da Bahia como berço da nação.

[252] Segundo Maria das Graças Palacios (2009, p. 67), também foi em 1967 que a *Praça da Sé* foi transformada em terminal de ônibus e algumas linhas passaram a circular pela região do "baixo meretrício do Maciel", o que gerou reação por parte dos usuários que ficavam chocados com cenas degradantes ali presenciadas.

[253] A *Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia* (FPAC) foi criada pela Lei Estadual 2.464, de 13 de setembro de 1967, e regulamentada pelo Decreto Estadual 20.530, de 03 de janeiro de 1968, ficando subordinada à *Secretaria da Educação e Cultura* da Bahia, conduzida por Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito, e a seu *Departamento de Educação Superior e da Cultura*, dirigido por Luiz Henrique Dias Tavares. Ocupava dois pequenos imóveis alugados da Rua Padre Vieira. Pela Lei Estadual nº 12, de 30 de dezembro de 1980, a FPAC foi transformada numa autarquia, denominada *Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia* (IPAC), vinculada à *Secretaria da Cultura e Turismo* e, no ano seguinte passou a funcionar no *Solar do Ferrão*, restaurado com recursos do *Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste* (PCH). Entre os anos de 2007 e 2009, a sede do IPAC foi mais uma vez transferida para imóveis recuperados pelo *Programa Monumenta*, localizados na Rua 28 de Setembro, para que o Solar Ferrão fosse inteiramente ocupado por equipamentos culturais.

Em fevereiro de 1968 um incêndio destruiu quase completamente o *Paço do Saldanha*, considerado um dos mais importantes monumentos da cidade, causando grande comoção àqueles que estavam lutando pela preservação do antigo centro de Salvador. Em face da tragédia, no dia 10 de maio de 1968, a UNESCO firmou o compromisso de enviar cinco peritos para a elaboração do projeto de recuperação do *Pelourinho* e delineamento de uma política de turismo para a área. Além disso, vários estudiosos se concentraram em estudar as condições da região, no intuito de colaborar com a criação de um plano estratégico para restaurar o conjunto arquitetônico, salvaguardar bens móveis, incentivar as manifestações artísticas da população e promover seu desenvolvimento, redefinindo sua função na cidade (FPAC, 1977, p. 6-8).

Segundo Américo Simas Filho (1969, p. 14) estudos dessa dimensão ainda não haviam sido empreendidos pelo *Patrimônio*, sendo de menor amplitude os projetos elaborados para Ouro Preto, Alcântara e Parati. Também de acordo com Simas Filho (1969, p. 21), a Organização dos Estados Americanos (OEA) demonstrou interesse pelos estudos e, em outubro de 1968, assistiu à primeira apresentação pública do *Plano Geral de Recuperação da Área do Pelourinho na Cidade do Salvador*, primeiro documento orientador das ações voltadas para salvaguarda do centro tombado de Salvador, elaborado numa ação colaborativa que envolveu profissionais e pesquisadores: da *Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (DPHAN); da *Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia* (FPAC); da *Prefeitura de Salvador*; e da *Universidade Federal da Bahia* (UFBA)[254].

No primeiro item desse plano foi definida a estrutura jurídica e administrativa da *Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia* (FPAC) e identificada como razão da sua criação a "estabilização, restauração e aproveitamento condigno dos bens imóveis e móveis de interesse artístico e histórico" localizados no estado, mediante orientação técnica e fiscalização da DPHAN. Para cumprimento dessa finalidade, previa-se a criação pela Fundação de: escolas de belas artes gratuitas para educação do povo, mediante inscrição dos interessados; conferências; salas de exposição; museu; cinema; teatro; biblioteca especializada em história e tradições da Bahia; acomodações para artistas e estudantes; hotéis para turistas; centro de informações para turistas; livrarias; mercado de artes plásticas; lojas e tendas de artesanato (FPAC, 1970, p. 1-2).

[254] Através da *Faculdade de Arquitetura*, da *Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas*, do *Centro de Estudos da Arquitetura da Bahia* (CEAB) e do *Centro de Estudos Afro-orientais* (CEAO).

Segundo Américo Simas Filho, a elaboração do segundo item do plano, uma "Síntese das Idéias Básicas de Recuperação da Área do Pelourinho", coube a Godofredo Filho, e este, em tom poético, revelou toda a sua satisfação em relação à leitura feita por Michel Parent a respeito da velha Salvador, deixando transparecer que, embora sua posição demandasse respeito à perspectiva formulada pela direção-geral do *Patrimônio* em relação às origens históricas e artísticas da nacionalidade, dela não se via plenamente convencido. Primeiro, de modo muito similar ao usado por Rodrigo Melo Franco de Andrade para destacar a importância artística de Ouro Preto, assim ele se referiu à *Cidade da Bahia* (FPAC, 1970, p. 5-6):

> Dir-se-ia que o prestígio do passado é ainda onipresente naquelas ruas estreitas, praças, becos tortuosos, cuja decadência e cicatrizes a luz do sol aviva [...]. Assim, os testemunhos de sua importância econômica e beleza específica deram-nos todos êles desde o remoto século XVI ao presente [...] Pois foi, exatamente, essa fidelidade da Bahia às formas densas, ao imperativo da majestade e da ordem, que lhe assegurou, sobre outras cidades do Brasil, uma preeminência artística inconfundível. A sátira de seus poetas, a oratória sacra de seus padres, dos quais o maior na palavra – Antonio Vieira – aqui educou desde menino e viveu a maior parte de seus anos, as sedes do governo e do arcebispado primaz – ao par de uma considerável riqueza advinda do açúcar e do comércio da metrópole e com a Índia, tudo concorreu, em escala oscilatória porém válida, para emprestar-lhe essa figuração que tem resistido ao tempo e a tôdas as formas corrosivas do moderno.

Em seguida, louvou a avaliação feita por Michel Parent sobre o significado da cidade no contexto nacional, afirmando(FPAC, 1970, p. 7):

> Andou certo quem recentemente chamou a Bahia, e nisso insistir-se-á adiante, de "a primeira cidade de arte do brasil" (v. BRÉSIL – Protection et mise em valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique – 1966-1967 – Par M. Parent – UNESCO). Ela o foi, sem dúvida, só comparável no século XVIII a Toledo, segundo o referido especialista. E continua a ser, ainda hoje, em que pesem as mutilações e profanações que tem sofrido, o mais acabado exemplo de cidade brasileira do passado, preservada num conjunto plástico de validez artística e histórica que garante unicidade no contexto urbanístico americano. Daí, o apelo quase dramático que ora é feito no sentido de impedir que desapareça esse acervo monumental, condenado a perecer, ou por óbvias razões de inexorável decadência financeira de seus atuais ocupantes, ou pelos perigos a que estêve exposto por uma política municipal alienada, que permitiu, com a degradação sócio-econômica daquela área, reformas de prédios e quiçá novas construções sem os estudos preliminares e cuidados técnicos indispensáveis.

Ainda no segundo item foram estabelecidos como objetivos básicos do plano: recuperar e valorizar "cada uma das unidades arquitetônicas do conjunto, segundo sua ordem de importância específica e eventuais conveniências de execução dos serviços"; promover o agenciamento das ruas e praças integrantes do conjunto, sem prejuízo da vida orgânica da cidade, antes contemplando-a", recuperando o aspecto tradicional dos logradouros e beneficiando-os com "novas atividades condizentes com seu estado de recuperação"; e levar

em conta as características sócio-econômicas locais, assim como os problemas que sobre este aspecto necessitavam de soluções específicas e adequadas, considerando-se as populações fixas e flutuantes daquela zona "elemento indispensável à preservação" do patrimônio que se pretendia valorizar (FPAC, 1970, p. 9-10).

No terceiro e no quarto itens: foi delimitada a zona de cobertura do plano, compondo seus limites a *Praça da Sé* e a *Ladeira do Boqueirão*; foram estabelecidos os critérios gerais relativos a elaboração de projetos de obras, baseados nas recomendações do relatório de Michel Parent e nos princípios da *Carta de Veneza de 1964* e das *Normas de Quito de 1967*; foi definido como piloto o *Projeto Pelourinho,* relativo à área considerada prioritária, o *Largo do Pelourinho* e as ruas de acesso a ele a partir do *Cruzeiro de São Francisco* e do *Terreiro de Jesus*, por ser considerada a que melhor preservava as características coloniais da cidade.

Com base ainda numa recomendação das *Normas de Quito de 1967* é que o plano foi divido em três etapas para execução sucessiva de obras: a primeira relativa à área do *Cruzeiro de São Francisco* e *Terreiro de Jesus,* mais as ruas *Francisco Barreto, Inácio Acioli* e *Frei Vicente*; a segunda relativa aos demais quarteirões de acesso ao *Largo do Pelourinho* a partir do *Terreiro de Jesus* e às áreas do *Carmo* e do *Passo*; e a terceira relativa à área entre o *Largo do Carmo* e a *Ladeira do Boqueirão* (FPAC, 1970, p. 21).

O seguinte esquema que integra o *Plano Geral de Recuperação da Área do Pelourinho na Cidade do Salvador* mostra as áreas que seriam atingidas pelas obras de restauração e demais ações em cada uma das três etapas definidas, além dos limites da zona considerada de interesse na ocasião, com a *Praça da Sé* num extremo e a *Ladeira do Boqueirão* no outro:


RUA GUSTAVO DE MELO
RUA DO CARMO
RUA DO CARMO
RUA LUIZ VIANA
RUA RIBEIRO DOS SANTOS
PRAÇA JOSÉ DE ALENCAR
RUA GREGORIO DE MATTOS
RUA JOÃO DE DEUS
RUA ALFREDO BRITO
PRAÇA 15 DE NOVEMBRO
PRAÇA DA SÉ
CATEDRAL
RUA 7 DE SETEMBRO
RUA DA MISERICÓRDIA
ETAPAS DO PROJETO
I ETAPA
II ETAPA
III ETAPA
PROPOSIÇÕES ADICIONAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
CENTRO DE ESTUDOS DA ARQUITETURA NA BAHIA
TRECHO DA CIDADE DO SALVADOR
PROJETO PELOURINHO
CEAB
02
VISTO
DATA
7/II/1969
ARQUIVO
DESENHO
R.G. MAGALHÃES
ESCALA
1:2.000

Na descrição de obras e serviços necessários apresentada no quarto item do plano, foram identificadas as formas de participação das três instâncias de governo, e de suas agências. Assim, caberia à *Prefeitura Municipal de Salvador* as obras de saneamento e repavimentação, a ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e de telefonia ficariam a cargo do *Governo do Estado da Bahia*, e a reforma e ampliação do sistema de distribuição de energia e iluminação pública, caberiam à subsidiária local da ELETROBRÁS, entidade do *Ministério das Minas e Energia*. A direção do *Patrimônio* indicou sua participação no plano com um programa de obras que contemplaria nove conjuntos católicos – das ordens de *São Pedro dos Clérigos*, *São Domingos*, *São Francisco*, *Rosário*, *Passo* e *Carmo* – e nove edificações civis – dentre as quais o *Solar Ferrão* e a *Casa das Sete Mortes* (FPAC, 1970, p. 24-27).

O documento também fez referência ao tratamento que deveria ser dado aos antigos quintais visando "melhoria das condições de confôrto dos ambientes". Nesse caso, a orientação formulada foi para que fossem constituídas (FPAC, 1970, p. 25):

> [...] áreas livres no interior das quadras, pela demolição de apêndices, dependências, excrescências da caixa murária, muros, etc., a fim de possibilitar acessos livres coletivos, oportunidades de criação de áreas ajardinadas intimistas e implementação mais conveniente de serviços e instalações higiênicas – água e esgotos.

Visando atender às diretrizes desse plano, ainda em 1968, a *Prefeitura de Salvador* e *Governo do Estado da Bahia* começaram, sob a coordenação do arquiteto Fernando Machado Leal, de volta à Bahia certamente por indicação de Rodrigo e Godofredo, a executar obras de saneamento, substituição da rede elétrica e de telefonia aérea pela subterrânea, calçamento, iluminação, substituição de letreiros publicitários e suspensão do tráfego de veículos pesados. Nesse mesmo ano a UNESCO enviou em missão a Salvador o perito Graeme Shankland, para verificar os estudos, planos de trabalho e ações em andamento, e ele apresentou seu relatório recomendando: criação de uma coordenação dos programas de trabalho; expansão de recursos financeiros para a restauração do casario; eliminação do tráfego de veículos no *Pelourinho*; elaboração de plano para contenção de encostas que limitavam a área tombada; que se evitasse ação policial repressiva; e que fosse criado um teatro experimental e outras atividades para promover a sustentabilidade da comunidade local com projetos voltados para o terceiro setor, valorizando as manifestações culturais originais (FPAC, 1979, p. 13-14).

Em 1969, novas missões de assessoria da UNESCO e da *Organização dos Estados Americanos* (OEA) visitaram a cidade e sugeriram que os trabalhos de infraestrutura no sítio histórico fossem realizados com recursos do próprio país. Propuseram também a divisão da

área em quarteirões e o estudo global de um quarteirão como unidade piloto (FPAC, 1979, p. 36). Enquanto isso, a FPAC já começava a restaurar alguns imóveis do *Largo do Pelourinho,* com recursos estaduais, e ampliava-se o mapeamento e cadastramento das fachadas dos imóveis localizados ali e nas ruas adjacentes, iniciados através de convênio entre a DPHAN, a FPAC, e o CEAB/UFBA.

Em abril de 1970, o *Plano Geral de Recuperação da Área do Pelourinho na Cidade do Salvador* foi apresentado à *Reunião de Brasília sôbre a conservação do patrimônio histórico e artístico nacional* (FPAC, 1970). Nesse mesmo ano o arquiteto mexicano Flores Marini[255] publicou relatório produzido a partir de duas visitas realizadas ao antigo centro de Salvador, recomendando que fossem evitados *fachadismo* e *cenografia* no *Pelourinho,* que os proprietários fossem incentivados a recuperar os imóveis, e que o *Solar do Ferrão* fosse alvo prioritário das obras de restauração. E o arquiteto modernista português Viana de Lima, que havia visitado a cidade algumas vezes, também encaminhou relatório de avaliação à UNESCO, considerando igualmente como prioridade a restauração do imponente *Solar do Ferrão*.

As recomendações feitas por Michel Parent e outros especialistas que estiveram em Salvador entre 1968 e 1970, visando à preservação do seu acervo colonial, e as diretrizes estabelecidas no plano elaborado no final da década de 1960, definiram as bases do modelo de preservação que foi sendo desenvolvido em Salvador, com investimentos públicos federais, estaduais e municipais[256]. Além disso, a análise feita por Michel Parent sobre o significado da cidade do Salvador no contexto brasileiro contribuiu decisivamente para fortalecimento da perspectiva histórica que identifica a cidade com as origens do Brasil e da sua cultura[257].

[255] Carlos Flores Marini fez parte do comitê de redação da *Carta de Veneza de 1964,* e desenvolveu diversos trabalhos em sítios históricos da América Latina. Em 2011 ele foi condecorado pela UNESCO membro de honra do ICOMOS.

[256] Para mais informações sobre as transformações urbanas que contribuíram para o arruinamento do casario colonial de Salvador, e sobre os outros planos, programas e projetos criados para restauração dos imóveis, ver: IPHAN (1973); FPAC (1970; 1974; 1976; 1977; 1979); PMS (1977; 1985); Salvador (1977); IPAC (1984; 1991); Edmilson Carvalho (1988); Roberto Azevedo (1994); Marco Aurélio Gomes (1995); Florence Heber, Suzana Moura e Tânia Fischer (1996); Márcia Sant'Anna (1995, 2003, 2004); Lia Motta (2000; 2003); José Alberto Fernandes e Pedro de Almeida (2002); Lysie dos Reis (2004); Ana Fernandes (2006); Mônica de Menezes Santos (2006); Sílvia Helena Zanirato (2007); Adriana Castro ([1994] 2009); Paula Marques Braga (2008); Wilson Ribeiro dos Santos Junior e Paula Marques Braga e (2009); Laila Mourad (2011); Laila Mourad e Thaís Rebouças (2012); e Thais Rebouças (2012).

[257] Quando da inclusão do conjunto colonial de Salvador nas candidaturas brasileiras para integrar a *Lista do Patrimônio da Humanidade*, instituída a partir da *Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural da UNESCO,* de 1972, o perito Michel Parent foi novamente contatado para analisar a



Despedida de Godofredo Filho na *Casa dos Sete Candeeiros* (1974).
Fotografia cedida por Eduardo Furtado de Simas.

proposta e solicitou a extensão do tombamento realizado em 1959. Foi aberto então o Processo 1093-T-83, visando a rerratificação do tombamento. Também foi Pedro Calmon a mais uma vez ser constituído relator junto ao *Conselho Consultivo*, quando da avaliação final desse processo, concluído em 1984. O então denominado *Centro Histórico de Salvador* passou a integrar a lista da UNESCO em 1985.

Considerações Finais

Concluído o processo de pesquisa que culminou na elaboração dessa dissertação, apesar de considerar que ainda há muito a amadurecer a respeito do tema tratado, que ainda há diversos detalhes a descobrir em outras fontes documentais preservadas nos arquivos do IPHAN, fica a satisfação de ter conseguido recuperar e reunir informações capazes de suscitar uma reflexão maior sobre essa face da realidade institucional tão complexa, mas ainda pouco estudada.

Com certeza, meus estudos sobre a atuação do IPHAN no estado da Bahia e sobre o preservacionismo no Brasil não devem parar por aqui. Continuarei a me debruçar sobre os velhos papeis do *Patrimônio* enquanto estiver compondo seu quadro técnico e seguirei procurando alinhar os processos de avaliação e tomadas de decisão em que for inserida com a razão preservacionista e com as concepções que embasaram a composição das leis e normas aplicadas no Brasil em relação a este campo.

Também torço para que, cada vez mais, outros pesquisadores se interessem em vasculhar e interpretar a imensidão de documentos preservados nos arquivos do IPHAN e para que os resultados dos estudos relativos ao desenvolvimento do campo do patrimônio no Brasil sejam colocados à serviço da formação de novas gerações de cientistas e profissionais dos campos disciplinares relacionados, pois entendo que o conhecimento e respeito a essa trajetória e às razões que levaram à composição do "patrimônio nacional", podem nos levar a evitar incorrer em erros de julgamento na análise das demandas relativas aos bens protegidos e na elaboração de novos programas, planos e projetos de cunho preservacionista.

Nesse estudo específico, procuramos demonstrar a participação da intelectualidade baiana na gênese do preservacionismo moderrno brasileiro, retomar os conflitos ideológicos e de interesses que foram sendo evidenciados nas primeiras práticas do *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (SPHAN) criado no final da década de 1930, diante da maneira como os acervos coloniais da Bahia foram significados por sua direção-geral, e revelar como as estratégias adotadas para inclusão desses acervos no "patrimônio nacional" acabaram pressionando a equipe da direção geral da instituição a rever seu posicionamento inicial sobre eles.

Recorrendo a antigas referências da historiografia do Brasil e da Bahia, expusemos as razões que impediram a reprodução da perspectiva de origem mineira da nacionalidade brasileira promovida na sede do *Patrimônio* pela intelectualidade baiana. Examinando a documentação relativa à atuação do *Patrimônio* no estado da Bahia entre as décadas de 1930 e

1950, especialmente as cartas trocadas por Rodrigo Melo Franco de Andrade e Godofredo Filho, conseguimos identificar a rede de relações formada em torno do interesse pela preservação não apenas das obras de arte e grandes monumentos da Bahia, mas também dos seus conjuntos urbanos coloniais. Também identificamos a primeira equipe de trabalho constituída na representação baiana do *Patrimônio* e a maneira como se dava o controle da sede sobre suas ações.

Ao proceder a análise da luta movida pela representação baiana do *Patrimônio* para defesa e preservação do acervo urbano da primeira cidade e capital colonial, foi possível apontar como se deu seu início e desenrolar, a partir de informações que não constam no Processo de Tombamento 0464-T-52. Além disso, foi destacada a influência de Michel Parent e da UNESCO para promoção da perspectiva que identifica os acervos baianos com a origem da cultura e da arte brasileiras e para incremento dos investimentos públicos destinados a preservação do mais antigo conjunto urbano colonial de Salvador.

As investidas da intelectualidade baiana pela preservação dos conjuntos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos de Salvador, assim como movimentos similares que eclodiram em outras regiões do país, forçaram o início de significativas mudanças nos critérios de seleção do "patrimônio nacional", impostos pela intelectualidade que constituiu a primeira e longa direção do *Patrimônio*. Mas não foi apenas esse movimento, em defesa do acervo colonial urbano de Salvador, a marcar a contribuição da representação baiana do *Patrimônio* na ampliação desses critérios. A ele se seguiram outros movimentos importantes, como aquele voltado para a preservação de espaços sagrados da cultura afro-brasileira, que também está relacionado à origem do movimento pela preservação do chamado "patrimônio imaterial"[258].

No entendimento da arquiteta baiana Márcia Sant'Anna, que participou na instrução de processos para tombamentos de terreiros de Candomblé na década de 1990, no movimento que resultou na promulgação do Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, e na organização

[258] Para mais informações sobre a política preservacionista brasileira no período subsequente àquele contemplado por esse estudo, ver: Renato Soeiro (1974); Pró-Memória (1980); Augusto Carlos da Silva Teles (1984); Sérgio Miceli (1984); Benedito Lima de Toledo (1984); Aloísio Magalhães (1984;1997); Marcos Vinicius Vilaça (1984); Glauco Campelo (1994; 1999); Maria Cecília Londres da Fonseca (1996; 2001; 2005; 2007); Francisco Weffort (1996); Antônio Luis Dias de Andrade (1997;2012); Fernando Fernandes da Silva (2000); Antônio Augusto Arantes (1996; 1987; 2001); Ana Lucia Meira (2004); Márcio Meira (2004); Ana Gita de Oliveira (2004; 2009); Patrícia Mariuzzo e Daniel Chiozzini (2005); Antônio Nogueira (2007); Zoy Anastassakis (2007); Cristina Carvalho (2007); Lia Calabre (2007; 2009); Márcia Chuva (2008); Márcia Sant'Anna (2008); Dora Ancântara (2009); Julia Wagner Pereira (2009); Cleisemery Costa (2009); Analucia Thompson (2009;2010); Roberto Sabino (2012); Leonardo Barci Castriota (2012); e Luiz Philippe Torelly (2012).

das primeiras ações federais voltadas para a proteção e promoção do "patrimônio imaterial" (2004, p. 43):

> O patrimônio cultural instituído pelo Estado é uma construção social que resulta sempre do embate de forças e dos consensos construídos a respeito do que deve ser destacado da massa de objetos e práticas existentes e preservado como parte integrande da história e da memória social. Essa produção social do patrimônio envolve operações de seleção, de proteção, de conservação e de promoção que, ao mobilizarem e produzirem saberes e discursos, estabelecerem regras e desencadearem ações, dão a conhecer a "norma" que preside a prática de preservação num dado momento. [...] Dessas operações surgem os "quadros" que permitem ver o que se instituiu como patrimônio num dado período, a prática que essa noção ensejou e que estratégias e objetivos políticos e econômicos a comandaram.

Não podemos deixar de observar que, se foi havendo gradativamente uma significativa alteração em relação às concepções e critérios de seleção e tratamento de acervos de história e arte do Brasil institucionalmente impostos a partir do final da década de 1930, isso se deve em parte às lutas travadas para inserir ao "patrimônio nacional" aqueles acervos que não correspondiam com as concepções defendidas pelo grupo que encabeçou esse projeto preservacionista brasileiro e se manteve à sua frente até a década de 1960, e em parte à ampliação do conceito de patrimônio que também foi se dando no âmbito internacional. Toda essa experiência trouxe resultados extremamente positivos para o campo do patrimônio no Brasil.

Mas ao mesmo tempo precisamos ponderar sobre a necessidade de sempre nos reportamos à propria razão patrimonial perseguida ao longo do século XX, ao significado social, identitário, memorial e educativo que justificou a instauração de uma política federal, de instrumentos de proteção e de estratégias de preservação de acervos móveis, imóveis e imateriais como "patrimônio nacional", para não correrrmos o risco de na nossa prática preservacionista nos distanciarmos demasiadamente dessa razão. Afinal, conforme analisado por Mariza Veloso Motta Santos (2007), nos últimos tempos, com o incremento do "consumo cultural de massa", vem ocorrendo uma "profunda mercantilização da cultura", baseada na exaltação da ideia de que "o consumo cultural promove a distinção social", o que leva ao risco de que o patrimônio cultural, "com suas complexas redes de práticas e significados", seja reduzido a "uma mercadoria como outra qualquer", mero produto ou "fetiche".

Esse processo tem se tornado ainda mais preocupante na medida em que cada vez mais interfere no rumo da própria política nacional de preservação. Na avaliação de Lia Motta (2000, p. 260, 270), nos últimos anos o poder público:

> Aproveita-se das novas identidades que vêm sendo forjadas em sua relação com o mercado de consumo, tratando o patrimônio como uma mercadoria ou como um atrativo para o consumidor, aderindo aos valores que estão sendo ditados pelo

> capital especulativo [...]. O público-alvo não é aquele que tem os objetos como fonte de identidade e história. O objetivo é atingir um consumidor [...] que deve usar o bem cultural como uma atraente mercadoria ou como apoio ao consumo de outras mercadorias. Essa opção, além de não considerar o cidadão capaz de conhecer e de se reconhecer em sua própria história – como agente da preservação –, suprime e desloca funções e relações históricas sempre que necessário, em nome do consumo rápido e garantido.

Espero que esse estudo coopere também para essa reflexão de fundamental importância para continuidade da prática preservacionista no Brasil, pois precisamos avaliar se o patrimônio construído e a estrutura composta para zelar por ele terá condições de manter sua função social depois que tanto ele como os conceitos que fundamentam a prática preservacionista estiverem tão adaptados aos ditames do mercado que já não correspondam mais ao sentido memorial, identitário e educativo que constitui a razão preservacionista.

Referências Bibliográficas

ALCÂNTARA, Dora. Visões e experiências na área de patrimônio cultural. In: CALEBRE Lia (Org.). *Políticas Culturais: reflexões e ações*. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, Centro de Documentação e Referência Itaú Cultural - Observatório Itaú Cultural, 2009, p. 10-18. Disponível em: http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/itau_pdf/001513.pdf. Acesso em: 15 jul. 2013.

ALMEIDA, Eneida de. *O "construir no construído" na produção contemporânea: relações entre teoria e prática*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, USP, 2009. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-26042010-150955/pt-br.php. Acesso em: 20 ago. 2014.

ALVIM, Clara de Andrade. Rodrigo Melo Franco de Andrade, mau pai. In: *Revista Arquitextos – ano 13, out. 2012.* Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4526. Acesso em: 12 dez. 2012.

ANASTASSAKIS, Zoy. *Por que Brasília? O CNRC como um equivalente cultural da capital- federal brasileira.* Conferência apresentada na I International Conference of Young Urban Researchers – ISCTE, Lisboa, Portugal, 11 e 12 de junho de 2007. Disponível em: http://conferencias.iscte.pt/viewabstract.php?id=113&cf=3. Acesso em: 15 dez. 2012.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas.* São Paulo: Cia das Letras, 2ª ed., 2008.

ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Anexo ao Ofício nº 103/97-9ªCR/IPHAN/SP. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=415. Acesso em 23 jan. 2014.

_____. O discurso do sofá. In: *Revista Arquitextos – ano 13, out. 2012*. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4534. Acesso em 12 dez. 2012.

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. Diógenes Rebouças e o IPHAN: intervenções sobre o patrimônio edificado (1982-1990). In: IPHAN. *Anais da II Oficina de Pesquisa: Metodologia de Pesquisa e Multidisciplinaridade no IPHAN*. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN-DAF-COPEDOC, Série Patrimônio: práticas e reflexões, 2010, p. 461-479.

_____. Diógenes Rebouças: multiplicidade e diversidade na produção de um arquiteto baiano. In: *Fórum Patrimônio – vol. 4, nº 2, 2011*. Disponível em: http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/download/7/6. Acesso em: 21/06/2014.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos.* Reedição comentada, com organização de Maria Beatriz Setubal Resende da Silva. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012.

_____. *Discursos proferidos por ocasião da entrega do título de Doutor Honoris Causa Outorgado pela Universidade de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura,1961.

_____. *O Patrimônio Histórico e Artístico e a Missão da Universidade*. Salvador: Publicação da Universidade da Bahia, 1963.

_____. Programa. In: SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – nº 1*. Rio de janeiro: MEC/SPHAN, 1937, p. 3-4.

ARAGÃO, Egas Moniz Barreto de. Como julgam a Bahia. In: *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia*. Anno XVII, Vol. XVII, Num. 36, 1910. Bahia: LITHO-TYP. E ENC. REIS & C., 1911, p. 83-94.

ARANTES, Antônio Augusto. Documentos históricos, documentos de cultura. In: SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico nacional – nº 22*. Rio de Janeiro: MINC/SPHAN-FNPM, 1987, p. 48-55.

_____. Introdução – Cultura e cidadania. In: IPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – nº 24: Cidadania*. Brasília: MINC/IPHAN, 1996, p. 9-13.

_____. Patrimônio Imaterial e referências culturais. In: *Revista TB*. Rio de Janeiro: n. 147, out./dez. 2001, p. 129-139.

AZEVEDO, Roberto Marinho de. Será o novo Pelourinho um engano? In: IPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – nº 23: Cidade*. Brasília: MINC/IPHAN, 1994, p. 131-137.

BANDEIRA, Manuel. *Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – nº 02: Guia de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: MES/SPHAN, 1938.

BATISTA, Marta Rosseti (Org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Mário de Andrade – nº 30*. Brasília: MINC/IPHAN, 2002.

BOAVENTURA, Edivaldo M. Godofredo Filho, o feirense. In: IGHB. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – nº 99*. Salvador: IGHB, 2004, p. 131-134.

BOMENY, Helena. O patrimônio de Mário de Andrade. In: IPHAN. *A invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN, 1995, p. 11-25.

_____. Patrimônios da memória nacional. In: IBPC. *Ideólogos do Patrimônio Cultural*. Rio de janeiro: IBPC/DEPROM, Cadernos de Debates nº 1, 1991, p. 01-14.

BOSI, Vera. Participação e pesquisa na preservação do patrimônio cultural. In: SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico nacional – nº 22*. Rio de Janeiro: MINC/SPHAN-FNPM, 1987, p. 138-144.

BRAGA, Paula Marques. *Reabilitação Urbana no Centro Histórico de Salvador: patrimônio cultural, turismo e participação social*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas: PUC, 2008. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=458. Acesso em: 03 jun. 2013.

BRAGA, Vanuza Moreira. *Relíquia e exemplo, saudade e esperança: o SPHAN e a consagração de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7709/CPDOC2010VanuzaMoreiraBraga.pdf?sequence=1. Acesso em: 03 jun. 2013.

BRASIL, Marta Maria da Silva. *Edição de alguns poemas éditos e inéditos de Godofredo Filho*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10978/1/Marta%20Maria%20da%20Silva%20Brasil.pdf. Acesso em: 15 jul. 2013.

_____. *O vocabulário de Godofredo Filho*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8412/1/Marta%20Maria%20%20da%20Silva%20Brasil.pdf. Acesso em: 15 jul. 2013.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Robert Smith: um olhar inédito para linhas e entrelinhas do discurso visual. In: REIS FILHO, Nestor Goulart (Org.). *Robert Smith e o Brasil – Volume 1: Arquitetura e Urbanismo*. Brasília, DF: IPHAN, 2012, p. 27.

CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas*. Trabalho apresentado no III ENECULT – Faculdade de Comunicação/UFBA, 23 a 25 de maio de 2007, Salvador, Bahia, Brasil. Disponível em: http://www.gestaocultural.org.br/pdf/Lia%20-%20Pol%C3%ADticas%20Culturais%20no%20Brasil%20balan%C3%A7o%20e%20perspectivas.pdf. Acesso em: 05 mar. 2013.

_____. *Políticas culturais no Brasil dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

CALMON, Pedro. A formação da nacionalidade brasileira. In: IGHB. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – nº 90*. Salvador: IGHB, 1992.

_____. *História da Fundação da Bahia*. Salvador: Secretaria de Educação e Saúde – Bahia – Brasil, Publicações do Museu do Estado – nª 9: Comemorativa da Fundação da Cidade do Salvador, 1949, p. 228-229.

_____. O grande Rodrigo. In: IHGB. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – volume 285, out./dez. 1969*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1970, p. 167-170.

CAMPELLO, Glauco. *A Serviço do Patrimônio – 1994/1998*. Rio de Janeiro: Unidesign; Editora Gráfica Brasileira, 1999.

_____. Patrimônio e cidade, cidade e patrimônio. In: IPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – nº 23*: *Cidade*. Brasília: MINC/IPHAN, 1994, p. 117-125.

CAMPOS, Ana Cristina. *A cultura tem poder – uma reflexão sobre o processo de institucionalização do campo cultural brasileiro (séculos XIX-XX-XXI)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de

Brasília. Brasília, 2007. Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/2306. Acesso em: 03 jun. 2013.

CARDOSO, Joaquim. Rodrigo M. F. de Andrade e sua obra. In: DPHAN. *A lição de Rodrigo*. Recife: DPHAN, 1969, p. 51-53.

CARVALHO, Cristina A. P. de. O Estado e a participação conquistada no campo das políticas públicas para a cultura no Brasil. In: CALABRE Lia (Org.). *Políticas Culturais: reflexões e ações*. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa; Centro de Documentação e Referência Itaú Cultural - Observatório Itaú Cultural, 2009, p. 19-34. Disponível em: http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/itau_pdf/001513.pdf. Acesso em: 15 jul. 2013.

CARVALHO, Edmilson. A questão da população no Centro Histórico de Salvador. In: *Revista de Arquitetura e Urbanismo – RUA – vol 1, nº* 1. Salvador: UFBA/PPGAU, 1988, p. 63-72. Disponível em: http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/viewArticle/3013. Acesso em: 03 nov. 2012.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *A "via crítica" no patrimônio cultural: uma perspectiva comparativa.* In: I Seminário da Rede Conservação BR, Olinda Pernambuco, Brasil, 12 a 13 nov. 2012 – artigos. Disponível em: http://www.ceci-br.org/ceci/br/component/content/article/631.html. Acesso em: 20 abr. 2013.

CASTRO, Adriana. Recuperação do Centro Histórico de Salvador. In: BINA, Eliene Dourado; MONTEIRO, Nanci Santos (Org.). *Memória da Bahia: palestras – vol. 1*. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia; Museu Eugênio Teixeira Leal, 2009.

CAVALCANTI, Lauro. *As preocupações do belo*. Rio de Janeiro: Taurus Editora, 1995.

_____. Introdução à primeira edição. In: CAVALCANTI, Lauro (Org.). *Modernistas na Repartição.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MINC/IPHAN, 2ª ed. rev., 2000, p. 11-24.

CEAB. *Relatório Anual do Centro de Estudos da Arquitetura da Bahia – CEAB.* Salvador: UFBA-FA-CEAB, 1986.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro (Org.). *A Invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil.* Rio de Janeiro: MINC/IPHAN-DEPROM, 1995.

_____. Em busca de um Brasil Edificado: a fundação de uma prática de proteção patrimonial. In: *Anais do Museu Histórico Nacional – vol. 31*. Rio de Janeiro: MHN, 1999, p. 201-217.

_____. Entre vestígios do passado e interpretações da história – introdução aos estudos sobre patrimônio cultural no Brasil. In: CUREAU, Sandra; KISHI, Sandra; SOARES, Inês; LAGE, Claudia (Coord.). *Olhar interdisciplinar sobre a efetividade da proteção ao patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 37-49.

_____. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. In: *Revista Topoi – vol. 4, nº 7, jul.-dez. 2003*. Rio de Janeiro, p. 313-333. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi%2007/topoi7a4.pdf Acesso em: 03 nov. 2012.

_____. Intelectuais e Estado: disputas em torno da noção de patrimônio nacional. In: *Anais do Museu Histórico Nacional – vol. 37*. Rio de Janeiro: MHN, 2005, p. 40-51.

_____. O ofício do historiador: sobre ética e patrimônio cultural. In: BRASIL. *Anais da I Oficina de Pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN*. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN-COPEDOC, Série Patrimônio: práticas e reflexões, nº 2, 2008, p. 27-43.

_____. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940).* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

_____. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: IPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – nº 34: História e Patrimônio*. Brasília: MINC/IPHAN, 2012, p. 147-165.

COSTA, Cleisemery. História, cultura e gestão: do MEC ao MINC. In: CALABRE Lia (Org.). *Políticas Culturais: reflexões e ações*. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, Centro de Documentação e Referência Itaú Cultural - Observatório Itaú Cultural, 2009, p. 71-80. Disponível em: http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/itau_pdf/001513.pdf. Acesso em: 15 jul. 2013.

COSTA, Lucio. A arquitetura jesuítica no Brasil. In: SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – nº 5*. Rio de janeiro: MEC/SPHAN, 1941, p. 9-103.

_____. Prefácio. In: BRASIL. *Rodrigo e seus tempos.* Rio de Janeiro: MINC/SPHAN-FNPM, 1986, p. 5-10.

CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. Brasília: MINC/IPHAN, Edições do Patrimônio, 2004.

DIAS, Satyro. Dous de Julho de 1823. In: IGHB. *Revista Trimensal do Instituto Geographico e Historico da Bahia – Anno II, Num. 5, setembro de 1895*. Bahia: IGHB, 1895, p. 213-215.

DPHAN. *A lição de Rodrigo*. Recife: DPHAN, 1969.

DUARTE, Zeny; FARIAS, Lúcio. *O espólio incomensurável de Godofredo Filho – resgate da memória e estudo arquivístico*. Salvador: ICI, 2005.

ELIAS, Norbert. Processos de formação de estado e construção de nações. In: _____. *Escritos e Ensaios 1: Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FERNANDES, Ana. *Projeto Pelourinho: Operação deportação x Ampliação do direito*. Comunicação apresentada no Curso de capacitação: programas de reabilitação de áreas urbanas centrais, promovido pelo *Lincoln Institute of Land Policy*, 2006. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/ReabilitacaoAreasUrbanas/Texto_Projeto_Pelourinho_Operacao_Deportacao.pdf. Acesso em: 12 ago. 2014.

FERNANDES, José Alberto V. Rio; VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Porto e Salvador: duas trajetórias urbanas. In: IGHB. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – nº 97*. Salvador: IGHB, 2002, p. 87- 133.

FERNANDES. José Ricardo Oriá. *Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937).* Comunicação apresentada no Seminário Internacional Política cultural: teoria e práxis. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 22 a 24 de setembro de 2010. Disponível em: http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/18-JOS%C3%89-RICARDO-ORI%C3%81-FERNANDES.1.pdf. Acesso em: 02 mar. 2013.

FILHO, Godofredo. Quinto centenário de Pedro Álvares Cabral. In: BAHIA. *Revista de Cultura da Bahia – nº 2, set./dez. 1968*. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 1968, p. 50.

_____. Rodrigo Mello Franco de Andrade. In: BAHIA. *Revista de Cultura da Bahia – nº 3, jan./junho 1969*. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 1969.

_____. Uma voz de protesto. In: IGHB. *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia – nº 59*. Bahia: Secção Gráphica da Escola de Aprendizes Artífices, 1933, p. 449-453.

_____. *Universidade e Memória Nacional*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Publicação do Centro de Estudos Baianos nº 106, 1984.

FONSECA, Brenda Coelho; CERQUEIRA, Telma Soares. Mapeamento preliminar das atividades dos fotógrafos no IPHAN. In: LIMA, Francisca H. B.; MELHEM, Mônica M.; CUNHA, Oscar H. L. Brito e (Coord.). *A fotografia na preservação do patrimônio cultural: uma abordagem preliminar*. Rio de Janeiro: MINC-IPHAN-COPEDOC, 2008, p. 13-32.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A pesquisa histórica na promoção do patrimônio. In: IPHAN. *Anais da I Oficina de Pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN*. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN-COPEDOC, Série Patrimônio: práticas e reflexões – nº 2, 2008, p. 105-127.

_____. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. In: IPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – nº 24: Cidadania*. Brasília: MINC/IPHAN, 1996, p. 153-163.

_____. Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. In: *Boletim de Políticas Sociais IPEA nº 2 - Políticas sociais: acompanhamento e análise.* Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p. 111-120. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf. Acesso em: 09 nov. 2012.

_____. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MINC/IPHAN, 2ª ed., 2005.

_____. O patrimônio histórico na sociedade contemporânea. In: *Revista Escritos – ano I, nº 1*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2007, p. 159-171. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/revistas/Escritos_1/FCRB_Escritos_1_7_Cecilia_Londres.pdf. Acesso em: 03 abr. 2013.

FPAC. *Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – 10 anos de fundação*. Salvador: SEC/FPAC, 1979.

FPAC. *Colaboração ao I Seminário de Estudos sôbre o Nordeste: documentos*. Salvador: FPAC, 1974.

FPAC. *Estudo de Morbidade no Maciel*. Salvador: FPAC, 1976.

FPAC. *Plano Geral de Recuperação da Area do Pelourinho na Cidade do Salvador, Estado da Bahia, Brasil*. Salvador: SEC/FPAC, 1970.

FPAC. *Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste – SEPLAN.PR. Projeto Ferrão de Restauração e Promoção Social. Parte A – Casa Ferrão – sede da FPAC/BA.* Salvador, SEC/FPAC, 1977.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – nº 11: Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*. Rio de Janeiro: MES/SPHAN, 1944.

GOMES, Marco Aurélio (Org.). *Pelo Pelô: história, cultura e cidade*. Salvador: EDUFBA, 1995.

GONÇALVES, Janice. O SPHAN e seus colaboradores: construindo uma ética do tombamento (1938-1972). In: *Anais eletrônicos do XXV Simpósio Nacional de História – ANPUH.* Fortaleza, 2009. Disponível em: http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0217.pdf. Acesso em: 17 mai. 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; IPHAN, 1996.

_____. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi de (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: FGV; Ed. CNPQ, 2002, p. 108-123.

GOUVÊA, Gabriel Augusto de. *Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil* (normas de classificação para fins estatísticos). MEC/Serviço de Estatística da Educação e Cultura (do Conselho Nacional de Estatística – IBGE)/Secção de Estatísticas Culturais, 1959.

GRIECO, Bettina Zellner (Org.). *Entrevista com Erich Joachim Hess.* Série Memórias do Patrimônio. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN-DAF-COPEDOC, 2013.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. A preservação do Patrimônio Cultural no Contexto Pan-Americano. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos.* Reedição Comentada, com organização de Maria Beatriz Setubal Resende da Silva. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012, p. 13-47.

_____. *O lado doutor e o gavião de penacho – movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)*. São Paulo: Annablume, 2000.

HEBER, Florence; MOURA, Suzana; FISCHER, Tânia. De Pelourinho a shopping cultural. In: *Revista de Administração - vol. 31, nº 2, abr./jun. 1996*. São Paulo, p. 106-111.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780 – programa, mito e realidade*. Tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª ed., 2004.

_____; RANGER, Terence. *A invenção das tradições.* 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HORTA, José Silvério Baia. *Gustavo Capanema*. Recife: MEC/Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

IBPC. *Depoimento de D. Clemente da Silva Nigra – Memória Oral nº 5*. Rio de Janeiro: Secretaria da Cultura da Presidência da República/IBPC, 1991.

IGHB. De que modo a Bahia, por iniciativa do Instituto Geográfico e Histórico, comemorou a passagem do 3º centenário da retirada de Maurício de Nassau. In: IGHB. *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia – nº 66*. Bahia: IGHB, 1940, p. 5-34.

IGHB. O Brazil. In: IGHB. *Revista Trimensal do Instituto Geographico e Historico da Bahia – Anno I, vol. I, nº 2, dezembro de 1894*. Bahia: Typ. e Encadernação do "Diário da Bahia", 1894, p. 163-166.

IPAC. *Política e Programa de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural, Arqueológico e Natural do Estado da Bahia.* Salvador, SEC/IPAC, 1984.

IPAC. *Termo de Referência – Plano de Ação Integrada do Centro Histórico de Salvador*. Salvador, SCT/IPAC, 1991.

IPHAN. *Publicações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – nº 26: Anais do II Encontro de Governadores para preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do brasil, realizado em Salvador, Bahia, de 25 a 29 de outubro de 1971*. Rio de Janeiro: MEC-DAC-IPHAN, 1973.

IPHAN. *Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio*. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN, Edições do Patrimônio, 2006.

IPHAN. *Lista dos Bens Culturais Inscritos nos Livros de Tombo (1938-2012).* Rio de Janeiro: MINC/IPHAN, 2013. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3263. Acesso em: 16 jun. 2013.

KESSEL, Carlos. Estilo, discurso, poder: arquitetura neocolonial no Brasil. In: *Revista História Social – nº 6, 1999*. Campinas, p. 65-94. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/179/170. Acesso em: 10 mar. 2013.

_____. O movimento neocolonial e a preservação do patrimônio. In: *Anais do Museu Histórico Nacional – vol 33.* Rio de Janeiro: MHN, 2001, p. 173-188.

KÜHL. Beatriz Mugayar. Ética e responsabilidade social na preservação do patrimônio cultural. In: INCAER. *Idéias em Destaque – vol 36*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico-cultural da Aeronáutica – INCAER, 2011, p. 86-100. Disponível em: http://www.incaer.aer.mil.br/ideias_36.pdf. Acesso em: 16 mar. 2013.

_____. História e Ética na Preservação. In: IPHAN. *Caderno de Estudos do PEP 7 – Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN: Contribuição dos palestrantes da 6ª Oficina do PEP (Goiânia 2007) e 7ª Oficina do PEP (Vassouras 2008).* Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008, p.99-120.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta (Org.). *As missões da UNESCO no Brasil: Michel Parent.* Rio de Janeiro: MINC/IPHAN, Série Pesquisa e Documentação do IPHAN, 2008.

_____. Recortes da história social das missões da UNESCO no Brasil, 1964-1979. In: *Nos arquivos do IPHAN – Revista Eletrônica de Pesquisa e Documentação*. Dez. 2009. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1540. Acesso em: 12 set. 2011.

LEÃO, Joaquim de Sousa. Dois amigos. In: DPHAN. *A lição de Rodrigo*. Recife: DPHAN, 1969, p. 55.

LEVY, Hanna. Valor artístico e valor histórico: importante problema da história da arte. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – nº 4*. Rio de janeiro: MEC/SPHAN, 1940, p. 143-154.

LIMA, Francisca H. B.; MELHEM, Mônica M.; CUNHA, Oscar H. L. Brito e (Coord.). *A fotografia na preservação do patrimônio cultural: uma abordagem preliminar*. Rio de Janeiro: MINC-IPHAN-COPEDOC, 2008.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias... um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937).* Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Rio de janeiro: maio 2004. Disponível em: http://www1.capes.gov.br/teses/pt/2004_mest_ufrj_aline_montenegro_magalhaes.pdf. Acesso em: 17 abr. 2013.

_____. Ouro Preto entre antigos e modernos: a disputa em torno do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante as décadas de 1930 e 1940. In: *Anais do Museu Histórico Nacional – vol. 33*. Rio de Janeiro: MHN, 2001, p. 189-210.

MAGALHÃES, Aloísio. Bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso. In: SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico nacional – nº 20*. Rio de Janeiro: MEC/SPHAN-FNPM, 1984, p. 40-44.

_____. *E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil.* Rio de Janeiro: Ed. Nova fronteira; Fund. Roberto Marinho, 1997.

MARGALLO, Pedro Thomaz. Protecção do Estado às Obras de Arte e Monumentos Históricos (Cachoeira, 10 de julho de 1927). In: IGHB. *Revista do Instituto Geographico e*

Historico da Bahia – nº 53, 1º e 2º semestres de 1927. Salvador: IGHB; Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artífices, 1927, p. 513-518.

MARINHO, Terezinha. Notícia Biográfica. In: SPHAN-FNPM. *Rodrigo e seus tempos.* Rio de Janeiro: MINC/SPHAN-FNPM, 1986, p. 17-36.

_____ (Org.). *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural.* Rio de Janeiro: MINC/SPHAN-FNPM, 1987.

MARIUZZO, Patrícia; CHIOZZINI, Daniel. Olhar ampliado: entrevista com o arquiteto Nestor Goulart. In: *Patrimônio – Revista Eletrônica do IPHAN, nº 2, nov./dez. 2005*. Disponível em: http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=116. Acesso em: 16 abr. 2013.

MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. *Pernambuco falando para o mundo.* Seminário Docomomo Brasil 6 – Moderno e Nacional: arquitetura e urbanismo. Niterói, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, 2005. Disponível em: http://www.docomomo.org.br/seminario%206%20pdfs/Ana%20Elizabete%20de%20Almenida%20Medeiros.pdf. Acesso em: 22 abr. 2013.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. Políticas Públicas e Gestão do Patrimônio Histórico. In: *História em Revista – nº 10, dez. 2004*. Disponível em: http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_10_ana_meira.pdf. Acesso em: 08 mar. 2013.

MEIRA, Márcio Augusto Freitas de. *Para uma Política Pública de Cultura no Brasil.* MINC – artigos, 2004. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/artigos/-/asset_publisher/WDHIazzLKg57/content/para-uma-politica-publica-de-cultura-no-brasil-por-marcio-augusto-freitas-de-meira-36530/10883.... Acesso em 15 set. 2010.

MICELI, Sérgio (Org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: IDESP, Corpo e alma do Brasil, 1984.

_____. SPHAN: refrigério da cultura oficial. In: SPHAN-FNPM. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – nº 22*. Brasília: MINC/SPHAN-FNPM, 1987, p. 44-47.

MIRANDA, Alcides da Rocha. Não foi fácil, não havia gente. In: IPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – nº 30: Mário de Andrade*. Brasília: MINC/IPHAN, 2002, p. 247-251.

MORI, Victor Hugo. O Iphan em São Paulo. In: *Revista Arquitextos – ano 13, out. 2012*. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.136/4034. Acesso em 12 dez. 2012.

MOTTA, Lia. *A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global*. In: ARANTES, Antônio A. O espaço da diferença. Campinhas: Pirineus, 2000, p. 256-287.

_____. A SPHAN em Ouro Preto – uma história de conceitos e critérios. In: SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico nacional – nº 22*. Rio de Janeiro: MINC/SPHAN-FNPM, 1987, p. 108-122.

_____. O patrimônio das cidades. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques dos (Org.). *Museus e cidades: livro do Seminário Internacional*. Rio de Janeiro: MHN, 2003, p. 123- 152.

MOURAD, Laila. *A verdadeira face do processo de reabilitação do Centro Histórico de Salvador*. Comunicação apresentada no Seminário Urbanismo na Bahia UFBA [11]: o direito à cidade e a cidade do direito, Salvador, Bahia, 17 e 18 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.ppgau.ufba.br/urba11/ST2_A_VERDADEIRA_FACE_DO_PROCESSO_DE_REABILITACAO_DO_CENTRO_HISTORICO_DE_SALVADOR.pdf. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____; REBOUÇAS, Thais. *Elegia aos vacantes: considerações acerca do Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador*. Comunicação apresentada no III Seminário Internacional URBICENTROS, Salvador, Bahia, 22 a 24 de outubro de 2012. Salvador: UFBA/FA/PPGAU, 2012. Disponível em: http://www.ppgau.ufba.br/urbicentros/2012/ST252.pdf. Acesso em: 14 ago. 2014.

NAKAMUTA. Adriana Sanajotti. As contribuições do SPHAN para a historiografia da arte no Brasil: a propósito da produção de Hanna Levy. In: BRASIL. *Programa de Especialização em Patrimônio – artigos (2005-2006).* Rio de Janeiro MINC/IPHAN-DAF-COPEDOC, Série Patrimônio: práticas e reflexões, 2009, p. 183-215.

_____. Hanna Levy no SPHAN (1946-1948). In: IPHAN. *Nos arquivos do IPHAN – Revista Eletrônica de Pesquisa e Documentação*. Dez. 2009. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1541. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____ (Org.). *Hanna Levy no SPHAN: história da arte e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/ DAF/ COPEDOC, Série Pesquisa e Documentação do IPHAN, 2010.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. O mestre, o historiador, o fidalgo Wanderley Pinho. In: IGHB. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* – nº 87. Salvador: IGHB, 1978, p. 227-238.

NEVES, Guilherme Pereira das. Da história como memória da nação à história enquanto crítica da memória nacional. In: SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – nº 22*. Rio de Janeiro: MEC/SPHAN-Pró-Memória, 1987, p. 22-25.

NOGUEIRA. Antônio Gilberto Ramos. Inventário e patrimônio cultural no Brasil. In: *Revista História – vol. 26, nº 2*. São Paulo, 2007, p. 257-268. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/his/v26n2/a13v26n2. Acesso em: 20 ago. 2013.

OLIVEIRA, Ana Gita de. *O INRC como instrumento de políticas de preservação do patrimônio cultural imaterial: a experiência brasileira*. Brasília: IPHAN, 2009.

_____. *Salvaguarda do Patrimônio Cultural: bases para constituição de direitos*. Belém: IPHAN, 2004. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=568. Acesso em: 20 ago. 2013.

OTT, Carlos. *Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – nº 21: A Santa Casa de Misericórdia da Cidade do Salvador*. Rio de Janeiro: DPHAN, 1960.

PALACIOS, Maria das Graças Lima de Souza. *A reforma do Pelourinho: o período pré-1992*. Dissertação apresentada ao Mestrado em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

PARENT, Michel. Proteção e revitalização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico. Trad. Rejane Maria Lobo Vieira. In: LEAL, Claudia Feierabend Baeta (Org.). *As Missões da UNESCO no Brasil: Michel Parent*. Rio de Janeiro: IPHAN-COPEDOC, 2008, p. 33-191.

PEIXOTO, Afrânio. *Breviário da Bahia*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editôra, 2ª edição, 1946.

_____. *Livro de Horas*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editôra, 1947.

PEREIRA, Juliana Melo. *Ayrton de Carvalho e a disseminação do campo da conservação no Brasil*. Artigo apresentado no 1º Seminário da Rede Conservação Brasil: A conservação do patrimônio no Brasil – teoria e prática. Olinda, 12 a 13 de novembro de 2012. Disponível em: http://www.ct.ceci-br.org/ceci/br/noticias/631.html. Acesso em: 20 ago. 2013.

PEREIRA, Julia Wagner. Nem heroico nem moderno: a constituição do "Patrimônio Histórico e Artístico Nacional" na gestão de Renato Soeiro no IPHAN (1967-1979). In: IPHAN. *Programa de Especialização em Patrimônio – artigos (2005-2006).* Rio de Janeiro: MINC/IPHAN-DAF-COPEDOC, Série Patrimônio: práticas e reflexões, 2009, p. 369-398.

PESSÔA, José (Org.). *Lucio Costa: documentos de trabalho.* Rio de Janeiro: IPHAN, Edições do Patrimônio, 2° ed, 2004.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. In: *Risco - Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo – PPGAU/US, nº 3,* fev. 2006. São Paulo, p. 3-14. Disponível em: http://www.iau.usp.br/revista_risco/Risco3-pdf/art1_risco3.pdf. Acesso em: 20 ago. 2013.

PINHO, Wanderley. Discurso. In: IGHB. *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia – Anno XXV, nº 44*. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1918, p. 325-329.

_____. Protecção dos monumentos publicos e objectos historicos. In: IGHB. *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia – Anno XXIV, nº 43, 1917 – 1º e 2º semestres*. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1918, p. 191-198.

PMS. *1º Seminário sobre o centro da cidade do Salvador – 24 a 28 de janeiro de 1977*. Salvador: Governo do Estado da Bahia / Prefeitura da Cidade do Salvador - PMS, 1977.

PMS. *Resumo do Projeto CAMI – Centro Administrativo Municipal Integrado, Programa MINTER/RM Salvador*. Salvador: PMS-SEPLAN, 1985.

REBOUÇAS, Diógenes. Cinqüenta anos do SPHAN (Palestra proferida em 29 de abril de 1987). In: BINA, Eliene Dourado; MONTEIRO, Nanci Santos (Org.). *Memória da Bahia:*

palestras – vol. 1. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia; Museu Eugênio Teixeira Leal, 2009.

REBOUÇAS. Thais de Miranda. *Costurando escalas: 7ª etapa de recuperação do Centro Histórico de Salvador – Programa Monumenta e BID*. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA/FA/PPGAU, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/13058/1/Dissertac%CC%A7a%CC%83o_Thai%CC%81s%20Rebouc%CC%A7as.pdf. Acesso em: 14 ago. 2014.

REIS FILHO, Nestor Goulart (Org.). *Robert Smith e o Brasil – Volume 1: Arquitetura e Urbanismo*. Brasília, DF: IPHAN, 2012.

REIS, Lysie dos. Centros Históricos: patrimônio de quem? In: Anais eletrônicos do II Encontro Estadual de História – ANPUH. Universidade Estadual de Feira de Santana, 2004. Disponível em: http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/lysie_reis.pdf. Acesso em: 14 ago. 2014.

RIBEIRO, Adalberto Mario. *Instituições Brasileiras de Cultura II*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde – Serviço de Documentação, 1948.

ROCHA, Ricardo. José de Souza Reis e o SPHAN: da inconfidência à glória. In: *Anais do 7º Seminário Docomomo Brasil*. Porto Alegre, 22 a 24 de outubro de 2007. Disponível em: http://www.docomomo.org.br/seminario%207%20pdfs/045.pdf. Acesso em: 08 fev. 2013.

RODRIGUES. Rodrigo José Cantarelli. Fatos e ideias que levaram à criação da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais em Pernambuco no ano de 1928. In: *Revista Ciência & Trópico – vol. 34, nº 1*. Recife, 2010, p.117-134. Disponível em: http://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/viewFile/863/584. Acesso em: 16 set. 2013.

RUBINO, Silvana. Lucio Costa e o patrimônio histórico e artístico nacional. In: *Revista USP – nº 53, mar./mai. 2002*. São Paulo, p. 6-17. Disponível em: http://www.usp.br/revistausp/53/01-silvana.pdf. Acesso em: 16 set. 2013.

_____. O mapa do Brasil passado. In: IPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – nº 24: Cidadania*. Brasília: MINC/IPHAN, 1996, p. 97-105.

SALVADOR. *EPUCS – uma experiência de planejamento urbano*. Salvador: PMS/OCEPLAN/PLANDURB, Série Estudos Informativos nº 1, 1976.

SALVADOR. *Plano de Valorização do Centro Histórico – Anteprojeto.* Salvador: CONDER/FPAC/OCEPLAN - Governo do Estado da Bahia; Prefeitura Municipal de Salvador, 1977.

SANDRONI, Carlos. Notas sobre Mário de Andrade e a missão de pesquisas folclóricas de 1938. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – nº 28: Arte e cultura Popular*. Brasília: MINC/IPHAN, 1999, p. 60-73.

SANT'ANNA. Márcia. A cidade-atração: patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques; KESSEL, Carlos; GUIMARÃES, Ceça

(Org.). *Livro do Seminário Internacional Museus e Cidades – vol 1*. Rio de Janeiro: MHN, 2004, p. 153-172.

_____. A Recuperação do Centro Histórico de Salvador: origens, sentidos e reultados. In: *Revista de Arquitetura e Urbanismo – RUA – vol. 1, nª 3, jul./dez. 2003*. Salvador: UFBA/PPGAU, 2003, p. 44-59.

_____. *Da cidade monumento à cidade documento: a trajetória da norma da preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990).* Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 1995.

_____. *Modernismo e Preservação de áreas urbanas no Brasil.* Artigo apresentado no II Seminário Docomomo Brasil, Salvador, 10 a 12 de setembro de 1997. Salvador: UFBA-FA-PPGAU, 1997.

_____. Políticas públicas de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. In: FALCÃO, Andréa (Org.). *Registro e políticas de salvaguarda para as culturas populares*. Rio de Janeiro: FUNARTE; IPHAN; CNFCP, Série Encontros e Estudos – vol. 6, 2008, p. 7-15.

_____. Tombamento: eleição de uma história (entrevista dom Lúcio Costas). In: *Revista de Urbanismo e* Arquitetura – RUA – *vol. 5, nº 1*. Salvador: UFBA/PPGAU, 1999. Disponível em: http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3140/2256. Acesso em 07 jan. 2013.

SANTIAGO, Silvano. A permanência do discurso da tradição no modernismo. In: *Nas malhas da letra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

SANTOS, Angelo Oswaldo de Araújo. Restaura-se o Patrimônio. In: SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico nacional – nº 22*. Rio de Janeiro: MINC/SPHAN-FNPM, 1987, p. 37-39.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. A noção de patrimônio e a origem das idéias e das práticas da preservação no Brasil. In: *Revista Arquitextos – ano 13, out. 2012*. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4528. Acesso em: 12. dez. 2012.

SANTOS JÚNIOR, Wilson Ribeiro dos; BRAGA, Paula Marques. O Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador e as lições das Cartas Patrimoniais. In: *Revista Arquitextos – ano 09, abr. 2009.* Disponível em: http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.107/59. Acesso em: 12. dez. 2012.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a Academia SPHAN. In: IPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Nª 24: Cidadania*. Brasília: MINC/IPHAN, 1996, p. 77-95.

_____. O fetiche do patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário; SANTOS, Myrian (Org.). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond; IPHAN-DEMU, 2007, p. 229-245.

SANTOS, Mônica de Menezes. *Arquivografias: Godofredo Filho e as suas Bahias*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2006. Disponível em:https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8393/1/Monica%20de%20Menezes%20Santos%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em 07 jan. 2013.

SANTOS, Paulo F. Inspirador e Criador. In: DPHAN. *A lição de Rodrigo*. Recife: DPHAN, 1969.

SANTOS, Zeny Duarte de Miranda Magalhães dos. *Arranjo e descrição do espólio de Godofredo Filho: estudo arquivístico e catálogo informatizado*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 1999. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11149/1/Zeny%20Duarte%20de%20Miranda%20Magalh%C3%A3es%20dos%20Santos.pdf. Acesso em: 06 jan. 2013.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda M. R.. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra / Ed. FGV, 2000.

SENA, Consuelo Pondé de. O arquivo particular de Wanderley Pinho. In: IGHB. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – nº 90*. Salvador: IGHB, 1992, p. 277-281.

SILVA, Aldo José Morais. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – Origem e Estratégias de Consolidação Institucional: 1894-1930*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: http://www.ppgh.ufba.br/wp-content/uploads/2013/10/Instituto-Geogr%C3%A1fico-e-Hist%C3%B3rico-da-Bahia.pdf. Acesso em: 12 abr. 2013.

SILVA. Breno Carlos da. *Gustavo Capanema: a construção das relações entre a Intelligentsia Nacional e o Estado no Brasil (1934-1945).* Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Araraquara: Dez. 2010. Disponível em: http://portal.fclar.unesp.br/possoc/teses/Breno_Carlos_Silva.pdf. Acesso em: 20 abr. 2013.

SILVA, Fernando Fernandes da. As cidades históricas brasileiras pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade: as medidas de proteção da UNESCO. In: ABRACOR. *Anais da ABRACOR – Identidade Cultural*. X Congresso da ABRACOR, São Paulo, 06 a 10 de novembro de 2000. São Paulo: ABRACOR, 2000, p. 49-52.

_____. Mário e o patrimônio, um anteprojeto ainda atual. In: BRASIL. IPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – nº 30: Mário de Andrade*. Brasília: MINC/IPHAN, 2002, p. 129-154.

SILVA, Roberto Sabino da. *Litígios patrimoniais: as disputas pela representação do patrimônio nacional (1967-1984)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio UNIRIO/MAST. Rio de Janeiro: UNIRIO/MAST, 2012. Disponível em: http://ppg-pmus.mast.br/dissertacoes/Dissertacao_Roberto_Sabino.pdf. Acesso em: 08 jan. 2014.

SIMAS FILHO, Américo. *Considerações em tôrno de uma metodologia adequada para o estudo de centros históricos*. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, Separata da Revista de Cultura da Bahia – nº 4, julho/dezembro, 1969.

_____. Legislação de proteção aos bens culturais (Estudo preliminar – BAHIA). In: BAHIA. *Revista de Cultura da Bahia – nº 3, jan./junho, 1969*. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 1969, p. 39-72.

SMITH, Robert C. A cidade. In: VALLADARES, José (Org.) *As artes na Bahia: 1 Parte – arquitetura colonial por Robert Smith*. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, Série Evolução Histórica da Cidade do Salvador – vol IV, 1954.

_____. Depoimento. In: DPHAN. *A lição de Rodrigo*. Recife: DPHAN, 1969, p. 57-58.

SODRÉ, João Clark de Abreu. *Viagem e repartição: Luiz Saia e o fazer histórico.* Trabalho apresentado no I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Rio de Janeiro, 29 de novembro a 03 de dezembro de 2010. Disponível em: http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/138/138-791-1-SP.pdf. Acesso em: 12 dez. 2012.

SOEIRO, Renato. *Um Programa de Ação Cultural*. Rio de Janeiro: MEC/DAC, 1974.

SORGINE, Juliana. *Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto – 1949-1950*. Rio de Janeiro: IPHAN, Série Pesquisa e Documentação do IPHAN, 2008.

SPHAN-PRÓ-MEMÓRIA. *Depoimento de Edgard Jacinto – Memória Oral nº 4*. Rio de Janeiro: MINC/SPHAN-FNPM, 1988.

SPHAN-PRÓ-MEMÓRIA. *Depoimento de João José Rescala – Memória Oral nº 3*. Rio de Janeiro: MINC/SPHAN-FNPM, 1988.

SPHAN-PRÓ-MEMÓRIA. *Mário de Andrade: cartas de trabalho.* Rio de Janeiro: MEC/SPHAN-FNPM, 1986.

SPHAN-PRÓ-MEMÓRIA. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória.* Brasília, MEC/SPHAN-FNPM, n. 31, 1980.

SPHAN-PRÓ-MEMÓRIA. *Rodrigo e seus tempos.* Rio de Janeiro: MINC/SPHAN-FNPM, 1986.

TAVARES, Denis Pereira; SILVA, Regina Helena Alves da. O campo do Patrimônio: conflitos em torno do tombamento de São João del-Rei/MG. In: *Anais eletrônicos do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308140252_ARQUIVO_OCampodoPatrimonio-ConflitosTombamentodeSaoJoaodel-Rei-Anpuh-Denis.pdf. Acesso em: 15 jul. 2013.

TEIXEIRA. Luciano dos Santos. Civilização material, história e preservação em Afonso Arinos. In: *Anais eletrônicos do XXV Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Fortaleza, 2009. Disponível em: http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0299.pdf. Acesso em: 22 abr. 2013.

TELLES, Augusto C. da Silva. Centros históricos: notas sobre a política brasileira de preservação. In: SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico nacional – nº 19*. Rio de Janeiro: MEC/SPHAN-FNPM, 1984, p. 29-32.

THOMPSON, Analucia (Org.). *Entrevista com Augusto da Silva Teles*. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN-DAF-COPEDOC, Série Memórias do Patrimônio, 2010.

_____. *Entrevista com Judith Martins.* Rio de Janeiro: MINC/IPHAN-DAF-COPEDOC, Série Memórias do Patrimônio, 2009.

_____; LEAL, Claudia F. B.; SORGINE, Juliana; TEIXEIRA, Luciano. História e civilização material na Revista do Patrimônio. In: IPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – nº 34: História e Patrimônio*. Brasília: MINC/IPHAN, 2012, p. 167-197.

TOLEDO, Benedito Lima de. Bem cultural e identidade cultural. In: SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico nacional – nº 20*. Rio de Janeiro: MEC/SPHAN-FNPM, 1984, p. 29-32.

TORELLY, Luiz Phillippe Peres. Patrimônio cultural, notas sobre a evolução do conceito. In: *Revista Arquitextos – ano 13, out. 2012*. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4539. Acesso em: 12 dez. 2012.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. In: *Revista Mana – vol 12, nº 1, abr. 2006*. Rio de janeiro, p. 237-248. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/mana/v12n1/a09v12n1.pdf. Acesso em 14 abr. 2014.

VILAÇA, Marcos Vinícius. *Por uma política nacional de cultura*. Brasília: MEC/SPHAN-FNPM, 1984.

WEFFORT, Francisco. Prefácio – Cultura, democracia e identidade cultural. In: IPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Cidadania*. Brasília: MINC/IPHAN, n. 24, 1996, p. 5-6.

ZANIRATO, Sílvia Helena. *A restauração do pelourinho no centro histórico de Salvador, Bahia, Brasil. Potencialidades, limites e dilemas da conservação de áreas degradadas. História, cultura e cidade*. História Atual Online – HAOL. N. 14, 2007, Disponível em: http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2529031.pdf. Acesso em: 14 set. 2012.